



NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR

Prof. Pe. Wilson Denadai

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Prof. Marco Antonio Carnio

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Vera Sílvia Marão Beraquet

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Profa. Carmen Cecília de Campos Lavras

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Antonio Sergio Cella

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
Diretora Adjunta: Profa. Maria Salete Zulzke Trujillo

FACULDADE DE HISTÓRIA

Diretora: Profa. Lília Inês Zanotti de Medrano

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 109 - 13001-970 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXVI - Nº 193 ISSN-0101-4919 ABRIL - JUNHO 2004

SUMÁRIO

A Lição de Piratininga	93
Odilon Nogueira de Matos	
Padre Antônio Vieira, o diplomata	105
Vasco Mariz	
O comissário de café: alguns aspectos de sua atuação	129
Duílio Battistoni Filho	
Não é de hoje o problema do policiamento e de uma guarda em Campinas	139
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
A primeira ferrovia brasileira	145
Edilberto Trevisan	

O Pátio do Colégio: uma construção colonial do século XX	161
Regina Dragiça Kalman	
A propósito de parlamentarismo	179
Benedicto Ferri de Barros	
Fundamento Histórico	187
Cláudio Manuel da Costa	

De Uma Pasta de Velhos Recortes

O enigma de Shakespeare	195
Conde Emmanuel de Bennigsen	

Estrangeiros que Escreveram Sobre o Brasil

Maximilian Beschoren (1847-1887)	201
--	-----

Seleta

Aspecto político e social das missões	203
Maximilian Beschoren	

Rabiscos de um Escrevinhador

414. Francisco Manuel da Silva (1795-1865)	207
415. Uma nova visão da santidade	208
416. Evocando um historiador carioca	210
417. Historiador das nossas fronteiras	211



A LIÇÃO DE PIRATININGA

Odilon Nogueira de MATOS

Aos 25 de janeiro de 1554 treze religiosos da Companhia de Jesus lançaram as bases de um colégio numa pequena colina a cavaleiro dos rios Tamandatei e Anhangabaú, nos campos de Piratininga. Como o dia, no calendário eclesiástico, assinalasse a conversão de São Paulo, o novo colégio recebeu o nome do grande Apóstolo dos Gentios. Este fato, narrado com mais ou menos pormenores em todos os compêndios de História, não teria maior interesse e se confundiria com tantos outros semelhantes realizados pelos discípulos de Santo Inácio em muitas partes do mundo, se algumas circunstâncias especiais não o tornassem de mais alta importância na obra da colonização portuguesa na América.

Foi, com efeito, a região de São Paulo a primeira a ser ocupada no interior das terras americanas; a primeira e, durante muito tempo, a única, uma vez que os marcos da ocupação portuguesa se escalonavam todos ao longo do litoral.

Não se pode saber com exatidão a data em que os primeiros europeus teriam vindo ao Planalto. Antes da chegada de Martim Afonso de Sousa ao litoral paulista, onde lançou as bases de São Vicente – “*celula mater*” da colonização do Brasil – vivia em terras de Serra acima a discutida personalidade de João Ramalho. Genro do cacique Tibiriçá, gozava de excelente e sólido prestígio entre os indígenas, dominando larga extensão dos campos de Piratininga. O arraial por ele fundado foi constituído vila em 1553 com o nome de Santo André da Borda do Campo, tornando-se assim o primeiro núcleo de povoamento oficializado no Planalto, e do qual sairá numeroso contingente para aumentar a povoação que se formara ao

lado do Colégio de São Paulo, acabando mesmo por fundirem-se os dois núcleos.

Ao Padre Leonardo Nunes, que desde 1550 visitava os campos de Piratininga, deveu o Padre Manuel da Nóbrega a sugestão de estabelecer o colégio fundado a 25 de janeiro de 1554. Atenderia ao interesse da obra missionária, ao mesmo tempo que daria bases mais seguras à obra de colonização do Planalto. Dupla função que na sua origem não se separam. Os dois povoados – Santo André da Borda dos Campo e São Paulo – acabaram se unindo com a resolução de Mem de Sá, de 1560, transferindo para o novo núcleo a sede do município. Diversas causas concorreram para a adoção de tal medida: a necessidade de concentrar os povoadores do Planalto, aumentando-lhes a força e a capacidade de resistência contra os índios inimigos; as vantagens econômicas oferecidas pela área de São Paulo, onde era mais fácil produzir mantimentos e criar gado; e as condições de defesa da colina, onde, à moda de acrópole, foi se localizando o novo burgo, muito mais vantajosas que na primitiva Santo André, situada, como seu nome o indicava, no limite dos campos do Planalto com a floresta da Serra.

Assim, apenas seis anos após a fundação do colégio jesuítico, efetivou-se a elevação de São Paulo à categoria de Vila (portanto sede de município), dando-lhe uma nova função, a político-administrativa, à qual veio juntar-se uma outra, a militar, pela constante ameaça dos ataques indígenas. Desde os primeiros dias cercou-se de muros a área central, cujo perímetro correspondia aproximadamente ao do atual Triângulo. Cercas de pau-a-pique amarradas com cipó e muros de taipa com poucas portas de entrada com baluartes e guaritas para as atalaias compunham a tosca cidadela.

As informações jesuíticas são preciosas para o conhecimento dos primeiros tempos de São Paulo, e delas se percebe o acerto daqueles esclarecidos servos de Deus na escolha do local para o estabelecimento do Planalto. Especialmente o clima logo chamou a atenção. “É terra como essa do reino, fria e temperada”, dizia em 1565 Baltazar Fernandes. “É terra muito saudável, aonde vivem os homens muito”, atestou Fernão Cardim, pela mesma época. Nóbrega achou os campos muito próprios para criação

de gado e todo o gênero de cultivos. Por sua vez, Anchieta depunha: “...é terra de grandes campos, fertilíssima de muitos pastos e gados... e abastada de muitos mantimentos. Nelas se dão uvas e fazem vinho, marmelos em grande quantidade e se fazem muitas marmeladas, romãs e outras árvores de fruto da terra de Portugal”.

As condições geográficas, isolando-a da marinha, com qual se comunicava pela áspera trilha dos índios, ditaram à vila o caráter até certo ponto autárquico de suas atividades econômicas. De fato, “enquanto os colonos da zona do açúcar usufruíam conderável bem-estar e mantinham intenso comércio com o reino, a capitania paulista criava sua civilização autônoma” (Roberto Simonsen,) situação que durou cerca de cento e cinquenta anos, durante os quais bem modestas foram suas possibilidades econômicas.

A documentação de interesse para a história social e econômica – especialmente os “Inventários e Testamentos” e as atas da Câmara – revela, para determinado período da vida colonial paulistana, nível de vida dos mais baixos, incomparavelmente inferior aos de qualquer vila litorânea. A escravização do índio, que deu origem à fase de aprezamento do movimento bandeirante, constituiu sua atividade mais rendosa no século XVII e marcou o primeiro período de sua crônica quadrisecular.

Tal atividade levou a câmara paulistana a freqüentes conflitos com os padres jesuítas, defensores dos indígenas, que eram aldeados em numerosas “missões”, “reduções” ou simplesmente “aldeias” nas vizinhanças de São Paulo, muitas das quais deram origem a bairros, subúrbios e mesmo cidades de hoje: Pinheiros, Barueri, Carapicuíba, São Miguel, Guarulhos, entre outras.

Tanto o aprezamento, como posteriormente a pesquisa do ouro, contribuíram enormemente para o despovoamento do Planalto; especialmente esta última, que implicou no estabelecimento definitivo de numerosos paulistas junto às lavras descobertas, nos territórios hoje pertencentes a Minas Gerais, a Goiás e a Mato Grosso.

É, pois, como centro de atividade bandeirante que São Paulo se define na história do Brasil durante o século XVII e parte do XVIII.

Todavia, tais atividades não foram capazes de garantir-lhe uma situação econômica que se comparasse sequer às vilas marítimas. Nem o fato de tornar-se a sede da Capitania de São Vicente em 1681, nem a elevação à categoria de cidade em 1711, nem posteriormente a criação do Bispado em 1745, deram-lhe alento. Ao contrário, com o desenvolvimento das áreas de mineração, foram elas destacadas de São Paulo, tornando-se capitânias autônomas: Minas Gerais em 1720; Goiás, em 1744, Mato-Grosso, em 1748. Antes, já havia o “caminho novo” de Gracia Rodrigues Pais, ligando as minas diretamente ao Rio de Janeiro, prejudicando imensamente a São Paulo, que, cada vez mais foi perdendo contato com as regiões que seus filhos descobriram e povoaram. Tal estado de decadências acentuou-se a tal ponto que a própria Capitania de São Paulo foi extinta e subordinada simplesmente ao governo do Rio de Janeiro, em 1748. Restaurada dezessete mais tarde (1765) entrava São Paulo na fase dos governos dos capitães-generais, cujas administrações eram totalmente orientadas pelos interesses da Metrópole.

Assim, nem as condições geográficas, nem as circunstâncias históricas, concorreram para que o burgo paulistano, durante os quase três séculos do período colonial, tivesse ultrapassando o quadro inicial em que se fundou, em meados do século XVI.

Com efeito, a área ocupada ao iniciar-se o século XIX limitava-se à colina entre as vales do Tamanduateí e do Anhangabaú. Seus pontos extremos podem ser assim delimitados: a ponte do Fonseca, sobre o rio Tamanduateí, hoje termina a rua Tabatinguera; a ponte do Miguel Carlos, sobre o Anhangabaú, bem perto de sua confluência, a poucas quadras do atual Mercado Central; ao Largo da Força, hoje Praça da Liberdade, de onde partia o “Caminho do Mar”, com destino a Santos; a Estrada do Mata-Fome, que se iniciava no antigo Piques (a Praça de Bandeira de hoje); e para os lados do Oeste, a Ponte do Acu, nas vizinhanças da atual Praça do Correio. Para os lados da Luz (então chamado Guaré) aparecia o “Jardim Botânico” em construção (o atual Jardim de Luz), a Casa da Correição e, já fora do perímetro urbano, o Convento da Luz.

Nessa área restrita, o traçado das vias públicas era praticamente o mesmo de hoje, não sendo difícil reconstituí-lo, apesar das grandes realizações urbanísticas dos últimos anos. No que se refere ao aspecto das ruas, os depoimentos dos viajantes servem para que delas possamos fazer idéia: eram limpas, calçadas, espaçosas e boas, largas, bastante retas, permitindo que por elas os veículos circulassem livremente. As casas não seriam mais que umas quatro mil, predominando ainda as construções de taipa. Eram sempre revestidas e caiadas, contrastando a brancura dos prédios com o vermelho dos telhados; além do branco, dava-se preferência ao amarelo palha e ao rosa pálido, o que assegurava às casas um aspecto externo alegre e asseado, segundo o depoimento do Reverendo Kidder, missionário metodista que visitou São Paulo na época da Regência. Saint-Hilaire, por sua vez, vinte anos antes já observara que, na maioria, além de mobiliadas com gosto tinham as paredes pintadas com cores muito claras, vendo-se nas mais antigas desenhos e grandes arabescos, ao passo que, nas mais novas predominavam paredes de uma só cor, apenas guarnecidas com barras e rodapés.

No início do século XIX as principais edificações do burgo paulistano estavam perfeitamente de acordo com a modéstia desse minúsculo aglomerado, não se destacando nem pelo número e, muito menos, pela riqueza e estilo arquitetônico. Além dos mais importantes edifícios públicos – o Palácio do Governo e Câmara Municipal – sobreassiam-se alguns conventos e numerosas igrejas. O Palácio, antigo convento jesuítico, erguia-se ao lado do colégio histórico; a Câmara, servindo também de cadeia, situava-se na atual Praça João Mendes. Os principais conventos eram os de São Francisco, de São Bento, do Carmo e da Luz. Quanto às igrejas, além das pertencentes aos citados conventos, merecem referência as da Sé, do Colégio, da Misericórdia, dos Remédios, do Rosário e de Santa Efigênia, esta última, segundo Saint-Hilaire, “situada no subúrbio do mesmo nome, que se estende à margem esquerda do Anhangabaú”. Existiam, ainda, diversas capelas, uma das quais, a de Nossa Senhora da Consolação, erguia-se no ponto em que principiava a estrada para Itu e Sorocaba.

Poucas praças públicas e estas mesmas acanhadas e irregulares, destacando-se apenas as do Palácio (Pátio do Colégio, berço da cidade), da Sé e a da Câmara (João Mendes). A atual Praça da República era um logradouro semi-abandonado onde se realizavam touradas. Daí o nome por que era conhecido: Largo dos Curros. Em idênticas condições encontrava-se o chamado Jardim Botânico, mandado construir em fins do século XVIII, origem do atual Jardim da Luz.

O recenseamento do Marechal Müller deu para São Paulo, na época da Regência, pouco mais de vinte mil habitantes, mas a maior parte espalhava-se pelas freguesias, que seriam os subúrbios de então: Guarulhos, Nossa Senhora do O, Penha, Embu... Talvez não chegasse a dez mil a população urbana ao findar a terceira década do século XIX.

Na pequenez de seus dez mil habitantes (na área urbana) e com a característica da mais provinciana das cidades, São Paulo começou, na primeira metade do século XIX, a expandir-se para além dos limites do burgo colonial. O primeiro indício dessa expansão, vamos encontrá-lo no aparecimento do núcleo de Santa Efigênia, mero subúrbio do tempo da Independência, mas freguesia já bastante povoada na época da Regência. Surgira numa das saídas da cidade – a que demandava Jundiaí e Campinas – e fora favorecida pela topografia do trecho correspondente à margem esquerda do Anhangabaú. No caminho da Penha outra freguesia começava a formar-se, na terceira centúria do século: o Brás, então com pouco mais de quinhentos moradores. Longe estava ainda a cidade de sentir a força expansora que a viria sacudir na segunda metade do século XIX.

Já desde o século XVIII sua função comercial se impunha, concentrada principalmente em duas ruas do velho núcleo: a rua da Quitanda e a rua das Casinhas (hoje do Tesouro). Seus nomes eram bastante significativos, pois na primeira eram vendidos os legumes, as frutas e as mercadorias de consumo imediato, enquanto que na segunda alinhavam-se as vendas em pequenas casas isoladas (as tais “casinhas”) fornecendo farinha, toucinho, arroz, milho, carne seca, etc. Era a cidade uma espécie de entreposto que mantinha contacto permanente com o porto de Santos e com a zona agrícola do interior onde prosperava a lavoura canavieira e tinha início a expansão do café. Tais fatores, embora

bem modestos, bastavam para ocasionar uma certa animação à vida comercial da cidade.

Por ocasião do recenseamento do Marechal Müller (1836) o município de São Paulo (ou “termo”, na linguagem da época) com suas dez freguesias e abrangendo vasta área territorial, ocupava posição de destaque dentro da Província (que, então, ainda incluía o atual Paraná) como centro econômico. Ocupava o primeiro lugar na produção do chá e de telhas, o segundo em gado cavalar, o terceiro em gado muar e na produção de farinha de mandioca, o quinto em gado lanígero e na produção de aguardente, o sexto na produção de algodão em rama e o oitavo em gado bovino.

A cultura do chá constituía uma das riquezas do município, merecendo a atenção de quase todos os viajantes que passaram por São Paulo na primeira metade do século XIX. Seu núcleo original localizava-se à margem esquerda do Anhangabaú, mais precisamente no lugar denominado “Morro do Chá”. Trata-se da área limitada pelas atuais ruas Xavier de Toledo e Sete de Abril, Praça da República e Avenida São João, e que foi arruada mais para o fim do século. O nome do “Viaduto do Chá” recorda hoje essa velha chácara paulistana e, por sua vez, essa importante cultura do município. Outras áreas também foram produtoras de chá no São Paulo antigo, como, por exemplo, a propriedade do Coronel Anastácio de Freitas Trancoso (cujo nome permaneceu no atual bairro do “Anastácio”) situada no caminho de Jundiá.

Inegavelmente, o acontecimento mais importante para a vida da pequenina São Paulo da primeira metade do século XIX foi a instalação da Faculdade de Direito, criada pela lei de 11 de agosto de 1827 e posta a funcionar a partir de março do ano seguinte. A importância cultural, social e também política desse fato tem sido salientada em numerosas obras, cujos autores souberam realçar o papel de alto relevo representado pelas “Arcadas” do Largo de São Francisco, na vida brasileira.

Graças a essa instituição, transformou-se São Paulo na “cidade acadêmica” de que falam alguns viajantes (o reverendo Kidder denominou-a a “Heidelberg brasileira”). Como que retornou à sua primitiva

função escolar, que lhe foi dada pelos padres jesuítas naquele remoto janeiro de 1554... Relegada a um segundo plano por vicissitudes várias, praticamente desaparecida nos derradeiros tempos da fase colonial, essa função cultural passou a marcar fundamente a vida paulistana através do século XIX, exercendo uma influência tão poderosa e fazendo com que, por muito tempo, ambas – a Cidade e a Academia – se confundissem, a história de uma sendo a história de outra.

De cidade fechada, voltada sobre si mesma, resultante de seu próprio isolamento, veio a tornar-se São Paulo, depois da instalação da Faculdade, uma cidade procurada por jovens procedentes de todos os recantos do país. A presença acadêmica transformou desde logo a fisionomia da Paulicéia, dando-lhe uma vida e um alvoroço que nunca antes conhecera.

A segunda metade do século XIX representa para São Paulo uma época de grandes transformações, através das quais começou a delinear-se a cidade dos nossos dias. Se até 1870 continuou a ser uma cidade acadêmica, gravitando sua vida em torno da Faculdade de Direito, a partir daquela data a capital paulista como que rompeu as barreiras que a cingiam à colina histórica. Pôs-se a expandir de maneira sempre crescente e imprevisível, viu alterar-se seu ritmo de vida, passou a conhecer funções novas, modernizou-se num caminho rápido e seguro para o espetacular crescimento registrado no século atual. É a esse período que o saudoso Professor Eurípedes Simões de Paula denominava a “Segunda fundação de São Paulo” e que, em parte corresponde ao governo de João Teodoro (1872-1875).

Dentre os fatores de importância que podem explicar o crescimento da cidade nessa época, três aparecem intimamente entrelaçados: a expansão cafeeira, a viação férrea e a imigração européia. Os dois primeiros – café e ferrovias – acham-se de tal maneira correlacionados dentro da história econômica de São Paulo que dificilmente podem ser separados. O autor destas linhas já dedicou ao assunto todo um livro que tem precisamente esse título “Café e Ferrovias”. Todavia, sobre a cidade de São Paulo e sua evolução exerceram cada um a seu tempo influências marcantes e perfeitamente definidas.

Embora a inauguração da primeira ferrovia paulista tenha se dado em 1868, ligando a Capital do porto de Santos, foi somente a partir de 1872, quando os trilhos atingiram Campinas e as novas áreas cafeeiras da província, que São Paulo começou a sentir as benéficas conseqüências do empreendimento. Ao findar o século, apresentava uma população de 240.000 habitantes, quando trinta anos antes contava pouco mais de trinta mil.

A convergência dos três fatores enumerados – o café, as ferrovias e a imigração européia – a partir de 1870 foi a responsável pelo início do extraordinário crescimento da cidade de São Paulo, a ponto de tornar-se uma das maiores metrópoles do mundo. Até aquela data, pouco havia a cidade ultrapassado os limites originais da colina histórica. A ampliação dessa reduzida área se processou através do retalhamento das chácaras mais próximas, embora sem obedecer a um plano diretivo. Na década de 1870-80, a Chácara do Chá já se achava arruada até perto do atual Largo do Arouche. É o que se depreende da planta elaborada por Jules Martin em 1877, na qual aparece toda Santa Efigênia dos nossos dias, com suas ruas assinaladas com nomes que, salvo poucas exceções, perduram até hoje: “Aurora”, “Vitória”, “Triunfo”, denominações alusivas ao término da Guerra do Paraguai... Era a “Cidade Nova”, a que se referem alguns viajantes da época.

Eram numerosas as chácaras a que nos referimos e que foram loteadas a partir de 1880 para ampliação da área urbana: para o norte, as do Bom Retiro, do Miguel Carlos e do Campo Redondo; para oeste, as do Marechal Arouche, do Senador Queiroz, de Martinho Prado e do Bexiga; para o sul, as do Ferrão e da Figueira.

Assim, de forma irregular e não planejada, foi aos poucos crescendo a área da cidade, ao mesmo tempo em que novos bairros integravam-se na vida urbana. Os exemplos são numerosos: a Chácara das Palmeiras, que em 1872 ainda tinha casa-grande, senzala, armazens, cocheiras, plantação de chá e grandes capinzais, veio a transformar-se no bairro de Santa Cecília, onde logo se abriram, entre outras, as atuais ruas Martim Francisco, Barão de Tatuí, São Vicente de Paulo, Alameda Barros a boa parte da Avenida Angélica, cuja denominação recorda precisamente

a antiga proprietária da chácara Dona Angélica de Souza Queiroz Barros. A antiga Chácara do Campo Redondo passou a ser o bairro dos Campos Elísios; a do Marechal Arouche transformou-se na atual Vila Buarque; a do Brigadeiro Tobias correspondia ao trecho onde hoje se encontram o Largo de Santa Efigênia, a Avenida Casper Libero e a que conserva o nome de seu antigo proprietário; a do Carvalho contribui para a formação de parte dos bairros da Barra Funda e Bom Retiro; a do Cons. Antônio Prado veio a transformar-se nas atuais Praça Marechal Deodoro, Ruas Eduardo Prado, Brigadeiro Galvão e Vitorino Carmilo; das chácara dos Fagundes e dos Fidelis resultou o bairro da Liberdade; na do Barão de Limeira abriu-se a Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, afim de encurtar o caminho para Santo Amaro; os campos do Bexiga transformaram-se no bairro da Bela Vista, ainda hoje conhecido por aquela denominação na linguagem do povo. Dentro em pouco os arruamentos atingiram o espigão onde, em fins do século XIX, abriu-se a Avenida Paulista em terrenos que constituíam outrora as chácaras do Paim, Pamplona e o sítio do Caaguaçu. E por ai afora, que muitos seriam os exemplos dignos de menção.

É claro que esse avanço da cidade nos terrenos das chácaras e sítios das vizinhanças implica em numerosas transformações de ordem social e econômica, especialmente com a definição de funções em determinados bairros e, sobretudo, a influência estrangeira que se acentua, particularmente, em fins do século, quando a cidade se encaminha também para a sua nova função, a industrial, com a qual acaba se caracterizando como o maior centro industrial da América Latina. Acentua-se, de maneira impressionante o seu cosmopolitismo, com a vinda de brasileiros de todos os Estados e de estrangeiros de todos os países. Conseqüentemente, a cidade se descaracteriza, tornando-se igual a todas as cidades grandes do mundo.

O século XX que assistiu com o desenvolvimento de São Paulo a um dos maiores fenômenos de crescimento urbano de que se tem notícia em todo o mundo, pode ser caracterizado, de início, pelo surto industrial que veio transformar a “Capital dos fazendeiros” em “Capital da Indústria”. Diversos fatores conjugam-se para explicá-lo: a facilidade de obtenção de energia elétrica, graças às grandes usinas construídas pela Light no Tietê no Cubatão; à existência de um mercado consumidor interno, que se

tornou cada vez maior em virtude do crescimento da população tanto da Capital como do Estado; ao afluxo de capitais estrangeiros, principalmente após a Primeira Grande Guerra (1914-1918); à facilidade de mão de obra e ao desenvolvimento da rede de transportes.

Não é das mais fáceis a tarefa de esboçar o crescimento da cidade sobretudo a partir primeira guerra mundial. Tal crescimento se fez de maneira desordenada, sem um plano pré-fixado, criando para a cidade problemas bastante sérios com os quais ela se defronta hoje. Uma simples vista d'olhos por uma planta da cidade dos nossos dias será suficiente para exemplificar.

De início, a expansão se fez paulatinamente, graças ao arruamento de chácaras ou à localização das indústrias acompanhando as ferrovias. Alcançou, assim, o Brás, a Vila Mariana, a Avenida Paulista, as Perdizes e Santana. Coloquemos, porém, tais limites dentro de uma planta moderna e veremos o quanto, em meio século, foram eles ultrapassados.

Nenhum dos acontecimentos que assinalaram a vida paulista e brasileira após 1930 foi capaz de interromper ou mesmo arrefecer o ritmo de crescimento e expansão da cidade. As estatísticas dão saltos de assombrar. Na época da Independência, enquanto que a Capital do País alcançava já cem mil habitantes, São Paulo mal passava dos dez mil. O recenseamento de 1872 lhe deu 31.000 habitantes; o de 1886 acusava quase 80.000. Os grandes saltos vieram no século XX: quase 600 mil em 1920; um milhão em 1934; quase um milhão e quatrocentos mil em 1940; mais de dois milhões em 1950; cerca de três milhões quando de seu quarto centenário (1954) e atualmente mais de dez milhões, o que a coloca entre as seis maiores cidades do mundo.

Sua história, como procuramos mostrar, é rica, movimentada e prenhe de ensinamentos. Gostaríamos de a ter desenvolvido mais nestas modestas notas, mas temos certeza de que o que ficou dito basta para que se tenha idéia de sua evolução.

(Matéria publicada originalmente no "Correio Popular", de Campinas nos dias 27 de janeiro, 3, 10, 17 e 24 de fevereiro e 3 de março do ano de 1978)



O PADRE ANTÔNIO VIEIRA, O DIPLOMATA

Vasco MARIZ

Um tema ainda pouco conhecido da nossa história do século XVII é a atuação do padre Antônio Vieira em suas missões diplomáticas na Holanda e na França, de 1646 a 1648. No momento em que se celebra o quarto centenário do nascimento de Maurício de Nassau, parece-me oportuno lembrar o tragi-cômico episódio. O estudo do chamado “papel forte”, com o que defendeu a sua tese, não revela tudo o que aconteceu e que poderia ter sido tão grave para o Brasil. Recordo que o genial sacerdote tentou justificar, a mando de D. João IV, a devolução das áreas reconquistadas aos holandeses pelos luso-brasileiros. Oferecia Portugal essa troca se os Estados Gerais assinassem um tratado de paz permanente e não perturbassem mais o comércio internacional português. Digo que o tema ainda é obscuro porque muitos documentos que esclareceriam os pormenores das negociações se perderam. Entretanto, por outras fontes e cartas do próprio padre Vieira foi possível apurar, de um modo geral, como decorreram as negociações em Amsterdã, Haia e Paris. Muito mais tarde, Vieira pretendeu ignorar o assunto e fez apenas referências evasivas, temeroso da condenação dos contemporâneos e sobretudo da posteridade. Na época das negociações em Haia e nos Conselhos de Estado em Lisboa, ele chegou a ser chamado de “o Judas do Brasil”. não só em Portugal, mas sobretudo em Pernambuco e na Bahia.

Lembro que se Camões fixou a forma poética da língua portuguesa, o padre Antônio Vieira também deu notável contribuição para fixar a forma da nossa prosa. Não é a minha intenção diminuir a sua imagem neste estudo, mas apenas comentar sua importante participação em fase

decisiva de nossa história comum. Ele agiu como bom português, cioso da precária independência de Portugal e do futuro de seu país natal, sem olhar para trás, para os anos de sua formação que ele passou no Brasil. Por isso será excessivo considerá-lo um traidor do Brasil, para onde ele acabou regressando para passar os últimos anos de sua velhice.

Vejam os que foi possível concluir dentro da vultosa bibliografia sobre o extraordinário orador, que, na primeira parte de sua longa vida, desempenhou o importantíssimo papel de conselheiro e legado especial do rei de Portugal. Lembro que estávamos no delicado período da Restauração, em que Portugal lutava desesperadamente contra a Espanha e a Holanda, com modestos meios para manter sua frágil independência recém-adquirida, e buscava o apoio da França, inimiga de ambos países.

O padre Antônio Vieira é talvez hoje mais lido no Brasil do que Camões. Sua obra impressa é vastíssima, destacando-se vários volumes de sermões, que tiveram numerosas edições a partir do século XVII. Muito apreciadas são também as suas *Cartas* a diversas personalidades da época, a começar por aquelas dirigidas a el-Rei Dom João IV, o primeiro monarca a governar Portugal depois da Restauração de sua independência da Espanha, em 1640. Mas vamos limitar-nos à faixa do tema escolhido, e eu diria que a sua correspondência com o Marquês de Niza, o super-embaixador português em Paris, e com Sousa Coutinho, embaixador junto aos Estados Gerais, merecem especial atenção. Lembro que no Catálogo do acervo da nossa Biblioteca Nacional o interessado poderá ter ampla escolha para aprofundar seus conhecimentos sobre as muitas e perigosas andanças do genial sacerdote.

No estudo do “papel forte”, nome com que o próprio rei D. João IV batizou o *aide-mémoire* de Vieira para defender as negociações em Haia e Paris junto aos diversos Conselhos de Estado, saliento algumas obras que são de manuseio obrigatório: a *História de Antônio Vieira*, de João Lúcio de Azevedo, publicada em Lisboa pela Livraria Clássica em dois volumes, em 1918 e 1920. Já no Brasil, nos anos cinquenta e sessenta do século XX, lembro *Aspectos do padre Antônio Vieira*, de Ivan Lins, editado pela Livraria São José, no Rio de Janeiro, em 1956, com 2ª edição

em 1962. Em 1997 apareceu em Lisboa um volume da bela publicação *Oceanos*, de nº 30131, (de abril/ setembro), que contém artigo de Pedro Cardim, da Universidade Nova Lisboa, que apresenta excelente descrição da atmosfera em que foram efetuadas as negociações em Haia e Amsterdã. O mais importante é o notável livro de Evaldo Cabral de Mello intitulado *O Negócio do Brasil* (Topbooks, 2ª edição, 2003) Outros escritores de renome também se ocuparam dessas atividades diplomáticas do pitoresco personagem do século XVII, entre os quais recorde Hernani Cidade, Pedro Calmon, C.R.Boxer e José van den Besselaar. Para os jovens informatas que desejam fazer uma primeira abordagem sobre o personagem, encontrarão na *Internet* um útil e pormenorizado resumo da vida e da obra de Antônio Vieira, de autoria do professor Rubem Queiroz Cobra (www.cobra.pages.nom.br/fmp-vieira.html).

Para melhor compreensão do controvertido personagem, começo por um rápido resumo de sua vida aventurosa, antes de focalizarmos o tema principal de nosso estudo. Antônio Vieira nasceu em Lisboa em 1608, filho do mulato Cristóvão Vieira Ravasco e de Maria Azevedo. No ano seguinte seu pai viajou só para Salvador, onde arranjara um bom emprego público. O menino só foi trazido para o Brasil em 1614, quando já tinha seis anos. Antônio foi educado no colégio jesuíta de Salvador e lá estudou teologia, retórica e filosofia. Seus mestres estimulavam os debates entre alunos para desenvolver a argumentação, o que lhe seria de muita utilidade na carreira política e sobretudo como orador sacro.

O rapaz iniciou seu noviciado em 1623, aos 15 anos de idade, contra a vontade dos pais. No ano seguinte ocorreu a invasão holandesa da Bahia, que ele presenciou de perto; mas em 1625 uma esquadra espanhola retomou a cidade. Nessa época Antônio Vieira já dominava o latim tão bem que foi encarregado de escrever um relatório para o Geral da Companhia de Jesus, relatando o que se passara na Bahia. Em 1627, foi transferido para Olinda, onde lecionou retórica no coJégio jesuíta, e sete anos depois foi ordenado sacerdote. Continuou a lecionar e a proferir sermões e já no ano seguinte escreveu seu primeiro livro *Curso Filosófico*, adotado oficialmente. Em 1638, quando Maurício de Nassau tentou conquistar a Bahia, fez sermões vibrantes contra os holandeses, o que lhe

deu notoriedade na região. Lembro que na época não havia jornais e o púlpito servia para orientar a opinião pública. Trabalhou com indígenas e negros escravos na catequese até que, em 1641, surgiu a grande oportunidade de projetar-se a nível internacional -ele foi convidado a integrar a comissão baiana encarregada de levar as congratulações do Brasil ao rei D. João IV, que acabara de assumir o trono português, após 60 anos de domínio espanhol.

Vieira tinha então 33 anos de idade, era alto, magro e sua eloquência já havia atingido suficiente maturidade. Em Lisboa começou a pregar na igreja de São Roque e o povo acorria para ouvi-lo. Em 1642 falou pela primeira vez na Capela Real e encantou o monarca que passou a convidá-lo a debater com ele os problemas nacionais. Em breve, Vieira se tornaria o principal conselheiro do rei, que ficava magnetizado por sua extraordinária personalidade. Em 1644, aos 35 anos, Vieira professou na Ordem. Iniciava a sua verdadeira luta e, como escreveu Lúcio de Azevedo, “a vida foi-lhe sempre um campo de batalha e a passou guerreando a todo o mundo. (...) Ele não media a estatura do adversário e não temia os poderosos”. Pagaria bem caro por isso.

Este é o período de sua vida que nos interessa especialmente, pois D. João IV confiou-lhe em 1646, 1647 e 1648 três missões políticas da maior delicadeza, em Paris e depois em Amsterdã e Haia, como veremos a seguir. Até que ponto essas missões foram por ele mesmo inspiradas ao vacilante soberano, caberá ao leitor avaliar e julgá-lo, já que as gestões foram de importância extraordinária para o futuro de Portugal e do Brasil. Como conceber que um homem de sua excepcional inteligência, possa ter sugerido ao soberano essas jogadas? Se bem sucedidas, elas seriam desastrosas para Portugal e para o Brasil, e certamente contribuiriam para a sua perda política e talvez até de sua vida. O duplo fracasso dessas gestões e a animosidade que provocaram sobretudo em Portugal, custaram-lhe, indiretamente, nada menos de dois anos de prisão nas masmorras da Inquisição.

Concordo plenamente com Evaldo Cabral de Mello quando escreveu, em *O Negócio do Brasil*, que devemos estudar melhor a história de Portugal a partir da sua emancipação da Espanha, em 1640, para

entender tudo o que se passou em nosso país até o final do século XIX. A guerra contra os holandeses não terminou em 1654, com as duas vitórias dos Guararapes e a rendição do Recife, pois a soberania portuguesa sobre o Nordeste brasileiro só foi reconhecida pelos Estados Gerais quinze anos depois, em 1669, e isso só foi conseguido mediante o apoio inglês e importantes concessões comerciais. A Inglaterra exercia então verdadeira tutela sobre Portugal, o que até seria útil ao Brasil a médio prazo. Lembro que a luta entre a Holanda e Portugal era sobretudo pelo valioso comércio do açúcar brasileiro, o tráfico de escravos proveniente de Angola que assegurava o bom funcionamento das fazendas pernambucanas e, finalmente, o proveitoso comércio de especiarias da Ásia. Com tais objetivos, os holandeses ousaram até bloquear a foz do Tejo e causaram danos enormes a Portugal, pois eles possuíam a maior frota naval do mundo, em meados do século XVII. Lembro que os ingleses só adquiriram a supremacia nos mares no século XVIII. E na época das guerras holandesas, o Brasil era apenas uma rica, mas estreita faixa de terra de, aproximadamente, cem quilômetros de profundidade, do Maranhão ao Paraná. Se a Espanha tivesse recuperado o domínio de Portugal – e não faltou muito –, ela teria provavelmente cedido o Nordeste aos holandeses e o Brasil hoje não existiria como tal, pois a área em disputa representava a metáide do território brasileiro da época. Após tais esclarecimentos, passemos às estranhas atividades de Antônio Vieira em Portugal e na Europa.

Recomendo especialmente aos interessados nessas atividades diplomáticas do padre Antônio Vieira a leitura do esplêndido livro de Evaldo Cabral de Mello *O Negócio do Brasil*, que não focaliza especialmente as andanças do sacerdote, mas analisa e comenta pormenorizadamente os acontecimentos políticos, comerciais e militares da época com lucidez. O autor salienta todas as marchas e contra-marchas da diplomacia portuguesa no esforço por obter o reconhecimento do reino pelas principais potências européias e na defesa de suas colônias na América, África e Ásia. Evaldo, que fez pesquisas recentes em fontes holandesas, nos esclarece também sobre as dificuldades do lado batavo em sua luta contra a França e a Espanha e, mais tarde, contra a Inglaterra, o grande poder naval e comercial em ascensão. Ao contrário do que o leitor médio possa supor, a política

interna e externa dos Estados Gerais nada tinha de monolítica e as províncias holandesas brigavam frequentemente entre si.

As províncias que compunham os Países Baixos tinham interesses por vezes profundamente diferentes e mesmo conflitantes. A Holanda, que constituía cerca de 40% do país, nem sempre teve voz preponderante sobre as demais províncias em assuntos importantes dos problemas coloniais. E para complicar ainda mais, os empreendimentos comerciais da Companhia das Índias Ocidentais, a menina dos olhos do país, estavam sempre sujeitos às vontades volúveis de seus acionistas, e nem sempre coincidiam com os pontos-de-vista dos Estados Gerais. Por outro lado, esses conflitos de interesses internos holandeses facilitaram bastante a defesa dos objetivos lusitanos, graças à atuação brilhante do embaixador Francisco de Sousa Coutinho, que utilizou de todos os meios possíveis, inclusive o suborno sistemático de autoridades holandesas, para procrastinar as negociações e a tomada de decisões, que eram sempre adotadas por cerca de 2.000 pessoas! Evaldo Cabral de Mello pinta em seu livro um quadro admirável da conjuntura política interna da Holanda do século XVII. Por outro lado, lembro que o rei D. João IV de Portugal só dispunha de relativa autonomia decisória: ele tinha de ouvir os diversos Conselhos de Estado, cujos membros conheciam mal a verdadeira situação internacional. Por isso as negociações iniciais para a trégua, assinada em 12/06/1641 e válida por dez anos, e as tratativas para o tratado de paz com os Países Baixos, foram extremamente tortuosas, um rosário interminável de marchas e contra-marchas, agravado pelas dificuldades de comunicação da época, em que uma carta de Lisboa a Paris ou para Haia podia levar três meses. O rei, por natureza hesitante e inseguro, estava à mercê das pressões dos notáveis e da Inquisição. Daí a sua constante mudança de direção nas conversações.

Dizia Sousa Coutinho que o monarca precisava, às vezes, enganar seus próprios embaixadores para poder obter bons resultados. Por isso veremos com surpresa a intervenção de pessoas estranhas ao *métier*, como o padre Antônio Vieira, na tentativa de solucionar alguns dos problemas mais graves da política externa de Portugal. Assim, Vieira recebeu três missões desesperadas na França e na Holanda e depois ainda

teve de redigir, a instâncias do rei, o chamado “papel forte” para tentar justificar junto aos Conselhos de Estado a estranha e confusa política externa adotada pelo soberano. No citado livro de Cabral de Mello o personagem principal não é Vieira e sim o competente embaixador Francisco de Sousa Coutinho, que deu todos os saltos para cumprir instruções por vezes contraditórias ou inexequíveis. No entanto, o historiador menciona frequentemente as cartas de Antônio Vieira e seu “papel forte”, que comprovam que o futuro do Brasil esteve várias vezes em perigo mortal.

Recordo que o embaixador Sousa Coutinho já era conselheiro do Duque de Bragança antes de ele se tornar rei com a Restauração. Fora também seu representante em Madri para negociar o seu casamento com D. Luisa de Guzmán. Terminou em 1650 a sua importantíssima missão na Haia, onde se saiu muito bem, se levarmos em conta as condições difíceis em que teve de atuar. Francisco foi também embaixador em Paris (1651-1655) e em Roma (1655-1658). Veio a falecer em Lisboa em 1660, quando era membro do Conselho de Estado.

Como bem comentou o grande historiador inglês C. R. Boxer, as relações entre Vieira e o rei João IV “não eram de monarca e vassalo e sim de dois amigos que não tinham segredos entre si”. Ambos estavam convencidos de que Portugal não tinha meios para combater, ao mesmo tempo, as Províncias Unidas e a Espanha. Por isso, a paz com a Holanda devia ser obtida a qualquer preço. Vieira encantou também a rainha Dona Luísa e o infante Dom Teodósio, mas o fato de atuar como se fora um verdadeiro primeiro ministro, criou-lhe numerosos e poderosos inimigos, que o incomodariam o resto de sua vida. Mas, curiosamente, tanto D. João IV quanto Vieira, estavam certos em sua avaliação, pois Portugal era mesmo um país pobre, com apenas um milhão e meio de habitantes, para assumir a defesa de seus vultosos interesses. Boxer aponta que o Brasil estava dividido em duas partes equivalentes entre os portugueses e os holandeses, sendo que os batavos detinham o setor mais rico. Como Portugal poderia defender o Brasil eficazmente quando necessitava de cada homem, de cada canhão e de cada uma de suas antiquadas naus para se defender da Espanha? A solução escolhida era mesmo desesperada, mas terá ela sido inspirada pelo sacerdote, ou foi mesmo iniciativa do

próprio rei, ou ainda de algum grande do reino? Se a jogada tivesse obtido sucesso, quase certamente o Brasil de hoje não existiria. Vejamos o que planejaram o monarca e o brilhante jesuíta e quais as providências tomadas.

A primeira missão de Vieira foi para reavaliar a conjuntura política na Holanda. De regresso, ele recomendou ao rei acrescentar aos 2 milhões de cruzados previstos, outro milhão para “a compra da compra”, isto é o dinheiro adicional para convencer os delegados holandeses. O projeto inicial consistia em tentar comprar dos holandeses a metade do Brasil que eles já ocupavam. Caso se recusassem e insistissem em ficar com Pernambuco, então o rei estava disposto até a reconhecer os direitos dos holandeses sobre toda aquela enorme e riquíssima região, em troca de um tratado de paz firme e duradouro, e a promessa de os Países Baixos ajudarem Portugal contra a Espanha, também inimiga dos batavos.

Além desse plano, Vieira aconselhara o monarca anteriormente em 1647 (e isso foi realmente idéia dele), criar duas companhias comerciais, do gênero das grandes empresas mercantes holandesas, que se ocupariam, respectivamente, uma do comércio com o Brasil e Angola, e a outra com o Extremo Oriente. Para isso seria indispensável obter significativo apoio financeiro dos ricos judeus portugueses que haviam fugido do país, escapando da Inquisição. Na defesa de sua tese, Vieira chegou até ao extremo de combater qualquer tipo de auxílio da metrópole aos patriotas luso-brasileiros, que haviam se organizado bem e se propunham expulsar os holandeses de Pernambuco. Nessa altura, a admiração que Vieira alcançara anos antes em Salvador e Olinda, se esgarçou rapidamente e bem cedo começou a ser chamado de “o Judas do Brasil”.

Mas o rei D. João IV estava convencido de ser absolutamente indispensável alcançar uma paz duradoura com a Holanda e a qualquer preço. Era a única maneira de estabelecer um certo equilíbrio de forças políticas e militares que assegurasse a sobrevivência e o futuro da independência de Portugal. Por incrível que pareça, muita gente sensata pensava assim em Lisboa, apesar de que os luso-brasileiros já haviam obtido seus primeiros êxitos na luta contra os batavos no Brasil. O soberano confiou então ao padre Antônio Vieira outra missão secreta

junto ao embaixador português em Haia, Sousa Coutinho, no sentido de efetuar uma tentativa de negociação nos termos mencionados acima. Com tal objetivo, o sacerdote, com *status* de embaixador adjunto, permaneceu na Holanda de fevereiro a julho de 1647.

Vieira estava no seu *prime*, já que tinha apenas 39 anos de idade. Seu magnetismo pessoal e sua extraordinária lábria estavam no auge e os judeus portugueses expatriados nos Países Baixos foram facilmente convencidos a ajudá-lo com sua influência regional e suas riquezas, antevendo já polpudos negócios a curto prazo. Mas o desafio era demasiado grande, tantos obstáculos encontraria Vieira. Falharam as gestões dos dois enviados portugueses, Sousa Coutinho, o embaixador residente (nada convencido da inaudita missão de Vieira) e seu misterioso ajudante, disfarçado em gentilhomen, vestido de escarlate, com bigode, capa e espada, já que na Holanda não se aceitava a presença de jesuítas ou sacerdotes católicos.

A segunda investida de D. João IV ainda foi mais audaciosa e mais desesperada, comportando negociações duplas: uma junto à corte francesa, inimiga dos holandeses e espanhóis, e outra junto aos Estados Gerais. Os pormenores são por vezes espantosos e então veremos em ação toda a audácia do prelado luso-brasileiro. É verdade que, na época, eram frequentes as jogadas políticas duplas e até múltiplas – era uma tônica da diplomacia no século XVII, a diplomacia barroca. Devemos dar graças a Deus pelos percalços que encontrou, pois se os plenipotenciários tivessem sido bem sucedidos, hoje quase certamente estaríamos falando holandês em grande parte do Brasil.

Mas antes algumas palavras sobre as condições em que atuavam os embaixadores portugueses na Europa. Ao acontecer a Restauração em 1640, urgia organizar uma rede diplomática eficiente para defender os interesses da coroa portuguesa contra seus numerosos inimigos. Foram escolhidos alguns dos aristocratas melhor preparados, fluentes em idiomas estrangeiros e com patrimônio pessoal para representar Portugal junto às principais cortes da Europa. Mas, como escreveu Sousa Coutinho, a diplomacia “era uma profissão adonde se entra a ser rico e adonde cada dia mais se empobrece o que a exercita”. *Sim* porque os

embaixadores deviam ostentar em seus postos a imagem de seu rei e isso custava muito dinheiro. Vieira pediu por carta a D. João IV “400 ou 500.000 cruzados para comprar as vontades e os juízos dos ministros mais interessados e poderosos. (...) O certo é que sem dinheiro se não há de fazer cousa alguma”. Por sua vez, Sousa Coutinho escrevia: “Confesso meu talento incapaz para negócio tão grande, que porventura o não terá Portugal tamanho em muitos anos”.

Como o dinheiro enviado por Lisboa era escasso e irregular, o embaixador tinha de dispor de posses suficientes para manter-se no posto, atender às despesas de seus auxiliares e sobretudo arcar com os gastos da propaganda de D. João IV. Lembro que a diplomacia espanhola era ativíssima na tentativa de desmoralizá-lo perante as cortes européias. As tipografias de Rouen foram mobilizadas para a impressão dessa contrapropaganda e as dificuldades era muitas para a sua difusão. Por tudo isso, a ajuda financeira dos exilados portugueses sefarditas era essencial, o que motivou Vieira a tentar obter o afrouxamento das drásticas medidas contra os cristãos-novos, em um período de grande animosidade contra eles em Portugal.

Lembro que, devido às dificuldades e à lentidão da correspondência com Portugal, os diversos embaixadores tinham um coordenador hábil e competente com o qual se correspondiam intensamente e recebiam instruções. Era ele Vasco Luís da Gama, trineto do navegador, o Marquês de Niza, embaixador na França, personagem importante nesse período e junto ao qual Vieira trabalhou durante as conversações com Mazarin. Já Francisco de Sousa Coutinho, o embaixador junto aos Estados Gerais, estava em contato permanente com Niza, mas gozava de certa autonomia e também se correspondia diretamente com o rei D. João IV, ou com o Secretario de Estado em Lisboa. O padre António Vieira recebeu instruções bastante vagas para suas missões e tinha margem de manobra para o que julgasse conveniente, mas isso também implicava em certo risco. Ele e Coutinho davam-se bem, já as relações entre Vieira e o marquês de Niza deixaram a desejar, pois este jamais aprovou a proposta que Vieira lhe trouxera de Portugal e ademais se sentia desconfortável pela intromissão do brilhante sacerdote nas negociações.

O isolamento daqueles diplomatas era muito grande, pois a correspondência com Lisboa demorava meses para chegar. Vieira conta que, em Amsterdã, frequentemente ia ao cais do porto conversar com marinheiros chegados de Portugal, à procura de notícias que o orientassem nas negociações. Em certas ocasiões os embaixadores em Paris e Haia não foram informados, ou propositadamente mal informados, ou ainda tardiamente, de gestões importantes ordenadas pelo rei em outras capitais sobre o mesmo tema.

Vamos agora seguir de mais perto as andanças, por vezes mirabolantes, do padre Antônio Vieira. O salto foi enorme: em 1641 ele ainda dava lições de catecismo a jovens índios e negros em Salvador e, cinco anos depois, ele já negociava com um dos homens mais poderosos do mundo de então, o primeiro ministro da França, o cardeal Mazarin. A proposta era debater a possibilidade do casamento do herdeiro do trono de Portugal, D. Teodósio, com a Grande Demoiselle, filha do Duque de Orleans. Boxer lembra que D. João IV considerava Vieira “o primeiro homem do mundo” e isso parecia habilitá-lo a negociações vitais para o futuro de Portugal e do Brasil. Aliás Vieira teria sido um grande pesquisador das principais bibliotecas da Europa, a ponto de o embaixador inglês em Lisboa comentar que “além de sua eloquência, ele tinha a faculdade de fazer os documentos falarem da maneira que mais lhe agrada”.

Como orador, Vieira apelava para a emoção, o patriotismo e a imaginação dos ouvintes, mas ele era um homem frio, objetivo e pragmático em seus escritos políticos. Como dizia Boxer: “Vieira tinha idéias muito pessoais e altamente impopulares”. (...) mas “tanto ele quanto o rei estavam convencidos de que Portugal não poderia de maneira alguma combater a Espanha e as Províncias Unidas ao mesmo tempo”. Em princípio eles estavam certos, embora os acontecimentos posteriores viessem a comprovar que se equivocavam.

O conselho inicial do sacerdote ao monarca era no sentido de que os holandeses deveriam vender as terras que ocupavam no Brasil contra uma altíssima indenização a ser paga em dinheiro e em açúcar. Cerca de 2 milhões de cruzados. No entanto – e aí está o ponto nevrálgico – se os batavos insistissem em reter Pernambuco, então o rei deveria, como

último cartucho para a paz, reconhecer os seus direitos no Brasil em troca de um seguro tratado de paz permanente. A opinião pública portuguesa e brasileira se opunha vivamente a essa iniciativa, pois detestavam os calvinistas e, em última análise, também estavam certos. Apesar disso, D. João IV despachou Vieira para Haia e Amsterdã, onde permaneceria de fevereiro a julho de 1647, como uma espécie de embaixador adjunto a Francisco de Sousa Coutinho, o representante residente na Holanda. Ambos tentaram por todos os meios a aquisição das terras do Nordeste já conquistadas pelos holandeses. Mas, como afirmou Hernani Cidade, “Só com peitas se poderiam ganhar votos à nossa causa, mas onde encontrar tanto dinheiro senão no cofre dos judeus portugueses expatriados”.

Sousa Coutinho chegou a propor aos holandeses, a fim de ganhar tempo para os revoltosos no Brasil, que Portugal e a Holanda criassem uma espécie de protetorado conjunto. Uma “republicazinha” no Nordeste brasileiro – como escreveu ele – que seria gerida por funcionários brasileiros e holandeses, sob a direção administrativa da Companhia das Índias Ocidentais, Já o marquês de Niza preferia o pagamento de uma soma importante para prolongar o tratado de trégua em vigor. Coutinho teve uma entrevista secreta com Nassau e convenceu-o a não voltar ao Brasil e ele concordou, talvez porque reconhecia que a guerra já estava perdida para os holandeses.

Ao mesmo tempo, Vieira passou a advogar junto ao rei a causa dos cristãos-novos, isto é, o governo deixaria os seus bens livres do fisco e seria decretada a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos velhos. Com o dinheiro deles, pensava Vieira adquirir poderosas fragatas para substituir as poucas e pobres caravelas, “escolas de fugir”, como dizia ele em suas *Razões*. No entanto, os católicos portugueses e a Inquisição opuseram-se veementemente a quaisquer facilidades aos cristãos-novos.

O impasse continuava quando surgiu como possível solução a idéia de casar o herdeiro do trono, o jovem D. Teodósio, com a senhorinha de Montpensier, a “Grande Demoiselle”, filha do Duque de Orleans. Acontece que essa moça era sete anos mais velha do que Teodósio e muito

mais alta do que ele, que era baixinho. Hernani Cidade chamou-a de “virago”, mas o fato é que ela teve importantes pretendentes e, em relato posterior, referindo-se a esses candidatos à sua mão, não incluiu o pequenino português, o que talvez possa ser interpretado que era nem sequer foi consultada a respeito de D. Teodósio. O mais importante e realmente espetacular e inadmissível também, era que, pelo projeto de Vieira, D. João IV abdicaria em favor do Duque de Orleans, irmão do rei de França, que assumiria a regência de Portugal até a maioridade do herdeiro do trono, D. Teodósio. Portugal ficaria assim nas mãos de um príncipe francês! D. João IV se trasladaria para o Brasil, talvez para Salvador ou até mesmo para o Maranhão, e viria reinar somente no Brasil. Acreditava Vieira que, com essa manobra, Portugal e o Brasil estariam a salvo, pois os franceses os protegeriam dos holandeses e dos espanhóis. Em verdade, a possibilidade da regência do Duque de Orleans não seria fato tão raro assim, pois algo semelhante já tinha acontecido em pequenos estados da Itália e da Alemanha. Maria de Médicis e Ana d’Áustria, a primeira italiana e a segunda espanhola, foram regentes e rainhas da França.

Se a proposta fosse aceita, o Brasil se separaria de Portugal como um reino independente e possivelmente não voltariam a reunir-se. Mas como conceber o modestíssimo Brasil de então, uma estreita faixa de terra com pouco mais de cem quilômetros de largura, como um país independente? Se o Nordeste era rico, o sul ainda era muito pobre em meados do século XVII. Mas mesmo assim o sacerdote foi enviado a Paris, em 1647, para negociar com o todo-poderoso Mazarin, o esportíssimo cardeal que dirigia a França de Ana d’Áustria, a rainha regente do país. Mas afinal quem inventou aquela fórmula tão complicada? Vieira ou o próprio rei D. João IV? Provavelmente o sacerdote.

O embaixador português em Paris, o marquês de Niza, ficou boquiaberto com a missão de Vieira e tão horrorizado estava com essa secreta negociação que, depois do seu fracasso, mandou queimar todos os documentos alusivos às tratativas feitas com os franceses. O que foi uma pena, pois com isso perderam-se informações preciosas alusivas ao assunto.

Nas negociações para a paz de Westfália, a Espanha ameaçou retirar-se se Portugal, que ela não reconhecia a independência, fosse admitido. A delegação portuguesa estava incluída em outras delegações amigas. Mas as negociações franco-espanholas estavam mesmo em um impasse e Mazarin chegou a confidenciar ao marquês de Niza que elas não passavam de jogo de cena, à espera da campanha militar do ano seguinte. Para felicidade de Portugal, a guerra franco-espanhola ainda levaria doze anos. Comenta Cabral de Mello que Mazarin aconselhou ao marquês de Niza

“agjr rapidamente cedendo Pernambuco a fim de evitar que os neerlandeses continuassem a fazer todo o mal que já haviam feito em Münster às pretensões portuguesas. Embora não houvesse garantia de que aceitassem a restituição em troca da inclusão de Portugal na paz, era provável que o fizessem, dado o empenho que tinham na reaquisição dos territórios perdidos no Brasil e as enormes despesas em que teriam de incorrer para reconquistá-los pelas armas”.

Segundo Arno Wehling, o conselho de Mazarin ao marquês de Niza pareceria dar a entender que a cessão de Pernambuco aos holandeses já estava no ar antes da paz de Westfália, o que de certo modo diminui a responsabilidade de Vieira.

O presente estudo não pretende analisar toda a complexa conjuntura da política internacional de Portugal depois da Restauração, em 1640. Meu objetivo é apenas lembrar um episódio curioso da vida do padre Antônio Vieira, ainda relativamente pouco conhecido, e recordar sua atuação diplomática na gestão política mais importante do período colonial brasileiro. Por um triz todo o Nordeste, do Ceará ao rio São Francisco, com o seu então infinito *hinterland*, quase foi cedido aos holandeses em troca de um duvidoso tratado de paz. Com esta jogada, aparentemente de mestre, D. João IV deixaria de lutar em duas frentes e poderia reforçar a fronteira com a Espanha, sempre ameaçadora e desejosa de reconquistar Portugal.

Vamos continuar a concentrar-nos, portanto, naquela figura extraordinária que foi Vieira, cuja integridade moral nem sempre esteve bem à altura de seus tão louvados dotes de oratória. Lembro que ele usava o púlpito para seus desígnios numa época em que não havia ainda jornais. Vejamos o que aprontou o sacerdote sempre tendo em mente que ele nascera português, embora aqui tenha vivido na mocidade e na velhice. Seu sentimento de brasilidade era limitado e o que mais lhe interessava mesmo era o bem de seu país natal, Portugal, como país independente. Com tal objetivo, ele lutou denodadamente, enfrentando a hostilidade de reinóis e brasileiros, ao preço de até tentar colocar um príncipe francês provisoriamente no trono de Lisboa e entregando o Brasil aos holandeses.

Em longa entrevista ao caderno Prosa e Verso”, do jornal “O Globo”, de 20 de setembro último, o historiador Evaldo Cabral de Mello, o melhor conhecedor atual da história do Nordeste, assim comentou o papel do sacerdote-diplomata:

“O padre Antônio Vieira exagerou a importância da atuação que teve. Sobretudo quando não conseguiu vender a idéia da entrega do Nordeste aos holandeses. Ele começou a tirar o corpo fora e a dizer que não era tão responsável assim. Afirmou que a idéia tinha sido do rei e que ele fora apenas o executor, quando se vê que antes dessa negociação, ele já tinha essa idéia, de que a solução do problema era entregar o Nordeste. Mas ele enfrentou a oposição dos valentões, os portugueses que não aceitavam a entrega do Nordeste”

Mazarin e a regente Ana d’Áustria recusaram prontamente a oferta do modesto rei de Portugal, pequeno país ainda não reconhecido pela Espanha, nem pelo Vaticano ou outros reinos da época. Que pretensão! teriam dito os arrogantes franceses. Esqueciam-se os lusos de que a rainha da França era espanhola e não gostava de Portugal. Afinal de contas, Portugal sem o Brasil era um trono que não merecia o risco. Em verdade, Ana d’Áustria não deve ter visto com bons olhos a idéia de transferir a

coroa portuguesa, que fora de seu pai e de seu avô, para a cabeça de uma sobrinha, a “Grande Demoiselle”. O que teria a França a ganhar com essa barganha? Hernani Cidade especula talvez com razão:

“A entronização de um rei no Brasil seria fechar para a França as perspectivas que ela de há muito visionava nesta colônia. Na emergência, defendeu melhor os nossos interesses o cardeal francês do que o jesuíta lusitano.”

Mazarin chegou a mencionar, nas conversações com Vieira e o marquês de Niza, a possibilidade de o Rio de Janeiro ser cedido a eles, como parte de eventual acordo. Depois das fracassadas tentativas da França Antártica de Villegagnon e dos ataques frontais de Du Clerc e Duguay-Trouin, até a planejada mas não realizada expedição do almirante d’Estaing, o Rio de Janeiro esteve sempre na mira dos franceses. Como entender que uma mente brilhante e organizada como a de Vieira tenha concebido proposta tão desastrada?

Mas o curioso é que quando as coisas estavam realmente mal paradas e a perda do Brasil parecia inevitável, ocorreram dois fatos inesperados que alteraram completamente o quadro político e militar: 1) os holandeses, já conhecedores da proposta portuguesa e de suas tortuosas hesitações, resolveram acabar de conquistar o Nordeste e teriam até considerado a hipótese de dividir o Brasil com os ingleses, que ficariam com o restante de nosso país. Armaram numerosa frota que partiu para o Brasil dias antes da chegada de Vieira a Haia. Mas subitamente explodiu a notícia que a irresistível flotilha havia sido dispersa, e em parte afundada, no Canal da Mancha por uma terrível tempestade. Os gastos enormes dos holandeses para montar aquela expedição estavam assim quase totalmente perdidos e a Companhia das Índias Ocidentais desistiu momentaneamente de afogar a rebelião em Pernambuco. 2) o segundo fato favorável aos portugueses foi a surpreendente notícia chegada do Brasil de que os luso-brasileiros haviam obtido importantes vitórias contra os holandeses, que daí para adiante passaram a ficar na defensiva.

Outra das fórmulas de conciliação seria a compra de ações da Companhia das Índias Ocidentais pela coroa portuguesa por cerca de 3

milhões de cruzados, pois julgava Vieira que essas ações poderiam ser revendidas posteriormente com lucro. Os ônus da compra ficariam divididos entre o Reino, o Brasil e Angola, mas os impostos obviamente teriam de ser escorchantes. Já Evaldo Cabral de Mello julga que: “Do ponto-de-vista português, a revolta dos luso-brasileiros era descrita apenas como um meio sucesso, ou um meio fracasso, o que diplomaticamente era simplesmente desastroso.”

O momento, portanto, era asado para Vieira entrevistar-se com os judeus portugueses exilados na Holanda e vizinhanças, e ele conseguiu a promessa de vultosas contribuições para a aquisição de poderosas fragatas para defender o país e abastecer Portugal com trigo. De volta a Lisboa, como compensação talvez para a possível cessão de Pernambuco, Vieira imaginou outras operações atraentes como o ataque a Buenos Aires, por onde era exportada uma parte da prata boliviana de Potosí, e até mesmo uma expedição ao Chile. Tentou ele organizar companhias mercantes bi-nacionais, juntamente com a França e a Suécia, para arrebatar o comércio internacional das mãos dos holandeses. No entanto, pela segunda vez, Mazarin negou-lhes o apoio e disse ao marquês de Niza que era urgente ceder Pernambuco aos holandeses para garantir a inclusão de Portugal, como país independente, na grande paz de Westfália, que encerraria finalmente a Guerra dos 30 Anos. Lembro que, nessa altura, os batavos haviam tomado Angola e um dos argumentos do sacerdote para aquela entrega ignominiosa era que: “sem Angola não há negros e sem negros não há Pernambuco”. Mais uma vez ele tinha um pouco de razão, pois se fosse mesmo assim, o Brasil passava a valer bem menos.

Mas, no ínterim, a situação de Portugal piorava a olhos vistos, pois pouco depois foi celebrada a paz entre a Holanda e a Espanha, que assim em breve poderiam atacar conjuntamente Portugal, na Europa e em suas colônias. Podemos ler pormenores jocosos dessas negociações na correspondência dos embaixadores portugueses entre si, mas o formato previsto para este estudo limita a sua inclusão. Uma coisa era certa: tanto Sousa Coutinho, na Holanda, quanto o marquês de Niza, em Paris, detestaram a intromissão, por vezes desastrada, daquele padre *doublé* de diplomata, com uma imaginação tão prodigiosa e tão pouco tato diplomático.

Mas desta vez D. João IV chamou-o de volta a Lisboa e a sorte começou afinal a desfavorecê-lo, pois era unânime em Portugal e no Brasil a reprovação das negociações em Paris e Amsterdã. O próprio Vieira o reconhece: “não há conversação, em tenda ou taberna, onde o caso não se discuta”. Nessa altura ele e Coutinho já eram chamados de “Os Judas do Brasil”.

Acuado, Vieira redigiu a pedido do rei um notável memorando, que ficou conhecido como “Papel forte”, para defender o tratado junto aos Conselhos de Estado (vide *Obras inéditas*, 3º – 125) e sua argumentação era bastante convincente. Ele comparou a penosa situação de Portugal com a da próspera Holanda, comentando:

“Damos-lhes por vontade o que nos hão de tomar pela força. Mas Pernambuco não é doado, senão vendido pelas conveniências da paz, e não vendido para sempre, para o tornarmos a tomar com a mesma facilidade quando nos virmos com melhor fortuna. (...) Restituída à região, a Companhia passará a ter todo interesse em cultivar a amizade com Portugal, em vez de incorrer nos riscos e gastos da conquista do Brasil.”

Vieira tentou salvar o texto da sua proposta mediante contrapropostas destinadas a atender parcialmente aos chamados *valentões* e assim D. João IV acabou por repudiar o acordo de Haia para agradá-los, mas criou a Companhia de Comércio do Brasil, que teria excelentes resultados. O jesuíta porém não esperava milagres, embora milagres às vezes aconteçam e foi o que ele alegou muito mais tarde. Escreveu ele: “A providência divina determinara fazer em Pernambuco um milagre, que ninguém imaginou e todos reconheceram como tal”. Referia-se ele às duas batalhas dos Guararapes, perdidas pelos batavos com milhares de mortos.

No entanto, se os brasileiros haviam conseguido encurralar os holandeses na Paraíba e no Recife, o comércio marítimo com a metrópole continuava um completo desastre. 220 naus portuguesas haviam sido

apresadas pelos holandeses e os luso-brasileiros não podiam mais enviar o seu açúcar para vendê-lo em Lisboa, nem receber armamentos ou ajuda militar de Portugal. No fim de 1648 o rei D. João tinha realmente de tomar alguma medida drástica ou abandonar de vez Pernambuco, sentenciou Boxer. O monarca aceitou o conselho de Vieira e mandou organizar a citada companhia marítima utilizando o capital judaico português no exílio, que ficava assim isento de confisco pelas autoridades eclesiásticas da Inquisição, mesmo se o investidor fosse culpado de heresia. Vieira também sugeriu ao rei a suspensão temporária da navegação e o afretamento de naus estrangeiras para o comércio com Portugal. No ínterim, aquela nova empresa não foi bem aceita em Portugal, nem no Brasil, devido a seus preços de monopólio. Boxer afirma que Vieira, em parte, estava certo, pois “graças à cooperação da armada da Companhia do Brasil, os patriotas de Pernambuco foram finalmente capazes de expulsar os holandeses do Nordeste em janeiro de 1654”.

Boxer e João Lúcio de Azevedo sugerem que o monarca nunca teria dado o seu consentimento expresso à insurreição pernambucana e ficara apenas ao corrente da trama de revolta para desautorizá-la depois, em caso de seu fracasso. Evaldo Cabral de Melo julga que não foi bem assim. O rei sempre apoiou os revoltosos, mas o fez mui discretamente. Depois das vitórias dos Guararapes, os brasileiros não tinham ainda condições de atacar o Recife, cujas fortificações eram excelentes. Não era possível atacar somente por terra e os holandeses tinham o domínio do mar. Só durante a guerra naval anglo-holandesa, de 1652 a 1654, é que D. João IV ousou autorizar a captura de Recife. E só o fez porque as forças navais portuguesas haviam aumentado sensivelmente e os holandeses não podiam enviar reforços. Mas a guerra com os holandeses não terminou em 1654 com a capitulação do Recife” Essa guerra naval com a Holanda, de 1657 a 1661, causou prejuízos enormes a Portugal. O Vaticano só reconheceu o Reino depois que a Espanha o fez, isto é, 28 anos depois da Restauração, em 1668. Já os Países Baixos só o faziam pelo tratado final de paz de 1669.

Entretanto, o apoio aberto dos cristãos-novos causou a Vieira graves problemas, a tal ponto que o Superior dos Jesuítas resolveu

expulsá-lo da Ordem. O rei, porém, impediu que a decisão do Superior fosse cumprida e ofereceu-lhe um bispado, que Vieira preferiu declinar. De janeiro a julho de 1650, Vieira recebeu outra missão diplomática que também terminaria mal. Viajou a Roma para fazer sondagens com vistas a um eventual casamento de D. Teodósio com uma princesa espanhola e, nas horas vagas, tentar intervir na revolta de Masaniello em Nápoles, criando dificuldades aos espanhóis. Mais uma vez ele não teve sorte e acabou fugindo apressadamente de Roma, ameaçado de morte pelos esbirros do embaixador espanhol. Esse fato parece haver esfriado o entusiasmo de Vieira por missões secretas, pois pouco depois recusou-se a acompanhar o novo embaixador português a Londres.

Antônio Vieira voltou ao Brasil em 1652, isto é, aos 44 anos de idade, e onze anos depois de sua partida de Salvador. Era, portanto, um homem jovem ainda. Ele passaria nove anos como Superior dos missionários jesuítas no Maranhão, bem longe dos palácios luxuosos que freqüentou na Europa e das personalidades européias que havia conhecido pessoalmente. Lembro que o antigo Maranhão era uma colônia em separado e subordinada diretamente a Lisboa e não a Salvador. Compreendia o Ceará, o Maranhão e o Grão Pará e só em 1774 foi incorporado ao Brasil. Vieira atuou vigorosamente na catequese de índios e negros da região, mas continuou a corresponder-se com seus amigos do Conselho Ultramarino. Vieira lá preocupou-se em melhorar as condições de trabalho dos índios.. Baeta Neves esclarece que “O plano de Vieira não é um projeto de extinção do trabalho indígena na colônia. Não é contra a escravidão, como acusam os senhores locais”. Escreveu Vieira:

“Só resta saber qual será o preço destes que chamamos de meio-cativos e meio-livres, com que se lhes pagará o trabalho de seu serviço. O dinheiro desta terra é o pano de algodão e o preço ordinário por que servem os índios, e servirão cada mês, são duas varas de pano, que valem dois tostões. Coisa que é indigna de se dizer e muito mais indigna de que, por não pagar tão leve preço, haja homens de entendimento e de

crisandade, que queiram condenar suas almas e ir ao inferno” (Vieira, 1957, t. 21: 193).

Vieira buscou no Maranhão um melhor e mais justo ordenamento do trabalho semi-escravo dos índios, enfim fez um esforço para disciplinar a escravidão. O genial sacerdote lutou pela coordenação das atividades da Companhia de Jesus com os interesses da coroa portuguesa, em oposição aos senhores da colônia. O que ele deplorava era a distancia do poder político, que considerava de “malfazeja seletividade ou atacado de miopia.” Vieira sublinhou que a metrópole desejava reduzir a ação da igreja: “Querem que aos ministros do Evangelho pertença só a cura das almas e que a servidão e cativo dos corpos seja dos ministros do Estado. Isto é o que Herodes queria !” (Idem: 355,356) Baeta Neves insinuou que Vieira fazia uma distinção entre índios e pretos, parecendo-lhe aceitável a escravidão negra. Curiosamente, o sacerdote se pergunta: “... eu que hei de ser vosso senhor porque nasci mais longe do sol e que vós haveis de ser escravo porque nasceste mais perto (do sol)?”. (Idem: 370) Baeta Neves arremata: “A sujeição dos povos é permitida desde que legitimamente cristã e isenta de excesso tirânico”.

Em 1661, aos 53 anos, Vieira conseguiu regressar a Lisboa e reassumiu seus deveres na Capela Real como orador. No entanto, ele em breve conseguiu irritar a Inquisição e acabou por ser exilado para o Porto, onde faria a revisão de seus sermões para publicação. Mas o irrequieto sacerdote não diminuía seus ataques contra alguns políticos e grandes da nação e acabou preso no Colégio da Companhia de Jesus. Aproveitando sua falta de apoio político, a Inquisição iniciou um processo contra Vieira, que lhe valeria a prisão no cárcere do Santo Ofício de 1665 a 1667, Felizmente a rainha viúva apiedou-se dele e mandou convidá-lo a pregar novamente na Capela Real. Isso ensejou nova missão a Roma, onde esperava anular o processo contra ele.

Em 1675, aos 65 anos de idade, Vieira fazia sucesso novamente em Roma pregando em italiano diante de dezenove cardeais. Curiosamente, lá encantou a ex-rainha Cristina da Suécia, que havia renunciado ao seu

trono e se convertera ao catolicismo. Ela fora orientada nesse sentido pelos jesuítas, que conseguiram do Papa Alexandre VII fosse ela recebida com toda a pompa pelo Vaticano e pudesse instalar sua corte em Roma. Em pouco tempo, Vieira tornou-se pregador oficial de Cristina e emocionava seus convidados com seus sermões.

Mais do que isso, segundo informou o padre André de Barros, autor de *A Vida do Padre Antônio Vieira*, publicado em Lisboa em 1742 (página 423):

“Relativamente à rainha da Suécia, ele é o guardião de tudo e nem mais ministros nem secretários tratavam com ela, e jamais os negócios eram tratados com embaixadores. Ele respondia a todos, ela só dava audiência após aquiescência do padre Antônio Vieira”.

Em Roma defendeu os cristãos-novos de Portugal perseguidos pelo Santo Ofício e intercedeu junto ao Papa contra os desmandos da Inquisição portuguesa. Ainda em 1675 conseguiu ser considerado isento da jurisdição da Inquisição e continuou sua vida de fausto em Roma durante mais seis anos. Aos 71 anos regressou a Lisboa e foi convidado a integrar a Junta de Conselheiros do Estado de Assuntos Ultramarinos. Já idoso e com saúde precária, Vieira pensava retornar ao Brasil, pois andava muito irritado com a persistente campanha contra ele devido a sua defesa dos cristãos-novos. Os estudantes de Coimbra queimaram a sua efígie em praça pública, aos gritos de “Padre Vieira, vendido aos judeus”.

Por isso talvez, em breve já estava em Salvador novamente, onde continuou a revisar seus sermões para publicação. Aos 85 anos caiu de uma escada de pedra e machucou-se seriamente. Em 1697, aos 89 anos de idade, veio a falecer após haver revisto para publicação todos os seus sermões. Esta é a fascinante história do padre Antônio Vieira, bom patriota lusitano que, embora amando o Brasil, tentou cedê-lo aos holandeses para assegurar a independência e o futuro de Portugal.

BIBLIOGRAFIA SELETA

AZEVEDO, João Lúcio de – *Dezanove cartas inéditas do Padre Antônio Vieira*, Academia de Ciências de Lisboa, 1916. Contém excelente estudo introdutório sobre as negociações em Paris e Haia.

_____ – *História de Antônio Vieira*, Livraria Clássica, Lisboa, 2 volumes, 1918 e 1920.

BAETA NEVES, Luiz Felipe - *Vieira e a Imaginação Social Jesuítica (Maranhão e Grão Pará no século XVII)*. Top-Books, Rio de Janeiro, 1997.

BOXER, C.R. – *A Great Luso-Brazilian Figure – Padre Antônio Vieira, S.J., 1608-1697*. The Hispanic and Luso-Brazilian Councils, da Universidade de Londres. Notável resumo do tema por ilustre historiador inglês.

CABRAL DE MELLO, Evaldo – *O Negócio do Brasil*, 2ª edição, Top-Books, Rio de Janeiro, 2003. Estudo pormenorizado de toda a conjuntura da época no Brasil e em Portugal pelo melhor especialista na história do Nordeste da atualidade.

CARDIM, Pedro – *Oceanos*, nº 30 I 31, abril/setembro de 1997, Lisboa. Número dedicado ao padre Vieira. Excelente artigo desse professor da Universidade Nova Lisboa sobre as missões na Holanda e França.

CIDADE, Hernani – *Padre Antônio Vieira, Estudo Biográfico e Crítico*, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência geral das Colônias, Lisboa, 1940. Valioso estudo sobre a personalidade e a obra de Vieira por importante historiador português.

COBRA, Rubem Queiroz – *O padre Vieira: vida, época, filosofia e obras do padre Vieira*. Bom resumo para iniciantes a ser acessado na Internet no endereço ([www.cobra.pages. nom. br/fmp-vieira.html](http://www.cobra.pages.nom.br/fmp-vieira.html)).

LAGO Jr., Sílvio – *Sondagens da Memória*, Lotus Blossom Editorial, Rio de Janeiro, 2003. Estudos sobre os diversos aspectos da vida de Vieira.

LINS, Ivan – *Aspectos do padre Antônio Vieira*, Livraria Editora São José, Rio de Janeiro, 2ª edição, 1962. Também valioso estudo de conceituado historiador brasileiro sobre o assunto.

VIEIRA, Padre Antônio – *Obras Inéditas*, 3 volumes, vide 3º volume para comentários sobre o “papel forte”.



O COMISSÁRIO DE CAFÉ: ALGUNS ASPECTOS DE SUA ATUAÇÃO

Duílio BATTISTONI FILHO

Na história econômica do café, muita importância teve o comissário, principalmente no final do Império e início da República. Na realidade foi uma espécie de administrador do fazendeiro, o intermediário de negócios entre o produtor de café e o exportador, tendo, portanto, plenos poderes para negociar o produto.

A sua origem prende-se às primeiras casas comerciais que, no Rio de Janeiro, foram-se posicionando nas transações do café, recebendo, em consignação, dos fazendeiros, 3% de comissão pela venda do produto. A sua função era a de classificar o café, tendo em conta os tipos de exportação. A seguir, entrava em negócio com as grandes firmas exportadoras através dos seus corretores, que ganhavam certa porcentagem nas vendas.

É importante assinalar que o sistema bancário, na época, era bastante defeituoso, pois o governo, muitas vezes, não atendia aos apelos dos cafeicultores para obter crédito para suas transações comerciais. Daí, formarem-se nos portos de embarque – Rio de Janeiro, Santos, Vitória – uma classe de indivíduos que acumulavam as funções de casa bancária e compradores de café.

A comercialização do café era feita, portanto, por casas comerciais que eram receptoras dos cafés produzidos das diversas regiões. Quase sem exceção, esses comissários faziam adiantamentos em dinheiro aos fazendeiros, para pagamento do custeio até a época da

entrega do café colhido, que era enviado aos comissários e armazenado sob seus cuidados. Eles negociavam o produto, ajustavam as contas, descontando o capital e os altos juros, e a sobra, que era sempre mínima, era entregue ao cafeicultor; quando a colheita não cobria as dívidas, passava-se o saldo devedor para o ano seguinte. Isto, na verdade significava para o fazendeiro uma ausência total de dinheiro, pois de todo o processo monetário se incumbia o banqueiro.

Ao fornecer crédito aos fazendeiros, os comissários agiam como verdadeiros “bancos regionais”. Entre ambos prevalecia, ou devia prevalecer muita confiança, pois os fazendeiros acabavam aceitando os preços oferecidos pelos comissários, tanto aqueles lançados para a venda do café ao exportador quanto os que pagavam pela aquisição das mercadorias que encomendava. Nesse sentido, havia uma total dependência do fazendeiro em relação ao comissário para a colocação do seu produto em condições vantajosas, o que era do interesse de ambos. A confiança era mútua e quase sempre justificada. O comissário tinha que ser cauteloso e vender o café por bons preços, apesar das flutuações diárias do mercado, e não encarecer demais as mercadorias fornecidas; se fosse apanhado trapaceando, a informação logo se espalharia entre os fazendeiros, que não mais fariam negócios com ele. Antes de abrir um crédito vultoso para a aquisição de mercadorias, o comissário tomava informações dos fazendeiros e da situação financeira do novo comitente. Apesar da confiança mútua recorriam a certas artimanhas nas suas transações. O café muito seco absorvia umidade ao descer a serra para a úmida baixada: o aumento de peso era acrescentado à conta do fazendeiro. Para compensar esta diferença os comissários compravam café ensacado na base de quinze quilos e vendiam-no aos exportadores na base da arroba inglesa, ligeiramente inferior. A verdade é que eram raros os fazendeiros ou administradores que faziam escrituração dos embarques de café e das mercadorias encomendadas a seus comissários.

O comissário mantinha na cidade armazéns e depósitos com estoque de mercadorias diversas, destinadas ao suprimento dos fazendeiros. Era comum o comissário fornecer aos fazendeiros artigos como bacalhau, carne-seca, sal, toucinho, ferramentas, guloseimas, etc.

Muitas vezes, era preferível comprar dos comissários, uma vez que vendiam mais barato que as casas comerciais das cidades mais próximas das fazendas ou do comércio de beira de estrada.

Introduzido no Brasil no final do século XVIII, o café prosperou realmente em escala industrial na província do Rio de Janeiro, tendo como grande centro produtor a região de Vassouras. Esse crescente mercado cafeeiro contribuiu para enriquecer uma elite que chegou ao poder com o Partido Conservador, em fins da década de 1830.

Apesar da grande produção, o problema maior estava na sua distribuição para os grandes centros, pois as comunicações entre o interior e o litoral eram bastante precárias. Basta dizer que os fazendeiros do Vale do Paraíba, antes da inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II, tinham grandes dificuldades em transportar o café devido à péssima conservação das estradas e do perigo dos assaltos. Para transportar o café em viagem perigosa para Iguaçu, perto da baía do Rio, ou para a capital propriamente e obter aprovisionamentos, o fazendeiro pagava preço elevado. Para a manutenção de uma tropa a cargo de um arreador e tropeiros escravos, o fazendeiro gastava grandes fortunas, e eram freqüentes grandes prejuízos, sob a forma de animais afogados ou feridos e café molhado ou enlameado.

O arreador era o encarregado da direção dos escravos tropeiros ou tocadores. Tinha a responsabilidade da entrega segura da valiosa carga de café ao armazém do comissário, situado no litoral, a muitas léguas de distância. De acordo com o relato de um tropeiro liberto, de manhã, no dia da partida para o litoral, as bestas eram reunidas em volta da tulha da fazenda. Sacos de couro ou bruacas eram cheios com quatro arrobas de café e pesados na balança da fazenda. As cangalhas eram colocadas no lombo dos burros que carregavam oito arrobas igualmente distribuídas dos dois lados. Como proteção contra a chuva e possíveis quedas no caminho, uma pesada cobertura de couro cru era colocada por cima dos sacos de couro e amarrada com uma correia, apertada em cima da carga por meio de um arrocho. Dois tropeiros escravos supervisionavam cada lote de sete burros. Entregue a mercadoria ao comissário, depois de alguns dias

de descanso, era iniciada a viagem de volta, com a tropa carregada de outras mercadorias.

Nos fins do regime imperial, havia no Rio de Janeiro mais de 2000 casas comissárias espalhadas pelas ruas dos Beneditinos, do Rosário, da Prainha, do Visconde de Inhaúma e de São Bento com a participação de brasileiros e portugueses. Eram ruas estreitas e ladeadas de casas comerciais, de cujas portas largas vinha o cheiro de café e sacaria. Instalados em casas assobradadas, com armazéns no andar térreo, esses comissários mantinham contato com fazendeiros, ora suprindo-os de numerário cada vez maior, ora servindo-lhes de elemento de contato na cidade. Devemos registrar a importância de um Teixeira Leite & Sobrinhos; Furquim Joppert & Cia; Alves & Avelar, para citar alguns. De grande valor foi a atuação do Conde de Avelar, fundador de sua Casa Comissária, em 1884, com clientela de Minas Gerais, principalmente da região de Juíz de Fora. Em carta enviada ao produtor de café, major Moreira Lima Junior, em 1873, o comissário Pedro Lima mencionava os nomes dos fazendeiros do Vale do Paraíba, de quem esperava receber café, fazia votos para que fosse de boa qualidade, para obter os melhores preços. O café deveria ser, segundo ele, de boa cor, sem manchas, nem grãos quebrados e muito menos misturado.

No Rio de Janeiro, o transporte entre os depósitos e armazéns da Gamboa para os trapiches se fazia pelos “bondinhos” da Companhia de Carris Urbanos. Nos meses de setembro, outubro e novembro, negociava-se diariamente uma média de 10 a 20 mil sacas.

Com a decadência da produção do Vale do Paraíba e, conseqüentemente, do porto do Rio de Janeiro, a partir da década de 1850, o interior paulista, o chamado “Oeste Paulista”, começa a despontar como grande centro cafeeiro. Para escoar toda a sua produção, o porto de Santos alcança grande desenvolvimento, fazendo com que Casas Comissárias se estabeleçam nessa praça.

A bem da verdade é que inicialmente o custo do transporte até Santos absorvia uma parcela grande demais do preço de venda. As estradas até Santos eram meras veredas, no máximo com dois metros de

largura, e que não podiam ser percorridas por veículos de rodas. O café, portanto, tinha que ser transportado, ainda, em lombo de mula. Cada uma carregava de 120 a 150 quilos. Em tropas de mais ou menos 10 animais, levavam 10 dias para chegar a Santos.

Os fazendeiros pressionavam fortemente o governo da província no sentido de uma estrada carroçável que substituísse os caminhos de mulas. Na década de 1860, José Vergueiro, filho de Nicolau de Campos Vergueiro, através de fundos do governo da província, conseguiu melhorar as condições da estrada, principalmente de Rio de Claro até Jundiá, quando uma estrada de ferro já estava inaugurada desta cidade até Santos. Apesar da companhia britânica, dona do empreendimento ferroviário, não se mostrar disposta a estender os trilhos até Campinas e Rio Claro, um grupo de fazendeiros assume o encargo. Entre eles havia 22 com lavouras em Rio Claro, inclusive o Conde de Três Rios, a família Vergueiro e o Visconde de Rio Claro. O levantamento do capital foi atrasado pela guerra do Paraguai, mas a Companhia Paulista de Estradas de Ferro trouxe a linha férrea até Campinas, em 1872.

As Casas Comissárias de Santos eram monopolizadas por brasileiros e estrangeiros, principalmente ingleses e alemães. Mas havia também aquelas que estavam ligadas aos grandes fazendeiros paulistas, como o caso do cafeicultor de Ibicaba, região de Limeira, Nicolau de Campos Vergueiro, que montou a firma Vergueiro & Cia. A verdade é que muitos fazendeiros, em vez de formar uma classe de proprietários rurais em decadência, assumiam funções urbanas inerentes à burguesia, desdobrando assim suas formas de criação de riquezas e apropriação de lucros. Como exemplo temos o coronel Antônio Proost Rodovalho, Bento José Alves Pereira, major Domingos Sertório, Joaquim Lopes Lebre (Visconde de São Joaquim), cujas fortunas tinham origem claramente mercantil, iniciadas com casas comerciais, evoluindo depois para casas comissárias e atividades industriais. Apesar de socialmente colocados em nível ligeiramente inferior aos fazendeiros e bacharéis, economicamente sua importância crescia à medida que se faziam necessários maiores concentrações de capital. Embora a maioria das casas ao exportadoras estivesse nas mãos de estrangeiros, como vimos, deve-se ressaltar que

apenas duas possuíam capital totalmente nacional: a Holworthy & Ellis e a J. F. Lacerda Franco, esta última associada à Casa Comissária Vergueiro & Cia.

No período de 1871 a 1891, Santos possuía 135 casas comissárias. Matias Costa, notório comissário de café, da cidade era figura de destaque no mundo dos negócios. Diretor da Associação Comercial, proprietário da Cia de Seguros Marítima, chegou a lotear a região de Dois Rios, chamada depois de Vila Matias, próxima do centro, hoje Bairro Gonzaga, cortado pela bela, extensa e reta avenida Ana Costa, nome de sua esposa.

Ao findar o século XIX, entre os dez maiores exportadores de café no porto de Santos, figurava apenas uma empresa brasileira, a Prado Chaves & Cia, fundada em São Paulo, em 1887, por duas famílias de fazendeiros – os Silva Prado e os Pacheco Chaves.

As crônicas da época assinalam que o relacionamento entre comissários e fazendeiros chegava a compreender o âmbito familiar. Os vínculos que prendiam o comissário ao fazendeiro não eram apenas laços de natureza mercantil, mas sobretudo afetivos. O fazendeiro que mandava o filho estudar na Corte recomendava-o ao comissário. Este lhe dava quarto e comida em seu escritório na cidade, se o rapaz vinha cursar uma Escola Superior. Quantas figuras importantes dos meios sociais brasileiros, políticos ou das carreiras liberais fizeram o seu curso morando nesses escritórios. Também os comissários chegavam a hospedar os membros da família do fazendeiro, quando de sua temporada à beira-mar ou agendavam viagens para a Europa, arrumando hotéis e passeios.

Entretanto, particularmente em épocas de crise, graves tensões costumavam marcar esse bom relacionamento. As relações eram afetadas por ocasião de flutuações do mercado. Além do mais, os fazendeiros se queixavam amargamente das contas dos comissários, como por exemplo, o não pagamento de armazenagem feito por eles, o não pagamento do seguro contra fogo, as divergências de peso, para citar algumas. Por sua vez, os comissários se queixavam dos exportadores.

Com o crescimento dos capitais aplicados e a ameaça de crise no mercado, os comissários conseguem a aprovação de uma lei, em 1885, sobre execuções civis e comerciais. Como consequência, chegam a criar um sindicato, denominado Centro de Lavoura e Comércio, objetivando a defesa e a abertura de novos mercados. Tudo para resistir ao monopólio dos exportadores.

Na comercialização do café não podemos esquecer o papel exercido pelo “ensacador”, antigo negociante que atuava como auxiliar direto do comissário. Os ensacadores constituíam núcleos que adquiriam os lotes por conta própria, postos diariamente à venda, com o que formavam estoques e faziam a “liga” do produto, manipulando-o e classificando-o para atender as exigências dos grandes centros do mercado mundial de café. Sua atuação definiu-se como a de comprador do café dos comissários por conta própria. Era o intermediário entre o comissário e o exportador, para quem vendia as partidas do produto. Possuíam armazéns para estocar o café, assumindo tremendos riscos. Por exemplo, as sacas eram contadas e não pesadas, e as reclamações dos exportadores eram constantes quanto ao pouco peso. Em contrapartida, os comissários também desconfiavam da pouca lisura comercial dos ensacadores.

Com o desenvolvimento da cafeicultura e a complexidade das relações sociais de produção, o raio de ação dos comissários foi sendo ultrapassado. Os seus próprios recursos financeiros foram se tomando insuficientes. Dessa maneira, acabaram enfraquecendo as suas relações com os fazendeiros. Com a abolição, as casas comissárias foram profundamente afetadas e muitas chegaram mesmo a fechar.

A partir do século XX, o café entra em crise por depreciações nos mercados consumidores. Deve-se ressaltar que, em 1900, constata-se a liquidação do Banco da República e de vários estabelecimentos bancários ligados a ele. Um ano mais tarde, Vicente de Carvalho, poeta e deputado à Assembléia Legislativa, prova ser a superprodução a causa do mal e advoga a queima do café durante algum tempo, como o meio mais prático de atingir-se a valorização gradual do produto. Antes da queima de 1929, a valorização deu-se somente em 1906, com o Convênio de Taubaté.

A necessidade de modernizar os negócios cafeeiros e dotá-los de melhores recursos creditícios veio também concorrer para as dificuldades das casas comissárias. Uma lei federal de 1903 previu a criação de Armazens Gerais, cuja finalidade seria armazenar, em condições adequadas, o café dos fazendeiros que não se interessassem pelos negócios feitos através dos comissários e quisessem negociar diretamente com o exportador. Para tanto, pagariam uma taxa de armazenamento até que pudessem autorizar a venda do produto.

O governo do Estado de São Paulo passou a estimular a atuação desses armazéns. Porém, nos anos que antecederam a crise de 1929, essas empresas, burlando o direito de sua regulamentação, passaram a operar nos negócios do café, indo muitos à falência.

Não podemos esquecer que circunstâncias influíram para o retraimento do comércio cafeeiro: condições desfavoráveis do tempo, retraimento do numerário, falta de braços, falta de organização das instituições bancárias, os trustes etc. Além do mais, a Primeira Guerra Mundial foi amarga. O governo, para atenuar a situação, cria as Caixas de Liquidação, reguladas pelo sistema de depósitos e margens, para garantir as operações do futuro. Contudo, com a guerra elas arruinaram-se. Pouco depois, foi criada a Bolsa Oficial do Café sem outros interesses intermediários, com transações e entregas diretas. Com a criação da Bolsa, o setor comissário viu diminuir seus negócios e os especuladores passaram a dominar todo o comércio exportador.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1) Araújo Filho, José Ribeiro de. *Santos, o porto do café*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1969.
- 2) Dean, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 3) Lapa, José Roberto do Amaral. *A Economia Cafeeira*. São Paulo, Editora Brasileira, 1983.

- 4) Lopes, Betralda. *O comércio de café através do Porto de Santos*. In Anais do II Congresso de História de São Paulo, Araraquara, 1975.
- 5) Sobrinho, Alves Motta. *A civilização do café (1820-1920)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1967.
- 6) Sobrinho, Costa e Silva. *Santos noutros tempos*. São Paulo, 1953.
- 7) Stein, Stanley. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1961.
- 8) Taunay, Afonso d'Escagnolle. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, Edição do Departamento Nacional do Café, volume VII, 1939.



NÃO É DE HOJE O PROBLEMA DO POLICIAMENTO E DE UMA GUARDA EM CAMPINAS

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

A história é longa; no momento aponto apenas alguns pontos que me chamaram a atenção ao analisar a documentação sobre o assunto.

De início enfatizo que não foram poucos os problemas policiais enfrentados na antiga Vila de São Carlos. Os primeiros documentos que localizei sobre o assunto, referem-se à lei de 3 de dezembro de 1811¹ quando então foram criadas Delegacias em todas as Capelas Curadas da Província de São Paulo.

À época eram por aqui freqüentes os assaltos e roubos (principalmente de cavalos nas propriedades rurais)², além de alguns poucos crimes passionais. Mas, a política já entrava em meio às desordens a fim de favorecer os já conhecidos como *apadrinhados*, onde suas reivindicações eram atendidas e as penas relaxadas!...

Na então ainda considerada como pacata Vila (1829), com uma insurreição havida onde os negros saíram vitoriosos sobre os brancos, o acontecido parece ter marcado em muito a família campineira. Quero crer que adveio daí a incansável luta da população branca no sentido de que nunca lhe faltasse bom policiamento, capaz de enfrentar quaisquer tipos de conflitos.

(1) Câmara Municipal. Villa de São Carlos. Arquivo. *Editais, Ofícios e Ordens Regias. v. 1812 a 1817.*

(2) Câmara Municipal. Villa de São Carlos. Arquivo. *Atas. v. 1815 a 1817.*

Com a criação da *Guarda Nacional* (1831) para substituir as milícias, ordenanças e guardas municipais, é bom lembrar que a então Vila de São Carlos a recebeu com certo entusiasmo, uma vez que pelo número de Distritos em que estava dividido, o transtorno de diferentes espécies eram constantes, constituindo-se num sério problema a ser enfrentado. Queriam seus moradores que a quantidade deles (seis) fosse diminuída para dois, o que só ocorreu em 1833³.

A situação da população tornou-se ainda mais confusa frente à criação de um novo *Corpo de Guardas – o policial*. Embora fosse já a Vila cabeça de termo da 3ª Comarca da Província, com população estimada em 6.689 habitantes em 969 fogos, não continha ainda freguesia ou capela curada. Era já considerado um município grande, pois, de Sul a Norte sua extensão era de sete e meia léguas e, de Leste a Oeste, de oito, além de possuir rios navegáveis, onde se destacavam os Atibaia e Jaguari, ambos já apresentando considerável descuido (1835)⁴.

Os reclamos da população sensibilizaram os responsáveis pela administração que acabaram por reduzir os distritos para dois, o que evitou a aglomeração de inspetores de quarteirão, simplificando, outrossim, a divisão judiciária.

A meio das múltiplas alterações havidas para a estruturação da Guarda Nacional, ainda em 1848 o problema persistia, frente ao quadro da mesma não estar completo e por não se manter adequadamente armado. Creio ter sido apenas a partir de 1852 (data incerta, pois, não encontrei documentação a respeito⁵) que parece os ânimos se acalmaram um pouco mais em Campinas.

Mas, eram os moradores campineiros insistentes e, bem por isto as reclamações continuavam sendo encaminhadas ao governo paulista que parecia estar surdo e persistia em não atender ao clamor e temor dos habitantes.

(3) Câmara Municipal. Villa de São Carlos. Arquivo. *Afas.* v. 1830 a 1842.

(4) *Idem*, *ibidem*.

(5) Notícia esparsa pode ser encontrada em Arquivo. Câmara Municipal de Campinas. Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Campinas, Campinas, Typ. Campineira, 1858.

Neste constante batalhar dos cidadãos, esclareço que já desde 1871, a Câmara⁶ incrementou a atuação de dois fiscais responsáveis pela supervisão não apenas dos estabelecimentos comerciais, bem assim das tabernas, por não estarem cumprindo com as obrigações municipais, o que estaria obstaculizando o policiamento em decorrência da falta de verbas para o pagamento destes funcionários.

A imprensa local era enfática no sentido de que estes fiscais tivessem suas responsabilidades assumidas. Em 1877, foi então criada a *Guarda Urbana* pela Câmara Municipal onde um dos pontos salientes era que as *Posturas Municipais* fossem cumpridas com relação à tranqüilidade pública e que melhor fosse também cuidada a propriedade privada.

De início, a fim de que tudo fosse consolidado adequadamente, foi nomeada uma comissão de cidadãos, considerados importantes na cidade, e que estivessem dispostos a oferecer sua colaboração frente à emergência que os moradores sentiam em não possuir guarda e efetivo policiamento.

A comissão percorreu as poucas e principais ruas de Campinas⁷ a fim de angariar fundos, visando uma contribuição anual para que houvesse reserva suficiente para manter o serviço policial urbano, além de outras despesas a isto atinentes tais como aquisição de fardamento, salários dos praças e oficiais.

Quase todos os moradores contribuíram frente à necessidade que os envolvia, tendo sido então organizada a *Guarda Urbana*. Faltava, entretanto, a aprovação da Assembléia Provincial do Estado. Mas, não houve tal consentimento e Campinas prosseguiu em sua labuta, sempre mostrando o quão prejudicial estava sendo ao seu desenvolvimento a falta de um policiamento adequado uma vez que contava apenas com a milícia paulista que, no entender dos campineiros, não bastava.

Em 1878, de comum acordo com a edilidade e os moradores, foi pensada a criação de uma *polícia particular*, onde cada cidadão concorria

⁽⁶⁾ Câmara Municipal de Campinas. Arquivo. *Registro de Correspondências*, v. 1839-1872.

⁽⁷⁾ *Gazeta de Campinas*. Campinas, out 1877.

de acordo com suas posses para a manutenção da mesma. Foi uma tentativa frente ao descaso que sentiam os habitantes, por parte das autoridades, em não serem suas petições atendidas. E isto porque Campinas era ainda considerada sossegada!... Todavia, tal guarda não chegou a ser organizada pelo que observei nas páginas da imprensa local da época⁸.

Em 1880, observei que a imprensa local⁹ continuava, com eloqüência, a insistir para a criação da Guarda Urbana mostrando o crescente número de roubos, furtos e desordens que ocorriam, destacando, principalmente as dificuldades enfrentadas pelos fazendeiros que chegando à cidade sem poder, óbvio, tudo trazer de suas propriedades rurais, sentiam-se desnordeados com as violências contra eles efetuadas. Por outro lado, o comércio também reclamava da ação dos larápios.

Finalmente em 1881, após vários debates, foi formada a *Guarda Urbana de Campinas*¹⁰. No entanto, repetindo a frase popular sobejamente conhecida a emenda foi pior que o soneto – o *Corpo de Urbanos* foi constituído de gente da pior espécie prosseguindo, em decorrência, os agitos contínuos na cidade.

Assim, em setembro de 1882¹¹ esta Guarda não foi mais tolerada pela população, tendo sido então solicitada à Câmara Municipal a criação de um *Corpo Armado*, com a denominação de *Urbanos*. Mas tal projeto de lei não passou disto...

Advindo a República, propôs a população a criação da *Milícia Cívica Campineira*, visando não apenas preservar a nova ordem política instaurada, bem assim auxiliar aos cidadãos. Tal Milícia era composta por soldados de Infantaria e Cavalaria.

A falta de praças era grande para atender ao policiamento local, tanto que nos primórdios de 1888 toda a cidade reclamava para que o legislativo provincial se agilizasse no sentido de oferecer à cidade um destacamento fixo.

⁽⁸⁾ *Diário de Campinas*. Campinas, agosto 14, 1878.

⁽⁹⁾ *Gazeta de Campinas*. Campinas, nov. 1880.

⁽¹⁰⁾ *Diário de Campinas*, Campinas, agosto, 1881.

⁽¹¹⁾ *Gazeta de Campinas*. Campinas, set. 1882.

No entanto dez anos após¹² constatei que o policiamento continuava precário na cidade e sua população vivia em constante sobressalto. A guarda da cidade permanecia ineficiente e cara além dos elementos que a formavam aparecerem, por vezes, embriagados, proferindo obscenidades em locais públicos (principalmente no Largo do Rosário) onde as famílias campineiras costumavam passear.

Foi apenas no Governo de Nilo Peçanha que houve a reforma da Guarda Nacional como instituição. Entretanto, frente às desordens havidas no que concerne à política brasileira, os *apadrinhados* aumentavam, suas reivindicações eram atendidas e as penas relaxadas. Se isto ocorria no cenário nacional, o que dizer deste município ainda visto como saudável e lugar especioso para se viver! As arbitrariedades foram se avolumando à medida que o tempo passava, além do aumento de crimes, problemas num crescendo com menores que perambulavam pelas ruas da cidade (e isto já a partir de 1885)¹³. O pior: não havia espaço para os alojar...

O desenvolvimento econômico-sócio-político-cultural propiciou, a partir dos anos 1950, um crescimento desordenado à cidade, onde sua população esteve intensamente voltada, num crescendo, objetivando a modernização e melhor aparelhamento de seu sistema de segurança, a fim de minimizar o temor que era historicamente vivenciado por seus habitantes. Mas, até na atualidade, que está sendo difícil de ser contornado, está!...

⁽¹²⁾ *Correio de Campinas*. Campinas, dez. 1898.

⁽¹³⁾ *Gazeta de Campinas*. Campinas, out. 1885.



A PRIMEIRA FERROVIA BRASILEIRA

Edilberto TREVISAN

Quando estamos para comemorar o sesquicentenário da instalação da Província do Paraná, tornam à lembrança outros acontecimentos nacionais coevos que, aparentemente alheios ao nascimento do Paraná, integram a marca histórica do meado do século XIX.

Foram acontecimentos distantes da terra paranaense, mas compõem o panorama em que surgiu a Província do Paraná, dão-lhe as exatas proporções e medidas, não se diria do avanço técnico, mas pelo menos do momento em que ainda timidamente a sociedade brasileira começava a utilizar os progressos da Revolução Industrial.

O estabelecimento do primeiro trecho de estrada de ferro na capital do Império, apesar de diminuto em sua estrutura, foi, porém, um desses acontecimentos históricos que teria amplos reflexos nas décadas subsequentes. Mauá, a figura central da idéia ferroviária no Brasil, para isso teve de lutar, talvez menos com as dificuldades financeiras, que não foram pequenas, do que com a retransa que sempre se opõe às coisas novas. Já lhe dissera o Marquês do Paraná: *Trem de ferro não é cabrito maltês para galgar montanhas.*

Assim, na mesma década em que nascia o Paraná autônomo, também se estendiam os primeiros poucos quilômetros de trilhos, do Porto Mauá, no fundo da Baía da Guanabara, até a vila da Serra da Estrela, na direção de Petrópolis. Apesar da importância do acontecimento, são raras, por isso também muito apreciadas, as referências sobre a pequenina ferrovia de Mauá. Sem subsídios governamentais, foi iniciada a construção em 29 de agosto de 1852, inaugurando-se o primeiro trecho até Fragoso em

30 de abril de 1854. Em 16 de dezembro de 1856, ficou concluído mais um trecho de dois quilômetros até a Raiz da Serra, hoje Inhomirim. A linha apresentava trilhos de boleto duplo, 32 kg por metro, fixados sobre painelas (não dormentes) pelo sistema Greave, bitola de 1,68, neles correndo a *Baronesa*, como se sabe, nossa primeira locomotiva. Todo o material rodante e da via permanente viera da Inglaterra, onde Mauá estudara as primeiras estradas de ferro inglesas.

Mas, com tais características, como operava na prática esse primeiro trem de Mauá? Como dissemos, poucos se propuseram a descrever o seu funcionamento que, afinal, em seu tempo, apesar de novidade, constituía o óbvio à vista de todos.

É preciso então recorrer às narrativas dos cronistas da Corte e principalmente de viajantes estrangeiros, para colher as impressões que ficaram dessa pequena viagem ferroviária.

Uma velha crônica de José de Alencar de 1854 é um dos mais interessantes documentos, num tempo em que, indicado por Francisco Octaviano (o celebrado poeta daquelas estrofes eternas *quem passou pela vida em branca nuvem*), o futuro autor de *Iracema* colaborava regularmente no jornal *Correio Mercantil*, diário carioca que existiu de 1848 a 1868. Nessas colunas apareciam nomes de peso de nossa história literária, como Gonçalves Dias e Manuel Antônio de Almeida, entre outros. Deste último, ali saíram em folhetins, em 1852, as *Memórias de um Sargento de Milícias*, depois publicadas em dois tomos, de 1854 e 1855.

Nele também, nesse tempo, Machado de Assis iniciava a vida como simples revisor. Alencar completa a coleção de nomes famosos, deletreando no *Correio* seus pendores literários, antes de empreender a obra ciclópica de seus romances. Borboleteava o estilo com leveza, “comentando, para gáudio de seus leitores, os fatos da semana, desde um simples incidente policial até os acontecimentos da guerra do Oriente; desde os sucessos da Charton e do Gentile, até os sermões de Mont’Alverne; desde a simples máquina de coser, até o complicado mecanismo social, salpicando tudo com o condimento da graça e do bom humor”. Quem assim escreveu foi o biógrafo Arthur Motta.

Esse era o espírito das crônicas semanais de Alencar no *Correio Mercantil*, mais tarde, em 1874, coligidas no livro *Ao Correr da Pena*, com reedições conhecidas em 1888 e modernamente apresentado pela Melhoramentos. Os folhetins de Alencar reuniam doses de jornalismo e de literatura, mistura que permite compreender a descrição descomprometida do romântico sobre a obra material de Mauá. Com alguma razão, afirmou um analista daquela fase que Mauá, ao lado de Teófilo Otoni, Mariano Procópio, Calógeras e outros, “estadistas, no sentido exato da expressão, no Império, tanto diferiam dos românticos, palradores em idéias”... É assim que a visão romântica de Alencar sobre a iniciativa pioneira de Mauá perde-se nos coloridos do trecho marítimo, praticamente esquecendo a ferrovia propriamente dita, do Porto Mauá à vila da Raiz da Serra:

A barquinha de vapor corta ao largo resvalando docemente pela flor d'água, mas sem aquela excessiva velocidade que dá aos objetos um aspecto fantástico. A cidade do Rio de Janeiro vai fugindo à vista, e com o vago da distância começa a retratar-se no horizonte como um painel magnífico iluminado pela esplêndida claridade dos raios de sol.

Depois de uma página inteira sobre a baía, finalmente:

Mas eis a ponte do desembarque que se alonga pela proa da barca; chegamos a Mauá. Saltemos, e, como o lugar não tem nada que ver, como as construções da Companhia ainda estão em principio e não oferecem nada de curioso, tratemos de tomar os nossos lugares no vagão, e de prepararmo-nos para a nova viagem, tendo o nosso bilhete em mão segundo o regulamento.

Deu o sinal. Lá vamos levados pelo monstro de fogo que se lança, rugindo como um a fera, vomitando fumo, devorando o espaço. Alexandre Dumas já o disse,. o prazer da velocidade tem um gozo, uma voluptuosidade inexprimível. A primeira vez, porém, a novidade, o vago do desconhecido, destroem em parte aquele prazer, e produzem uma espécie de embriaguez de espírito, que de alguma maneira paralisa o pensamento. Não há idéia fixa, não há preocupação, por mais forte que

seja, que resista a esse choque súbito de tantas emoções, a esse tumulto confuso das impressões que se sucedem rapidamente, que se aglomeram, se repelem e se destroem.

Depois de dezenove minutos desse vôo fantástico, desse sonho acordado, despertais repentinamente aos gritos do cocheiro e aos trancos de um dos incômodos carros da Companhia, que vos faz imediatamente lembrar dos passeios ao Catete. Resignai-vos como eu, e, se tendes alguma idéia favorita, alguma imagem suave, que vos ande a sorrir na mente, abri-lhe a vossa alma, e esquecei as misérias deste mundo. Quando mal pensardes, estareis no alto da serra.

Alfredo d'EscragnoIle Taunay, o Visconde, menciona uma dessas descrições, de Carlos Augusto Taunay, publicada em 1862 sob o título de *Viagem Pitoresca a Petrópolis para servir de roteiro aos Viajantes e recordação deste ameno torrão brasileiro...* (Rio de Janeiro, 152 páginas, 1862)

A nota de Taunay, sobrinho de Carlos Augusto, foi incluída entre os escritos deixados por ele inéditos e cuja publicação, embora anunciada em 1897, ocorreu somente em 1921 (*Filologia e Crítica*, Melhoramentos de S.Paulo, 191 páginas). Talvez por escrúpulo ali o Visconde não menciona o nome do autor seu parente, que no entanto se encontra esclarecido até por Sacramento Blake, pelo menos desde 1893. Não manuseamos o livro de Carlos Augusto, do qual porém o sobrinho nos proporciona algumas transcrições, afirmando que se compunha de três partes: ida, estada e volta.

Do trecho marítimo, até o porto Mauá, através da baía, “a derrota já inclina para a ilha do Governador, maior que certos principados italianos ou alemães e cuja superfície verdejantemente ondulada, cujas praias ocupadas por quase não interrompida série de casas, sítios, manufaturas de cal, olarias, choças de pescadores, eclipsadas cá e lá por bonitas ilhas, enlevam os olhos...” A lancha, rebocando dois ou três saveiros, sempre se retardava.

Da ferrovia, nada transcreve o Visconde de Taunay, provavelmente porque à época em que escrevia (1897), há muito ela deixara

de interessar, substituída que fora por outras linhas ferroviárias. Apenas a paisagem eterna do Rio, continuava sempre linda, como na canção. Acrescenta Taunay: “tomavam-se, porém, as diligências, findo o trecho da via férrea até a Raiz da Serra, a primeira construída no Brasil e... toca a subir”, pelos caminhos da serra, nas carruagens puxadas por quatro burros, sob o zunido dos chicotes, a trote largo.

O livro de Carlos Augusto Taunay, que não examinamos, não passava de um guia turístico para viajantes, como assinala o próprio título. Outros autores, esses estrangeiros, deixaram registros mais minuciosos sobre o mesmo trajeto, ainda que menos conhecidos porque publicados em idioma estranho.

O visitante suíço von Tshudi, subindo para Petrópolis, em dezembro de 1857, fez essa pequena viagem e descreveu-a em quadros realistas, proporcionando-nos conhecer todos os *confortos* prodigalizados aos viajantes daquele tempo. Vale a pena acompanhar o observador Tshudi nessa curiosa travessia pelo velho Rio de Janeiro:

Da Prainha (hoje Praça Mauá), próximo ao Arsenal da Marinha, diariamente parte uma barca a vapor, cedo às 6 horas, de tarde às 2 horas, mantendo a ligação da capital do Império com Petrópolis. Por intermédio de um grande pavilhão comercial, em cuja entrada se encontra a Caixa, onde se adquirem as passagens para a barca e para a estrada de ferro, chega-se ao embarcadouro, que se distingue entre os demais embarcadouros do Rio de Janeiro por não oferecer risco de se quebrar pescoço e pernas.

Em nenhuma cidade marítima de igual porte, há menos preocupações do que no Rio, quanto a embarcadouros, não direi cômodos, mas seguros, embora as condições da Baía para tal finalidade, a rigor, sejam geralmente bastante favoráveis. As autoridades competentes não querem ou não sabem aproveitá-las em benefício do público.

O vapor é uma barca vagarosa. No convés posterior, sobre o qual se ergue uma tolda de madeira, encontra-se um camarote para as senhoras, e na frente, alguns bancos de madeira, como primeira classe. A parte da frente destina-se para os passageiros de segunda classe e para

os pés no chão (pessoas descalças), inclusive escravos, quer dizer, cujas passagens importam em terceira classe, no mesmo lugar dos ensapatados. Eles partilham um espaço apertado, com sacos, caixas, malas, cestas, mulas, e ainda o piloto. A roda do leme encontra-se pois colocada perto da proa, de modo que o marinheiro na direção não seja prejudicado na visão à distância.

Geralmente duas ou mais lanchas, bastante carregadas, são rebocadas pela barca. A marcha desta torna-se por isso bastante lenta, pouca coisa mais rápida que uma baleeira bem tripulada, permite porém apreciar a maravilhosa viagem da grandiosa Baía, com os quadros continuamente variados de sua orla, as inúmeras ilhas cobertas da mais luxuriosa vegetação e as formas bizarras dos rochedos que emergem da água. Certamente, a Baía do Rio de Janeiro, com toda razão, goza da fama de uma das mais belas paisagens do mundo.

De seu ponto de partida, a barca segue a direção norte, com leve inclinação para oeste. Logo que passa o ancoradouro dos navios de guerra, alcança a pequena Ilha da Enxada, rumo para a Ilha do Governador e segue seu curso, ao longo da costa, por entre inúmeras e pequenas ilhas.

A Ilha do Governador, a mais importante das ilhas da Baía, com superfície de cerca de 20 quilômetros quadrados, é em sua maior parte acidentada, principalmente em suas partes ocidental e sul. Nessa mesma ilha há lavouras em algumas Fazendas. O povoamento se estabeleceu de preferência junto à praia e compreende um círculo numeroso de casas e choupanas, em redor de quase toda a ilha. Ali se encontram em funcionamento de 14 a 18 fornos de cal e uma olaria. A Freguesia a que pertencem os moradores chama-se Freguesia de N. Sra. Da Ajuda da Ilha do Governador.

Mais longe, para noroeste, fica a pequena e romântica Ilha de Paquetá, mais ou menos povoada e em bom estado de cultura. Ali também funcionam fornos de cal em grande escala (principalmente de conchas de Vênus flexuosa Lam.) Eles suprem uma boa parte da demanda anual de cal da cidade. À Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte da Ilha de Paquetá pertencem ainda as ilhas próximas de Brocoió, Pancarahyba e o grupo sul

das ilhas Jerobaibas (Ferro, Redonda, Água, Casa, Palma Romana, Braço Forte).

As ilhas pequenas proporcionam um encanto peculiar. Nelas, com frequência, surge uma choupana solitária num insignificante bananal, rodeado de algumas laranjeiras e algum pedaço de lavoura de arroz ou mandioca. Muitas vezes se ergue apenas um par de esbeltas palmeiras, de corolas farfalhantes por cima da vegetação rasteira, ou então se levanta apenas um rochedo exótico da superfície líquida, suavemente ondulada.

Quase a cada batida da roda do motor vem uma nova paisagem, com outras variedades.

Durante os meses de verão, em que sobre a baía pesa o calor de um meio-dia mais forte, a viagem se torna um tanto mais incômoda, e rapidamente são consumidos as duas vasilhas de água em frente do convés posterior. Vêm-se também negros oferecendo limonada fresca, espremendo a fruta madura do caju e deixando escorrer o suco adstringente por entre os dedos escuros, num copo de água com açúcar.

Após uma 1 ½ hora de viagem, com maior demora se houver muitos reboques para puxar, a barca chega ao Porto de Mauá, a uma distância do Rio de Janeiro de cerca de 11 milhas marítimas.

Ali já espera a locomotiva a vapor, que parte imediatamente, sem demora, para os pés da serra. Esse trecho de estrada de ferro, o primeiro em todo o Brasil, com cerca de 12 milhas inglesas de percurso, foi construído por uma sociedade de ações com um capital de 2.000 contos, em cuja direção está o Barão de Mauá, e as obras acabaram em 20 de abril de 1854. Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá, um dos mais notáveis brasileiros, alinha-se entre os maiores financistas do Império e, como homem empreendedor, desenvolve constante atividade em vários ramos, até além das fronteiras de seu país.

Entre outros empreendimentos, foi por ele fundado o Banco que leva seu nome, com uma importante representação em Montevidéu, a grande fábrica de máquinas a vapor em Ponta da Areia, em Niterói, em frente da capital do Império, e a Companhia de Navegação do Rio Amazonas.

Na Câmara Legislativa, como deputado, defendeu sua província natal de S. Pedro do Rio Grande do Sul, de maneira que ele está na primeira linha, como verdadeiro defensor das liberdades constitucionais de sua pátria, dos direitos e do progresso.

A ferrovia não foi bem construída, em parte devido ser o terreno, em determinados trechos que percorre, bastante pantanoso, talvez também se deva levar em conta ser a primeira ferrovia construída no Brasil. As diferenças de níveis que, entre os trilhos, em vários pontos são grandes tornam a viagem não muito agradável.

Os vagões são pequenos, desconfortáveis e imundos. A segunda classe às vezes não é suficiente para comportar o número de passageiros e então os escravos são empurrados contra os passageiros de primeira classe, numa proximidade bastante incômoda pela transpiração provocada pelo calor de trinta e alguns graus.

Quase na metade exata do trecho ferroviário, fica a estação de Inhomirim, a pouca distância da povoação de igual nome. Nos arredores há muitas plantações de cana e algumas Fazendas em bom estado de cultura, as quais vão até quase o Alto da Serra. A várzea, através da qual corre a ferrovia, é larga e agradável, embora pantanosa em alguns trechos.

Durante o trajeto, observei algumas vezes uma fauna ornitológica bastante rica, antes de tudo em aves do pântano e tanagrídeos. Depois, a região novamente se mostrava deserta de seus moradores alados.

Via de regra, viajar-se-ia em maior velocidade nessa ferrovia, o que, pela sua construção defeituosa, não seria nada prudente. Vinte e poucos minutos após a partida de Porto de Mauá, chega a locomotiva à estação final da Raiz da Serra, aos pés da Serra da Estrela, parte da Serra dos Órgãos. Ali ficam as carruagens de prontidão para subir a serra.

Por segurança, para encontrar um lugar num desses veículos nem um pouco cômodos, compra-se logo o bilhete já no agente dessa companhia, na estação de Prainha.

Completamente carregados de passageiros e de carga, a longa fila de carros deixa a estação, quase todos com cocheiros alemães, puxados por quatro fortes animais. Quando a subida permite, andarão a galope ou em trote suado. (von Tschudi, *Reisen durch Süd-Amerika*, vol. 1, págs. 193/198)

Em maio de 1865, portanto oito anos depois da passagem de von Tschudi pela região, outro cientista estrangeiro, o naturalista Louis Agassiz, então no Brasil chefiando uma missão americana de estudos, fez a mesma viagem do Rio a Petrópolis, também utilizando idêntico itinerário, pela Estrada de Ferro Mauá. Por coincidência, anos antes, em 1834, Tschudi tivera oportunidade de estudar com Agassiz, em Neuchâtel, onde Agassiz lecionava História Natural. Posteriormente, depois de 1846, transferiu-se Agassiz para os Estados Unidos (*v: Viajantes Estrangeiros no Paraná, do autor*). Essa coincidência mostra como os dois estudiosos seguiriam rumos inteiramente diversos.

O viajante von Tschudi buscava nas terras por onde passava informações econômicas de interesse dos governos europeus, colhendo elementos sobre população, escravidão, situação dos colonos vindos da Europa, meios de transporte, matérias primas, num largo leque de dados que hoje constituem um rico filão de pesquisa histórica.

Já Agassiz, como naturalista de renome, procedia de modo bem diverso. Mesmo esse pequeno trajeto em que ambos coincidiam, parte insignificante das grandes explorações que realizaria pelo território brasileiro, desde logo evidencia onde ficavam essas diferenças. Ali não se detém Agassiz em descrever a ferrovia de Mauá, que já então não era nenhuma novidade. Diz o narrador que, desembarcando no porto de Mauá, *ali subimos em vagão e um novo trajeto de uma hora, por terrenos baixos e pantanosos, nos levou ao sopé da montanha (Raiz da Serra)*.

De Mauá, Agassiz e seus companheiros seguiram num cupê aberto, puxado por mulas, pela estrada coleando a montanha. O panorama da serra e sua vegetação absorvem as atenções dos viajantes: a variedade das palmeiras, as acácias, os fetos, as begônias, as tumbérgias despertam comparações com a flora do hemisfério norte.

Mas é impossível não sentir a atração da montanha. A orografia da região deixa de princípio Agassiz perplexo: *As montanhas que a estrada percorre, como todas aquelas dos arredores do Rio, têm um formato inteiramente particular. Elas são escarpadas e cônicas e, à primeira vista, fazem pensar numa origem vulcânica. São tais perfis abruptos que dão tanta grandiosidade à cadeia que temos sob os olhos, pois a altura média dos picos não ultrapassa seiscentos a novecentos metros (dois a três mil pés). Um exame mais atento mostra que essas formas ásperas e fantásticas resultam de uma lenta decomposição da rocha e não foram produzidas por alguma convulsão súbita.*

E Agassiz logo compara: *De fato, o aspecto exterior das rochas é ali de tal modo diferente daquele que se conhece no hemisfério norte que o geólogo europeu se detém imediatamente desorientado diante delas, e pensa em ter de recomeçar o estudo de toda a sua vida.*

A descrição das explorações científicas de Agassiz foi publicada no Brasil sob o título de *Viagem ao Brasil* (1865-1866), constituindo o volume 95 da Coleção Brasileira, embora aqui tenhamos nos servido da versão francesa (*Voyage au Brésil, Hachette, 1869*), a mesma fonte do tradutor brasileiro.

A justaposição de relatos de autores diferentes mas relativos a épocas bem próximas expõe um quadro mais ou menos verdadeiro sobre os dias de exploração da Estrada de Ferro Mauá, como ligação obrigatória do Rio de Janeiro com Petrópolis, quando a linha foi prolongada até esta última, sob o nome de Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará, iniciativa de Pandiá Calógeras, seu irmão George e do engenheiro Luiz Berrini, com cerca de nove quilômetros. Nela, pela primeira vez no Brasil, foi então empregado sistema suíço de cremalheira Riggenback.

De época mais recente, aí pelos fins do século XIX, ficou um registro da ferrovia de Mauá, já com o acréscimo do trecho da Grão Pará. Essa notícia pertence ao italiano dr. Alfonso Lomonaco, em suas memórias *Al Brasile* (Milão, 1900). Nesse tempo, a viagem marítima tinha dois horários, ao meio dia e às quatro horas, afim de conectar a chegada da barca no porto de Mauá com a partida do trem:

Ao desembarcar do vapor, encontramos em seguida, sobre uma plataforma de madeira que avança sobre o mar, o trem já pronto para partir. O primeiro trecho que o trem percorre – a assim conhecida ferrovia de Mauá – que se desenvolve da praia até o pé da Serra, representa a primeira cepa ferroviária que foi plantada no Brasil, inaugurada no ano de 1852 (aqui Lomonaco confunde a data da concessão imperial com a da inauguração –1854). Esse trecho percorre um terreno ondulado, pantanoso e alagadiço, recoberto de mata cerrada. Apenas ultrapassada a série de pequenas colinas que orlam a praia, apresenta-se à vista o panorama da Serra da Estrela, da qual, à medida que se aproxima, se dominam melhor os pitorescos contornos. Da Raiz da Serra, onde termina a ferrovia de Mauá, principia a do Grão Pará, em operação há três ou quatro anos e cuja construção ainda não se completou em toda sua extensão. Da Raiz da Serra até o alto, o trem sobe costeando os morros, que a cada momento apresentam aspectos mais novos e fantásticos. Entre outros, é notável a vista do conhecido morro dos Frades, em torno do qual, em certo trecho, a estrada coleia, prodigalizando em seu cume arredondado várias excrescências rochosas, como saliências superpostas, que lhe dão a aparência fantástica da enorme cabeça de um polvo.

Do alto da Serra se descortina, durante alguns minutos, o maravilhoso panorama da baía do Rio de Janeiro, da cidade e dos morros circundantes, de uma beleza incomparável, a ponto de extasiar o observador mais insensível.

Mas inegavelmente é o trecho inicial da Mauá que representa a imagem da implantação ferroviária no Brasil, a primeira cepa de uma grande árvore no dizer de Lomonaco, com as condições técnicas e econômicas que permitiram o seu surgimento no meado do século XIX. Além disso, as memórias desses viajantes ensejam considerações inesperadas sobre os objetivos e o real significado das longas peregrinações desses estrangeiros por terras distantes e pouco conhecidas.

No que respeita a Carlos Augusto Taunay, é ele o estrangeiro já radicado no Brasil e seu desejo de comunhão com o entusiasmo dos naturais do país.

Quanto a Johan Jakob von Tschudi (1818-1889) e Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873), ambos suíços, o segundo naturalizado norte-americano, viajando pela pequenina estrada de ferro, compunham o significativo fluxo de viajantes e cientistas estrangeiros que passaram pelo Brasil, no decorrer do século XIX. O livro de Lomonaco, apesar da desconfiança com que vê a colonização italiana no Brasil, contém um apanhado completo não somente dos núcleos implantados nas diversas regiões, como um retrato da própria nação naquele momento.

Foi uma corrente de exploradores, cientistas, artistas, homens de negócios que, a partir do início daquele século, com Mawe, Martius e Saint-Hilaire, chega até Peckolt, em épocas pré-republicanas. Nesse longo e permanente processo, aparecem figuras importantes e díspares, sob o aspecto econômico, político e cultural. Isso permitiu a Pedro Calmon, relegando uma interpretação individual, metodiza-los em conjunto, por períodos: 1808-32, fase descritiva; 1835-65, interpretativa; 1866-1891, integrativa, esta, segundo o historiador, “não apenas de estudar, mas de dominar a natureza”.

No Segundo Império, podemos ressaltar um aspecto nem sempre suficientemente considerado quanto à personalidade do Imperador, de formação universalista e sempre disposto a participar dos eventos capazes de facilitar um melhor conhecimento do Brasil. Quanto a isso, andava o Império completamente a favor da maré, pois, o Brasil precisava difundir a extensão de suas potencialidades futuras, na dependência da participação das nações mais desenvolvidas. A implantação da ferrovia de Mauá constituía um sinal da clarividência em aprender com quem sabia, absorver os conhecimentos e partir para a ação. O Imperador mantinha com isso uma tradição de família, diretora sábia, quase despercebida no conjunto da administração nacional, mas cujos resultados práticos não podem ser minimizados.

Von Tschudi e Agassiz realçam com propriedade essa faceta da política imperial, ao procurar atender às várias situações criadas pela observação exercida pelos visitantes estrangeiros, observação que às vezes chegava até a caracterizar vigilância. O primeiro viajava por iniciativa de governos europeus, preocupados com as condições de seus

compatriotas que vinham tentar vida nova no Brasil. Era um crítico arguto e severo sobre o Brasil e os mais diferentes setores sociais, o que tornou sua obra um repositório valioso para a história. Pode tranquilamente ser considerado como pertencente à fase de transição, entre as de descrição e de interpretação imaginadas por Calmon.

Agassiz, na qualidade de cientista, à frente de uma distinta delegação de estudiosos, aproxima-se do trabalho interpretativo. Hoje se destaca entre os seus integrantes o então desconhecido, depois notável filósofo e psicólogo norte-americano William James (1842-1910), na época com apenas 23 anos.

Essa política de abertura cultural, que constituiu uma das iniciativas mais sábias do Segundo Império, não se restringiu apenas ao trabalho de estrangeiros. A ciência adventícia, escreve Calmon, era seguida do interesse nacional pelo sertão... E despertava a atenção nacional para o incremento dos estudos brasileiros sobre sua própria terra. Na própria expedição de Agassiz se destaca a participação pessoal na viagem amazônica de Tavares Bastos, como relata Carlos Pontes em sua obra *Tavares Bastos* (Brasília, volume 136, pág. 217).

Tanto mais clarividente era o trato das autoridades imperiais com esses viajantes e exploradores, quase sempre incentivados pessoalmente pelo Imperador, quando se sabe quanta desatenção costuma hoje ser reservada a tais iniciativas. A esse respeito, assim pensa um moderno pesquisador do governo norte-americano: “Nas relações entre as duas nações (Brasil e Austria no século XIX), os acordos políticos podem estabelecer e desenvolver relações contratuais, mas o contato espiritual de fato e a fundação de um respeito mútuo entre duas nações devem ser firmemente alcançados somente através de um intercâmbio adicional de cultura. Somente um tal intercâmbio permite uma visão da alma do povo estranho e desconhecido, e muito tempo depois de caducar os tratados, continua a servir, ainda que tênue, como uma ligação entre os povos, mesmo diante de governos hostis”. (Ezekiel Stanley Ramirez, *As Relações entre a Austria e o Brasil*, Brasília, volume 337, pág. 123)

O abandono da prevalência do aspecto cultural nas relações internacionais, como preparativo dos entendimentos comerciais, pode levar certos comentadores estrangeiros a juízos distorcidos sobre nossa história. Alguns até passam em julgado, como aquele de Carlheinz Hahmann e Charles S. Small de que a ferrovia de Mauá fora construída para transportar a nobreza do Rio a Petrópolis. (*Brazilian Steam Album*, volume II, Canton Ohio, 1985) Essa afirmativa é desmentida pelo relato dos viajantes estrangeiros aqui citados.

Se no plano externo a passagem dos viajantes estrangeiros colhia resultados tão significativos, no plano interno consolidava a colocação de imigrantes, refletia diretamente na expansão do trabalho livre, preparava o terreno aos capitais estrangeiros, principalmente ingleses e franceses, na exploração mineral, estradas de ferro, bancos e serviços públicos, como enumera Heitor Ferreira Lima.

Um observador mais generoso, além dos indicadores econômicos, poderia avançar, alcançando os expressivos índices do desenvolvimento cultural ocorrido no Segundo Império. Dele, as manifestações mais evidentes são as que brotam espontaneamente da literatura. Quando o Brasil começava a observar-se, a conhecer seu corpo físico, surgem os primeiros livros que viravam as costas para o litoral, olhando para o sertão, até ali o centro das atenções dos estrangeiros. Tratando do Visconde de Taunay e de *Inocência*, aparecido em 1872, reconheceu Wilson Martins que “intitulando o capítulo I de *O sertão e o sertanejo*, ele empregava duas palavras que iam reaparecer sucessivas vezes em tantas obras marcantes de nossa literatura (de Alencar a Euclides da Cunha, passando por Afonso Arinos e Coelho Neto), além de implantar um tema central, talvez o tema central das nossas meditações sobre o Brasil...” (Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, III)

Tema atual, levantado pelos viajantes estrangeiros no século XIX, até hoje ainda não esgotado. Nos dias atuais, cogitam de restaurar para fins turísticos a pioneira ferrovia de Mauá. Poderá, então, realizar-se a profecia do grande brasileiro, no ato da inauguração, há cento e cinquenta anos, perante o Imperador:

Seja-me permitido, Imperial Senhor, exprimir nesta ocasião solene um dos mais ardentes anelos do meu coração: esta estrada de ferro, que se abre hoje ao trânsito público, é apenas o primeiro passo na realização de um pensamento grandioso. Esta estrada, Senhor, não deve parar...



O PÁTIO DO COLÉGIO: UMA CONSTRUÇÃO COLONIAL DO SÉCULO XX

Regina Dragiça KALMAN

I – INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo de Piratininga foi fundada a partir de um colégio, em 25 de janeiro de 1554, pelos jesuítas da Companhia de Jesus, com o objetivo de catequizar índios, e por essa razão fizeram o Colégio a meia légua de Piratininga e três léguas da Vila de Santo André da Borda do Campo. Poderiam, assim, ter mais liberdade de trabalho, sem a influência direta das duas Vilas.

No entanto, o povoado cresceu muito em torno do Colégio, necessitando-se a construção de uma igreja para atender toda a demanda religiosa. Mais tarde, o nome do seu padroeiro, São Paulo, passou a toda a Capitania.

A segunda igreja edita, foi em 1556 e a terceira, construída de 1667 a 1681, quando foi inaugurada, dava à vila de São Paulo muita imponência com sua torre de telha dourada. Sua torre foi reconstruída, depois no século XVIII, vindo abaixo com o desabamento e demolição em 1896, após a expulsão definitiva dos jesuítas do Brasil.

Recentemente, em 1554, quatrocentos anos depois de sua fundação, começou um movimento para a “reconstrução” do antigo Colégio. Na falta do modelo da primeira igreja, feita de taípa, foi resolvido

que seria utilizada a imagem da terceira igreja. Para isso foram estudadas diversos fotos, quadros, numa reconstrução iconográfica possível, que depararam em inúmeras dificuldades, pois o livro de Tombo dos jesuítas foi destruído após sua saída do país.

No entanto, não foi unânime o aceite dos arquitetos paulistas, pois realmente o material a ser usado na “reconstrução” não poderia ser da época obviamente, seria, portanto, uma construção visual, tendo como referência o original, e não teria, na realidade um patrimônio histórico autêntico.

Apesar da dicotomia de opiniões, iniciou-se a “reconstrução” e a urbanização do pátio histórico, com uma série de dificuldades.

Primeiro foi erguido o prédio referente ao Colégio, hoje Museu do Anchieta, e depois a igreja. Muitas dificuldades financeiras prolongaram esse trabalho durante anos.

Assim, com os prós e contra, o sítio da fundação da cidade de São Paulo foi reconstruída: uma construção feita no século XX com o estilo do século XVII, um barroco num prédio novo. A sua validade histórica ou não, é uma resposta que fica em aberto.

II – HISTÓRICO

No planalto da Capitania de São Vicente, havia duas povoações na época: a Vila de Santo André da Borda do Campo, iniciada por João Ramalho casado com a índia Bartira, filha do cacique Tibiriçá e a aldeia de Piratininga.

O fato da fundação do povoado de Piratininga a 12 de outubro de 1532 foi feita por Martim Afonso de Souza, com o foral de Vila, fato comprovado em “O Diário de Navegação”, descrita por Pero Lopes de Souza, testemunha ocular assim descrito: “... determinou de povoar e deu a todos os homens terra para fazerem fazendas e fez uma vila na ilha de São Vicente e outra a nove léguas dentro do sertão a borda de um rio que se

chama Piratininga e repartiu a gente nestas duas vilas e fez nelas oficiais e pôs tudo em boa obra de Justiça...”¹.

O padre Manoel da Nóbrega esteve na aldeia para celebrar a missa da fundação da aldeia em 29 de agosto de 1553, quando deixou dois “irmãos” no local onde se iniciaria um colégio, que no século XVIII passaria a ser o Pátio do Colégio. A mensagem oficial foi dirigida ao Rei D. João III em 1º de junho de 1553, assinando Tomé de Souza, Governador Geral do Brasil, o que modifica um pouco a data oficial da fundação de São Paulo, que, no entanto, só teve êxito depois dos jesuítas, os executantes reais da criação da futura cidade.

A Capitania de São Vicente abria um campo de trabalho e sólidas perspectivas de evangelização e assim um colégio foi fundado numa colina entre o rio Tamanduateí e o riacho Anhangabaú, local onde Nóbrega já estivera anteriormente. Ficava a três léguas da Vila de Santo André da Borda do Campo e a meia légua da Vila de Piratininga, para que a catequização dos selvícolas não sofresse influências negativas das duas aldeias, que vivessem nas proximidades do Colégio deveria submeter-se às regras dos jesuítas, ou seja, um padrão de trabalho, disciplina, conduta e religiosidade do povoado nascente.

Quando o padre Manoel da Nóbrega esteve no povoado de Piratininga, em 1553, fez construir uma modesta palhoça, no alto da colina, nos campos abertos de Piratininga, oficializando-o em 29 de agosto do mesmo ano, batizou cinquenta indígenas e mestiços, e deixou no local os irmãos Manuel de Paiva e Manuel de Chaves. A construção da residência dos religiosos foi feita de pau-a-pique, que servia simultaneamente de escola, enfermaria, dormitório, refeitório, cozinha e dispensa.

O alojamento dos primeiros irmãos foi feito com a ajuda dos índios chefiados por Tibiriçá (batizado Martim Afonso Tibiriçá), sendo pequena e paupérrima, com a técnica dos índios guainas e tupiniquins, que por serem nômades, não tinham interesse e habilidade de construções de

(1) Biblioteca da Torre do Tombo (códice 51-IX-17) in Geraldo Moraes “A Igreja e o Colégio dos Jesuítas de São Paulo”, pág. 12.

durabilidade, e em 1554, enquanto esperava os irmãos que viriam da Bahia, o padre Nóbrega fez a residência dos padres, uma cabana maior, que iria alojar mais gente e a Escola dos Meninos, além de uma capela, onde foi celebrada e missa. No dia 25 de janeiro de 1554, pelo padre Manuel de Paiva, juntamente com os irmãos José de Anchieta (contando com 19 anos e ainda noviço) e Diogo Jácome. Por ser comemorado neste dia pela Igreja a conversão do apóstolo São Paulo, foi dado ao Colégio o seu nome, que acabou depois, por se estender para toda a Capitania.

Essa primeira construção obedecia à técnica de construção rural portuguesa, trazida ao Brasil no início do século XVI. Trata-se de processo anterior à taipa, onde as paredes possuem uma armação de paus, varas ou taquaras verticais equidistantes e horizontais, situadas alternadamente do lado de fora e do lado de dentro, tendo o cipó como amarração. Essa trama de taquaras fixadas, em baixo nos alicerces e, em cima nos esteios, é preenchida de barro socado.

Segundo a descrição por Anchieta, a área ocupada pela choupana abrangia 14 passos careveiros de comprimento por 10 de largura, medida antiga portuguesa que corresponde, na escala atual, a 95,28m².².

III – CONTRUÇÃO DA IGREJA E DO COLÉGIO

O núcleo populacional começou a aumentar após três anos com uma população brasilíndia, resultando da mescla de portugueses vindos das vilas de São Vicente e Santo André da Borda do Campo, e dos índios e mamelucos residentes nas redondezas do Colégio. Devido às regras rígidas dos jesuítas, que não permitiam a entrada de mulheres e crianças nos cômodos dos padres e irmãos, surgiu a necessidade da construção de uma igreja para o ensino e catequizaçãõ a que se propuseram.

A Igreja e o Colégio foram feitos sob a orientação do padre Afonso Brás, que também elaborou os projetos e dirigiu os membros da

(2) Geraldo Moraes – idem, pág. 18.

Companhia de Jesus, auxiliados pelos índios guaianás. A telha artesanal, importante para a estabilidade da estrutura de terra e contra a erosão, permitiu a cobertura do templo.

A inauguração do Colégio e da Igreja ocorreu em 1º de Novembro de 1556, com uma procissão com o Santíssimo e missa de ação de graças, celebrada pelo padre Luiz de Grã, novo Provincial do Brasil, e sucessor de Manuel da Nóbrega.

Num tablado em frente à Igreja, foi apresentado um espetáculo teatral sobre o drama da Paixão, com os meninos índios, alunos do irmão José de Anchieta. Era sua forma pedagógica de ensinar e catequizar os selvícolas.

Não se tem um documento descritivo dessa Igreja, apenas sabe-se que era pequena e modesta, construída de taipa de pilão, coberta de telhas. Tinha um relicário de Santo Lenho e alguns instrumentos musicais, inclusive um bonito órgão, chamado de “realejo”, trazido de Lisboa.

No colégio ensinava-se latim, alfabetizava-se os índios, na sua própria língua, pois os jesuítas, principalmente José de Anchieta, aprendia o tupy-guarani. Anchieta era muito estimado pelos “curumis”, os meninos índios, que o chamavam de “Paye-guassu” – O Grande Pajé. Ensinava-os em sua língua e encenava as peças teatrais religiosas e historietas de fácil captação para as crianças e adultos, contando parábulas e narrativas da vida de Jesus, às vezes contados em versos, na língua nativa, compostas por Anchieta.

Além das matérias escolares, eram ensinados outros ofícios, como marcenaria, carpintaria, lavoura e criação.

Em 1561, um ano depois de elevação do arraial à categoria de Vila, ocorreu a invasão em São Paulo de Piratininga, pelos índios tamoios, amigos dos franceses, que invadiram a Baía de Guanabara e fundaram a França Antártica na ilha de Serigipe (hoje Villegagnon). Foi necessário edificar às pressas, o núcleo residencial com uma mural, feita com taipa de sebe e pau-a-pique.

A atrocidade dos ataques foi combatida pelos índios guainás, chefiados por Tibiriçá, evitando um massacre, e derrotando-os. Tibiriçá faleceu um ano depois, em 25 de dezembro de 1562, cujos funerais feitos por Anchieta, foram dignos de um herói, sendo sepultado sob o altar-mór da Igreja dos jesuítas, que ele ajudou a construir.

Com a criação da paróquia de São Paulo, iniciou-se uma Igreja Matriz para abrigar o vigário Lourenço Dias Machado, que durante sua construção de 1591 a 1611, ficou hospedado na Igreja do Bom Jesus.

Em 1611, D. Matheus da Costa Aborim, bispo da diocese do Rio de Janeiro, determinou que São Paulo seria o padroeiro da Matriz e a Igreja do Colégio, sob o orago do Senhor Bom Jesus. A imagem de São Paulo foi doada pelos jesuítas à Matriz. Em 1623, D. Matheus determinou que Santo Inácio de Loila (fundador da Companhia de Jesus e canonizado em 1621) fosse o novo padroeiro da Igreja do Colégio, porém a imagem de Nosso Senhor Bom Jesus permaneceu no trono do altar-mór.

Em 1640 agravam-se as relações entre os paulistas bandeirantes, que escravizam índios, principalmente os catequizados, e os seus defensores, os membros da Companhia de Jesus, que acabam sendo expulsos durante treze anos. Durante esse período, o Pátio do Colégio feito de taipa de pilão, material de pouca resistência, embora durasse um século, ao ser abandonado acabou ruído e desmoronando completamente.

IV – NOVO CONJUNTO DA IGREJA-COLÉGIO

Após o entendimento da cessação de hostilidades, proposto pelo bandeirante Fernão Dias Paes, o futuro “Caçador de Esmeraldas”, os jesuítas regressaram em 1653 e iniciaram a construção de um novo conjunto Igreja-Colégio, sem muitos ornamentos, de forma sólida ampla e funcional.

Seguiram o desenho do arquiteto jesuíta Francisco Dias, que projetou a Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Olinda. A construção foi feita com material de barro apiloado e pedra, num estilo padrão jesuítico no Brasil. Não foi construída inicialmente a torre, adaptando posteriormente.

Tinha linhas retas, dando harmonia e equilíbrio estético. A construção era de taipa e pedra, telhado de duas águas, fachada com marcação reticulada, óculo no centro do tímpano, três janelas do coro sob a cimalha real; porta única com molduras de pedra, provida de duas folhas almofadas.

Os jesuítas não construíam suas igrejas com colunas, como no estilo gótico, dando maior visão ao auditório. O púlpito tinha um local de destaque.

Durante um século seguiu a construção, com a contribuição dos devotos, entre as quais estão registradas de duas mulheres no término da fachada e projeção da torre quadrada. Eram de Leonor Góes de Siqueira, viúva do sertanista Luiz Pedroso de Barros e sua filha Angela Siqueira, casada com Pedro Taques de Almeida, capitão-mór da Capitania. Terminaram a obra em 1681.

Além do altar-mór dedicado ao Nosso Senhor Bom Jesus, padroeiro do templo, os altares laterais da nave eram dedicados à Nossa Senhora das Graças, Santa Úrsula, São Francisco Xavier e ao Santo Inácio de Loila (ambos canonizados pelo papa Gregório XV), todas as imagens eram de madeira policromada com lâminas de ouro.

O forro da capela-mór era feito de caixotões com painéis, delimitados por molduras salientes, com ornamentos com altos e baixos relevos.

Segundo o historiador José Augusto Salgado, no livro “Pátio do Colégio” (1976), segundo a escala atual teria uma área de 1.104,73 m².

Em 1653, voltou a funcionar o Colégio com cursos anteriores, como Letras Humanas e de Meninos e mais os cursos de Teologia Moral, para os sacerdotes, além disso, Artes, Filosofia e Retórica. Disponha de volumosa biblioteca, aumentada com a doação do acervo do padre Guilhenne Pompeu de Almeida, que por isso, recebeu o título de fundador, dado também ao bandeirante Amador Bueno da Veiga, benfeitor da Companhia.

Em 1745, iniciaram-se as obras de ampliação do Colégio, incorporando ao edifício principal a ala perpendicular na lateral direita, que

formava um ângulo reto, constituído um edifício de dois pavimentos, numa fachada com dezoito vãos, entre janelas e portas. O telhado começou a desabar e foi reformado. Foi ampliada a altura interna da nave, aumentou-se o pé-direito, que era baixo, sem modificar a fachada.

Na reforma “elevaram a cumeeira, substituindo o madeiramento da cobertura, dando-lhe major dimensão vertical. Em consequência, a empena sobrepujou o remate do frontão, quase encobrindo o pedestal da cruz. Explica-se, assim, a estranha e singular disposição do telhado, exemplo único na arquitetura colonial brasileira.

Ao mesmo tempo, a nave foi enriquecida com a renovação de dois altares colaterais, ambos de madeira policromada, reservando-se um deles para o futuro culto ao venerável José de Anchieta, cuja canonização os devotos aguardavam com fervorosa ansiedade”.³

V – PALÁCIO EPISCOPAL

Em 1746, o bispo secular do hábito de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira transferiu-se para a Diocese de São Paulo, instituído pelo papa Bento XIV, criando o primeiro bispado e a posse do primeiro prelado.

O bispo, após a celebração e posse na Igreja de São Paulo, foi hospedado pelos jesuítas numa das dependências do Colégio, transformado provisoriamente, em Palácio Episcopal. Surgiu uma grande amizade entre o bispo e seus hospedeiros a ponto do mesmo solicitar em testamento que fosse enterrado na capela-mór do Colégio, fato sacramentado, após sua morte ocorrida em 1748.

Surgiu a necessidade da construção de um palácio residencial do bispado. Por ordem do rei português, D. João V, foi iniciada a construção em 1740, à direita da Igreja-Matriz a casa conhecida como São Pedro da Pedra (num terreno hoje ocupado pela Caixa Econômica Federal, na Praça da Sé).

⁽³⁾ Geraldo Moraes - *idem*, pág. 30.

O projeto foi feito por um anônimo amador que copiou o plano estrutural do Colégio e Igreja São Paulo, tanto na projeção horizontal, quanto na vertical, com excessão da torre. No entanto, o desenho foi recusado em Portugal (o desenho original encontra-se atualmente na Biblioteca Nacional Ultramarina, em Lisboa), citado pelo historiador José Pedro Leite Cordeiro no seu artigo “Novos documentos sobre o Palácio Episcopal e o 1º Bispo de São Paulo”, in *Coletâneas*, 1954.

VI – PALÁCIO DOS GOVERNADORES

Em 1759, o conflito entre os jesuítas e os portugueses chegou no áuge, durante o governo de D. José I, que além de prender, alguns elementos da Companhia de Jesus, e expulsá-los definitivamente do Brasil, em 1760, confiscou seu patrimônio para a Real Fazenda portuguesa. Sob as ordens do Desembargador Custódio Salazar, proposto do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, muitos jesuítas foram presos e torturados. A biblioteca do Pátio do Colégio, assim como seu livro de “Tombo”, “Registros” seguiram para Portugal, onde foram queimados pelo Santo Ofício, que os julgou heréticos e nocivos.

A extinção da Companhia de Jesus ocorreu em 1773, pelo papa Clemente XIV⁴. As perseguições e exílio dos jesuítas do Colégio de São Paulo e de Santos, foi descrito pelo padre José Caeiro, em *De Exílio*, em 1777, manuscrito no acervo da Biblioteca Real de Bruxelas.

Após a expulsão definitiva dos jesuítas, o Colégio de 1765 até 1908, transformou-se no Palácio dos Governadores, servindo de residência a uma centena de governadores, e de três bispos diocesanos, passando por diversas transformações, reformas, tanto interna como externamente.

O primeiro governador, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Capitão-General, nele instalou residência, nomeado por Portugal

(4) “De Exílio” do padre José Caeiro, original manuscrito pertencente ao acervo da Biblioteca Real de Bruxelas, datado de 1770 – in *Moraes*, pág. 39.

para restabelecer a autonomia administrativa da Capitania de São Paulo. D. Luiz reformou o edifício, modificando e ampliando suas dependências para transformá-lo num palácio, acrescentando-lhe as prisões do Corpo de Guarda, hospital dos soldados e dos negros, varanda, salões, alcovas, refeitórios, dependências domésticas, teatro, cavalariças, senzala.

Em 25 de agosto de 1770, no salão nobre do antigo Colégio foi realizada uma sessão literária pela Academia Paulista de Letras, conhecida como a “Academia dos Felizes”.

VII – DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS

Nove artistas retrataram o Pátio do Colégio, no período de 1818 a 1860, que despertava a atenção, devido ao conjunto arquitetônico imponente.

O mais antigo desenho que se conhece foi do pintor austríaco Thomas Ender, em 1818, focalizando o Colégio à distância, a Igreja e o casario circundante, o lado direito do Largo.

Depois, em 1826, o artista inglês Charles Landseer, na qual a cúpula da torre da igreja tem um formato cônico. O terceiro desenho é do desenhista e botânico inglês Willian John Burchll. O pintor francês Jean-Baptiste Debret, fez uma aquarela do Colégio modificando-o ao seu critério criativo.

A quinta obra, executada em 1828 pelo pintor francês Armand Julien Pallière. O sexto desenho de 1838, é do pastor norte-americano Daniel Parish Kidder. A sétima obra, de 1847, é do pintor ituano Miguel Arcanjo Benício da Assunção Dutra, conhecido como Miguelzinho.

Em 1850 foi elaborada uma tela pelo artista norte-americano Synder (publicada no livro “Brazil and the Brasilians”, editado em 1857 por Daniel Kidder e James Flecher). O nono e último desenho foi pintado em 1860, pelo pintor suíço, então Ministro da Suíça, Barão Johann Jakon von Tschudi, que o usou no seu livro “Reisen durch Sul-Amerika”, editado

em Leipzig em 1866. Era uma aquarela de um esboço da Igreja e do Colégio e alguns detalhes da praça.

Além desses desenhos, aquarelas e pinturas, existem fotografias feitas em 1861 pelo norte-americano James Fletcher e dos fotógrafos Militão de Azevedo e Pedro Hoehne, ambos com atelier em São Paulo. Foram essas fotografias que serviram de estudo, pelo engenheiro Carlos Alberto Cardim Filho, durante a “reconstrução” iniciada em 1954.

Pelo estudo dos documentos iconográficos encontrados, pode-se descrever o Colégio na época da expulsão dos jesuítas, em 1759, como sendo um edifício de dois pavimentos, com uma fachada de 23,70m., sendo a construção feita de pedra e taipa apiloada, tendo os licerces feitos com fundações de pedra (limonita), assentada em barro, sem junta argamassa, com paredes de grande espessura, pintados com barro branco. Tinha telhado de duas águas, sem calhas, mas com beirais, para evitar que a água destruísse as paredes de barro.

O pavimento da frente tinha austeridade, tinha duas portas, duas janelas quadrangulares e três pequenas janelas retangulares. Em torno das portas tinham largas folhas de madeira e ao rés-do-chão, uma faixa de pedra. Nove janelas no pavimento superior com aros de pedra, ou madeira.

Na parte térrea tinha dezesseis compartimentos, com amplo pátio de distribuição, com acesso ao andar superior por uma escada de madeira, na lateral esquerda. Ali estavam a cozinhar, refeitório, despensa, enfermaria, salas e corredores. Nos fundos as oficinas e alojamentos dos índios e negros, e no pomar um chafariz.

No andar superior, tinha quinze compartimentos e três corredores, onde ficavam os dormitórios ou doze celas, biblioteca, capela, câmara, secretaria e sala capitular. As nove janelas no andar superior tinha as “conversadeiras”, com saliências situadas do peitoral. O mobiliário era simples, com mesas rústicas, estantes, bancos, cadeiras, armários, cômodas, lavatórios, oratórios, entre outros, além do equipamento das oficinas: de carpintaria, sapataria, alfaiataria, ferraria.

O antigo edifício interligava-se ao sobradão adjacente em ângulo reto. Era ali que funcionava o Colégio ou seminário além dos diversos cursos de ensino para religiosos e leigos, lecionados somente pelos jesuítas.

A Igreja obedecia ao tradicional estilo jesuítico, seguindo o projeto da Igreja de Nossa Senhora da Graça de Olinda, feita pelo arquiteto português, padre Francisco Dias. Detalhes não se tem, pois, os registros que estavam no livro de Tompo dos jesuítas, foram destruídos após sua expulsão do Brasil, em 1759.

Poucas peças foram conservadas, parte do altar-mór, seis imagens de madeira policromada (Bom Jesus, Santo Inácio de Loila, São Francisco Xavier, São Stanislau Kostka, São Paulo e Nossa Senhora da Conceição), uma pia de água benta, um lavabo de pedra, uma pia batismal, um emblema ornamental da fachada, ponteiros do relógio da torre, uma coluna de altar, a lápide de Afonso Sardinha e uma pequena urna com os despojos do cacique Tibiriçá.

A construção da Igreja era de pedra e taipa de pilão, material misto que ajudou a sua conservação por mais de dois séculos. As fundações foram feitas com pedra limonita, assentadas com barro e lama argilosa com argamassa. O frontão era simples, de linhas retas com um óculo afunilado na superfície central do tímpano.

A torre, embora não constasse do projeto original, fora construída do lado direito, acha-se recuada cerca de 0,90m do alinhamento da fachada, mostrando a sua adaptação. Construída de pedras, técnica que difere da Igreja, onde se empregou taipa de pilão. Tinha um compartimento de três andares, cada um com 46,90m². Externamente tinha 5,00m de largura por 24,40m de altura. Telhado quadrangular, com cúpula piramidal, com um catavento metálico, com um sol resplandecente, contendo a sigla IHS (Jesus, Hominum Salvador), símbolo da Companhia de Jesus. No terceiro piso estava o relógio.

A arquitetura da Igreja do Pátio do Colégio tem um aspecto da Contra-Reforma: solene, sóbria, despreziosa e simples.

Internamente, além do altar-mór existiam os altares laterais, dedicados: primeiro à Nossa Senhora das Dores, no camarim menor, e no camarim maior à imagem de Jesus Crucificado, que ficava sobre o tabernáculo (essa estátua veio de Lisboa, em 1654, como presente do rei D. Afonso IV de Portugal, na comemoração do primeiro centenário da fundação do Colégio). O segundo altar dedicado à Nossa Senhora Rainha dos Anjos. O terceiro altar, pertencia à Nossa Senhora do Desterro, uma imagem de origem portuguesa de madeira policromada, com 1,54m de altura. O quarto altar consagrado a Nossa Senhora das Graças, imagem de madeira policromada, ocupando o trono no camarim superior, sendo que Santa Úrsula e o Arcanjo São Miguel, dividem entre si, o espaço do nicho inferior.

O quinto altar é dedicado a Jesus, Maria e José (Sagrada Família), com estátua de madeira policromada agrupada, e finalmente o sexto altar era para homenagear a Sant' Ana Mestra, substituída depois, por São Jorge, padroeiro do Senado da Câmara do Regimento Real de Cavalaria, uma imagem de 2,20m de altura, montado num cavalo, elaborado em madeira policromada e ferragens.

VIII – PALÁCIO DOS GOVERNADORES

O Pátio do Colégio passou, depois da expulsão dos jesuítas, ser a sede da província de São Paulo, servindo de residência a uma centena de governadores, entre os quais, três bispos diocesanos. Muitas reformas ocorreram nesse tempo.

Foi também a primeira “Academia Paulista de Letras”, quando, em 20 de agosto de 1770, no salão nobre do Colégio, realizou-se uma festividade literária, conhecida com o nome de “Academia dos Felizes”, acontecimento importante na cultura paulistana.

Durante a permanência do Príncipe D. Pedro, após o grito do Ipiranga, a 7 de setembro de 1822, foi nas suas dependências que o futuro Imperador compôs o Hino da Independência.

Mais tarde, durante o Segundo Império, D. Pedro II hospedou-se diversas vezes em seu recinto, sozinho, outras, com a Imperatriz Tereza Cristina ou com a regente Princesa D. Isabel.

Em 1826, a torre e parte da Igreja ruiu, durante o governo de Jorge Tibiriçá, que aliás fez todo o possível para destruir o antigo prédio e construir um novo. Por cinco anos houve uma luta na Justiça entre a Cúria e o governo, tempo suficiente, para que o abandono do prédio o fizesse ser destruído pelo tempo.

IX – RECONSTRUÇÃO DO PÁTIO DO COLÉGIO

Recentemente, em 1954, quatrocentos anos depois de sua fundação, começou um movimento para a “reconstrução” do antigo Colégio. O modelo seguido seria do terceiro conjunto Igreja-Colégio. Como os livros de Tombo dos jesuítas foram destruídos depois de sua expulsão, o critério usado seriam os documentos iconográficos feitos por artistas da época, como fotos, desenhos, pinturas, aquarelas, feitos no século XIX.

Foi essa preciosa documentação utilizada recentemente na “reconstrução” do Pátio do Colégio, sob a orientação do engenheiro e professor Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, responsável pela direção da obra.

O movimento cívico-religioso para a “reconstrução” do Colégio e da Igreja iniciou-se com José Augusto César Salgado, que logo criou um Conselho Diretor da “Companhia pró-reconstrução”. Pela Lei no. 2.658, de 21 de janeiro de 1954, durante o governo de Lucas Garcez, o terreno situado no Pátio do Colégio, foi devolvido para a “reconstrução” da Igreja e do Colégio. A mesma lei impõe obrigações à Companhia de Jesus à construção do Colégio e da Igreja anexa, ereção da “Casa de Anchieta”, onde ficaria um museu destinado ao jesuíta, deveriam ali, manter cursos, conservar as relíquias do prédio demolido e outras de escavações e pesquisas descobertas. Receberam a importância de dez milhões de cruzeiros para as obras, utilizadas para erguerem o Colégio.

Durante a “reconstrução” foi respeitado todo o material disponível para a reedificação, todos os vestígios, aproveitando as antigas fundações. Assim, procedeu-se a demolição do Palácio do Governo, respeitando-se as paredes de taipa e o torrião. A fidelidade arquitetônica foi seguida, segundo os documentos iconográficos da época.

Em 1969, o então prefeito Paulo Salim Maluf, aumentou a área histórica até 691,10m², pela Lei Municipal nº 7.356, de 19 de janeiro de 1969, possibilitando a reconstrução nas fundações originais.

Em 1970, foi lançada a pedra da nova Igreja de Nosso Senhor Bom Jesus, e em 1974, o prefeito Miguel Colasuonno concedeu um crédito de um milhão de cruzeiros para a continuação da reconstrução. Com a inflação surgiram problemas de ordem financeira. O prefeito Olavo Setúbal urbanizou o sítio histórico, sob a chefia do arquiteto Luiz Gomes Cardim Sangirardi. A Igreja foi construída com material moderno mas, cópia fiel das fotos de 1897, tanto na parte externa, como interna.

Muitas polêmicas surgiram durante as obras. Entre as quais estão outros arquitetos, contrários à “reconstrução”, como Benedito Lima Toledo, também elemento do CONDEPHAAT, como Cardim.

X – PÁTIO DO COLÉGIO: UMA CONSTRUÇÃO COLONIAL EM PLENO SÉCULO (CONCLUSÃO)

O conjunto atual do Pátio do Colégio e da Igreja, não é um setor arquitetônico⁵ considerado histórico, no entanto, a sua importância existe pelo fato de ser um “retrato” vivo, uma lembrança do início de uma cidade,

⁽⁵⁾ **Setores históricos** são conjuntos parciais, isto é, quando é reduzido o seu conjunto total. São zonas dentro de grandes cidades, que permaneceram conservadas na sua essência arquitetônica e envolvidas por zonas movimentadas”. in Regina Kalman “Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis”, pág. 122.

bastante singular, iniciada como um Colégio, e que é hoje a maior metrópole da América do Sul.

Por ironia, a construção dos primeiros dois conjuntos foram construídos com a ajuda de índios liderados pelo cacique Martim Afonso TIBIRIÇA, nos meados de 1554/1556. Três séculos depois, em 1896, o presidente da província de São Paulo, Jorge TIBIRIÇÁ fez todo o empenho em destruí-la, numa longa luta na justiça, quando pelo abandono, pelo tempo, (ou por mãos criminosas?) fora desmorando.

Esperamos que tenham mais Martins “Tibiriçás” para tentar construir e conservar os sítios arquitetônicos que ainda restam nessa grande cidade, hoje vítima da especulação imobiliária galopante, e que vai desfigurando o que algum dia já foi.

O início de uma cidade, futura província e a atual capital do Estado de São Paulo, foi única no país, que se deu em torno da instrução e cultura jesuítica, e agora pode ser visto o Pátio que abrigou durante três séculos o Colégio e a Igreja, que embora não seja o seu prédio de construção original, mas pela semelhança e no próprio local onde se deu o marco histórico, não deixa de ser significativo para o povo bandeirante, por ser sim, um patrimônio cultural da cidade.

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS CONSULTADOS

KALMAN, Regina Dragiça - “Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis”, in *Revista Notícia Bibliográfica e Histórica*, PUCCAMP, Campinas, nº 161 de Abril/Junho de 1996.

MELLO Nilva & MELLO Alexandre – “Vida e Morte da Igreja do Colégio”, in *Revista do Arquivo Municipal*, vol. CI-CCCVII, 1975.

MORAES, Geraldo Dutra - *A Igreja e o Colégio dos Jesuítas de São Paulo*, Prefeitura do Município, SP, 1979.

SCHNEIDER, Roque – *José de Anchieta” seu perfil e sua vida*, Ed. Loyola, SP, 1980.

Arquitetura Religiosa, MEC / IPHAN / USP, vol. 6, SP, 1978.

TAUNAY, Affonso - **Velho São Paulo**, Ed. Melhoramentos, SP, vol. I, S/D.

JORNAIS:

KALMAN, Regina Dragiça - "A História de São Paulo, a partir do Pátio do Colégio", in **Jornal da Cidade**, Jundiaí, SP, 28/01/81.

LEMOS, Carlos - "Em defesa da boa memória da cidade de São Paulo" in **Folha de, São Paulo**, SP, 08/06/1975.

DOCUMENTOS PRIMÁRIOS:

Arquivo do Patrimônio da Prefeitura do Município de São Paulo.

Depoimento feito em 01/07/1980 com o funcionário Otávio Organt, que na ocasião trabalhava há vinte anos no Museu Anchieta.



A PROPÓSITO DE PARLAMENTARISMO

Benedicto Ferri de BARROS

Não há nem nunca houve regimes políticos puros, salvo nas alucinações intelectuais extremistas e nas tiranias consumadas do poder nu. As convulsões hermafroditas do poder só se apaziguam quando, atingindo a inércia catatônica da onipotência ilimitada, o poder alcança a unicidade indivisível e incontestada de sua vocação -, apenas para ser esborrachado por um piparote da História, que opõe a sua gula o compartilhamento e a confraternização.

Desde o presidencialismo, que os ingleses da América improvisaram à falta de um monarca disponível na ocasião, ao republicanismo gaulês inventado pela escória dos arrivistas da Revolução Francesa, vivemos no Ocidente a fórmula errada sob a qual Montesquieu enxergou a estrutura constitucional da Inglaterra e enunciou em sumário capítulo a inviável arquitetura de um Estado cujos poderes divididos fossem a um tempo independentes e harmônicos. Essa visão dos prismas dos poderes, como se fossem uma esfera, (uma espécie de quadratura do círculo político) jamais permitiu a edificação constitucional estável de nenhum Estado. De 1791 a esta parte, (incluído-se no número os Atos Adicionais), a França já desenhou seu Estado em 17 constituições diversas sem conseguir, seja independentizar os poderes, seja harmonizá-los entre si. Na tentativa em curso, o projeto desenha um presidencialismo parlamentarista, no qual o chefe do governo é o líder da maioria parlamentar e o chefe de Estado um desenxabido rei sem reinado nem coroa, sem poder e sem linhagem que o autentique como símbolo legítimo e reconhecido pelo povo e pela nação. Trata-se de um arremedo tardio da forma

constitucional britânica de governo parlamentar iniciada desde 1688, que sobreviveu a Napoleão e Hitler, e fez da Inglaterra o mais estável e progressista dos Estados ocidentais nos séculos subsequentes. Esse modelo de arquitetura constitucional do Estado, ao colocar o poder de governo nas mãos do líder da maioria do Congresso, funde em um só o poder de fazer as leis necessárias ao governo da nação com o poder de exercer-las, eliminando assim os inevitáveis atritos e confrontos entre executivo e legislativo e as crises de sucessão e governabilidade.

Nos menos de duzentos anos de nossa vida como entidade política, quando de mera possessão colonial passamos em 1808, por decreto de D. João VI, a integrar o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, passamos pela dupla experiência constitucional representada pelas tradições inglesas e a do Estado construído sob a concepção de Montesquieu.

A Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, que se diz haver sido inspirada pela “Benjamina”, elaborada por Benjamin Constant durante os Cem Dias, a pedido de Napoleão, (que autores franceses consideram o melhor elaborado dos instrumentos constitucionais da França) fundava-se na tradição do modelo inglês de uma monarquia constitucional parlamentarista com governo de gabinete, no qual se distinguia o poder do chefe de Estado exercido pelo imperador, do poder de chefe de governo. O Executivo, embora presidido pelo Imperador, se exercia pelo Conselho de Estado, cuja chefia incumbia ao líder da maioria do Legislativo. Assim se harmonizava o exercício de ambos os poderes. Como novidade (de origem ainda não esclarecida nem explorada pelos historiadores) atribuía-se ao imperador um quarto poder, denominado de Moderador, com a finalidade de fecho de abóbada do edifício do Estado, o qual intervia como árbitro supremo para a resolução de conflitos entre os poderes. Esse quarto poder surgira na “Benjamina”, que Pedro I conhecia e admirava e adotara na Constituição de 1824. No caso brasileiro além do poder moderador o imperador era investido do poder de chefe do executivo, o que motivou incessantes discussões durante o Império e a acusação de despotismo personalista de D. Pedro II. Um equívoco de interpretação em que muitos historiadores embarcaram, pois a função

executiva, ainda que sob a chefia do imperador, na realidade era exercida pelo Conselho de Estado, cujas deliberações D. Pedro I observava religiosamente, só excepcionalmente as disciplinando. O Estado parlamentarista desenhado por essa Constituição durou de 1824 a 1889, representando com seus 65 anos de vida uma das mais longevas constituições, um dos mais estáveis Estados, garantindo com D. Pedro II um dos mais duradouros governos da história recente, somente superado pelos da Rainha Vitória e do imperador Hirohito.

Era uma Constituição imperial, e não republicana. Não sendo um autocrata, mas um liberal e estrito observador das disposições constitucionais relativas às atribuições dos poderes, D. Pedro II jamais se omitiu no seu papel de supervisionar como chefe do Estado as atividades dos diferentes poderes. Chamou-se ao império brasileiro de democracia coroada e de única república existente na América Latina. E esse império, durante o qual prevaleceram o espírito e as lições da tradição inglesa de política e governo conservou dessa linhagem política o espírito democrático, conciliador, tolerante e liberal, reformista e gradualista que caracterizou a maioria dos seus atos e dos políticos e estadistas nela formados.

A harmonia de poderes do Império ditada por sua Constituição não é, entretanto, da natureza constitucional da Política. Ela tende antes a dividi-lo em feudos de poderes senhoriais discricionários. A história política da unificação dos povos e da formação da unidade das nações pode ser descrita como uma vitória dos projetos democráticos dos reis sobre o domínio autocrático dos régulos. E em cada político está contido um régulo. O tribalismo - e o caciquismo que lhe corresponde - parecem ser a Constituição inscrita no DNA zoológico do homem, não passando o que denominamos de “corporativismo” de uma versão moderna dessa disposição instintiva do poder e da política. As constituições não são mais do que projetos ideais de arquitetura do Estado e de domesticação e civilização dos políticos, cuja gana e desmandos de poder elas se esforçam por coibir e disciplinar. Foram essas forças instintivas e regressivas, (fomentadas pelo ideologismo revolucionário propagado pela Revolução

Francesa) que deram início e dominaram toda a História Contemporânea) que inverteram o rumo de nossa história política em 1889.

Os aspectos fortuitos e acidentais envolvidos no “putsh” republicano, na realidade tinham profunda correspondência com os instintos e interesses dos políticos da ocasião. O loteamento da unidade continental do império brasileiro feito pela república foi recebido por eles como a oportunidade de criarem feudos para seu coronelismo e caudilhismo republicano. Benjamin Constant (Botelho de Magalhães) era um positivista Comtista, como Júlio de Castilhos e a República de Piratini. Ainda hoje se encontram caciques ou régulos provinciais brasileiros, rebentos anacrônicos e extemporâneos do atomismo que caracteriza o federalismo republicanista norte-americano em um mundo que caminha para globalização.

Ao quase meio-século de paz da unidade imperial de governo parlamentarista de feito britânico (a última revolução se deu no Império em 1847) seguiu-se o século da instabilidade da república presidencialista-monárquica, cuja divisão de poderes à Montesquieu ainda nos nossos dias suscita o debate, a barganha e o conflito entre os interesses e atribuições dos poderes. Vêm daí a instabilidade e mau funcionamento do Estado, os problemas de sucessão, as crises de governabilidade, de que os estados de sítio, as revoluções, os golpes de Estado, as renúncias e deposições, as ditaduras e os governos da nulidade dos vices, parecem ser o modo de vida natural de nossa política republicana. Aparentemente, a doutrina e prática da divisão de poderes jamais os concilia, induzindo, ao contrário, a gula de sua infinita divisão atômica, como o retalhamento do Estado brasileiro entre os feudos “estatais” que a história recente evidenciou.

Não se tome entretanto a união dos poderes por sua unificação totalitária. O inverso da divisão e independência dos poderes não é sua unificação funcional. As funções, atribuições e limites dos poderes devem ser respeitadas e divididas entre órgãos distintos. O problema reside em fazê-los funcionar harmonicamente.

E é aqui que o parlamentarismo funciona como a melhor solução política historicamente encontrada. Não há, repetimos, regimes

políticos puros. De nossa monarquia se disse atuar como uma democracia de espírito republicano; de nosso presidencialismo se diz agir como monarquia sem linhagem nem coroa.

Até que por um desses acidentes comuns ao acaso da História, um dia acordamos com nosso império parlamentar convertido em uma República dos Estados Unidos...do Brasil - para imenso espanto do povo, de Deodoro do próprio “fundador da República”, título equívoco que a Constituição de 1891 pespegou ao até então inconspícuo Benjamin Constant Botelho de Magalhães. A exceção foi representada pelos políticos. O gáudio e açodamento com que inclusive monarquistas históricos aderiram ao republicanismo federativo só é explicável pelo desmembramento do império em feudos onde passaram a exercer sua vocação de régulos provincianos. E é essa a causa fundamental que, ainda em nossos dias, mantém acessa a discussão sobre o federalismo, e alimenta a guerra fiscal entre os estados. Abandonáramos a avançada, madura e consolidada experiência política britânica pela ideológica e arcaica improvisação ideológico do presidencialismo republicano gaulês. De lá para cá, como na França, jamais conseguimos fazer com que poderes independentes atuassem complementar e harmonicamente. E este continua a ser o nó górdio de onde se origina o perpétuo conflito, confronto e barganha que instabiliza o Estado brasileiro e dificulta a governabilidade, motivando, como no Estado pré-Hobbesiano - a guerra de todos os poderes entre si, em todos os níveis políticos e administrativos. Certamente não é este o melhor modelo de arquitetura para nenhum Estado.

No mandato atual, nosso presidente tem produzido com as medidas provisórias mais leis do que o Parlamento e o Parlamento enciumado pelo que considera invasão de suas prerrogativas pretende coartar esse “abuso”, que só tem sido possível e necessário pelas omissões praticadas pelos próprios parlamentares, cujo absenteísmo e carga de trabalho configuram um regime de deslavada sinecura. Cada partido, e dentro deles cada parlamentar, se sentem mais poderosos e melhor acomodados em seus interesses e capacidade de obstrução e barganha do que estariam sob a auto-disciplina e responsabilidade de um regime parlamentar autêntico.

Compreende-se assim que nosso impuro regime não seja nem o de um presidencialismo parlamentar, nem de um parlamentarismo presidencial. Ao ser aprovada por parlamentares ordinários, no duplo sentido do termo, a Constituição dos Miseráveis de 1988 produziu o que convinha a esses parlamentares “ad hoc” transformados em constituintes: um parlamentarismo irresponsável, no sentido de que o Legislativo reservava para si próprio, para suas minorias, inclusive para cada parlamentar, a prerrogativa de impedir a passagem de leis necessárias à governabilidade, sem assumir, contudo, qualquer iniciativa própria para resolver problemas de governo. As facilidades e licenciosidades que os políticos da ocasião se auto-concederam por essa Carta e o Regimento Interno que adotaram para seus trabalhos, garantiu-lhes desmedido poder de barganha e a franquia da irresponsabilidade. Previmos na ocasião, sem precisar ser profeta, que essa seria a mais instável, a mais fugaz e a mais vulnerável de nossas Constituições, o que se vem confirmando pelas mudanças a varejo com que o Legislativo a vem sistematicamente reformando, nos limites de seus interesses, transformando-a numa verdadeira colcha de retalhos mal alinhavados. Nesses 13 anos de sua vigência já se contam por 48 o número de suas reformas.

Todo poder constituído tende a ser autocrático e a voltar-se em primeiro lugar para a defesa dos interesses de seus agentes. Sua responsabilidade só pode ser cobrada e imposta externamente, pela sociedade, pelo povo, pela nação. O grande -se não o principal, para não se dizer o único - mérito do parlamentarismo autêntico consiste em despejar de volta sobre a cabeça e a cara dos parlamentares, as besteiras que cometam e o lixo que atirem contra o ventilador político, que se se acumula acaba por desapeiá-los do que mais prezam, que é o exercício do poder.

Nesse sistema, as leis aprovadas pelo Legislativo terão de ser aplicadas pelo chefe do Executivo que é o primeiro ministro, representante da maioria da Câmara. Mas para que as reações dos governados às más leis possam ricochetear sobre os erros dos parlamentares e assim funcionar como um processo automático de auto-responsabilização, é indispensável que esse complexo, delicado e severo sistema político seja aplicado a toda

a estrutura da política, definindo previamente os limites e responsabilidades dos partidos, o regime eleitoral e toda a complexa parafernália da vida política. A montagem de um sistema parlamentar parece, assim, transcender tanto a capacidade intelectual quanto cívica de nossos políticos, ao mesmo tempo que evidencia uma coerção demasiado clara aos seus interesses pessoais, pois impõe uma disciplina que reduz drasticamente sua licenciosidade, seu poder de obstrução e suas prerrogativas de barganha. Como no caso do Judiciário, os juizes que refugam a disciplina da jurisprudência das cortes supremas, por considerá-la atentatória a sua autonomia, e o controle externo, por considerá-la limitador de sua independência, também os parlamentares querem a licença de usar os partidos e, simultaneamente, poderem descartá-los, assim como o poder de obstruir todo o trabalho do parlamento e impor decisões pessoais sem responder por elas. Como limpar como relator a pauta de pedidos de licença para que a Justiça processe parlamentares, cancelando-a, ou cancelar multas por infrações a leis eleitorais por eles próprios votadas e violadas.

As propostas de substituição do governo presidencialista pelo governo parlamentarista não têm ocorrido aos nossos políticos se não como expediente para ludibriar crises e, ao mesmo tempo, inviabilizar a proposta. O fecho mais comum para a farsa é o de submeter sua aprovação a plebiscito, pois é evidente que o povo rejeitará conceder poderes maiores a parlamentares que não se mostram à altura dos que já possuem, e portanto, embora por razões contrárias, votará na mesma direção que interessa aos parlamentares, isto é, pela rejeição do parlamentarismo. Pois, desde os tempos romanos, o povo tem preferido a ditadura de um só, que pode ser identificado e atingido ao despotismo de 500 anônimos, e com maior facilidade identifica males concretos produzidos por maus políticos do que a excelência de idéias e sistemas institucionais complexos e abstratos, como é o parlamentarismo.

Hoje custa uma fortuna eleger um ladrão ou um assassino para o Congresso e não fica muito mais barato transferi-lo do Parlamento para a cadeia. Se ele não escapa antes, por uma das muitas sortidas que deixaram abertas para o caso.

Numa conjuntura dessa natureza, o mais provável é que por razões opostas nem o povo nem os parlamentares prefiram mudar para parlamentar o regime existente, que confere ao presidente o poder de legislar e aos parlamentares o poder de barganhar. Para que o parlamentarismo venha a ter alguma chance de aceitação pelo povo e possa funcionar eficientemente, seria necessário mudar, preliminarmente, a imagem que o parlamento tem na atualidade, mudando sua estrutura e o comportamento de seus integrantes. A anarquia e confusão hoje reinantes na estrutura e funcionamento do Estado brasileiro são decorrência direta da “Constituição dos Miseráveis”. O remédio real e eficaz seria uma Constituinte independente, que voltasse a redesenhar o Estado brasileiro sob o modelo de um parlamentarismo autêntico, capaz de imprimir-lhe a racionalidade, a eficácia e a decência que hoje lhe faltam. Quem, entretanto, no Brasil de hoje, reúne o discernimento, a competência e a ousadia para empunhar essa bandeira?



FUNDAMENTO HISTÓRICO

Cláudio Manuel da COSTA

A quem quer que tenha tido algum contato com as fontes mais importantes para a historiografia mineira não há de ser estranho o “Fundamento Histórico” do poema “Vila Rica” de Cláudio Manuel da Costa (1729 –1789). Todavia, nem sempre foi fácil o acesso a essa preciosa fonte. Graças à gentileza de Fábio Lucas, uma das grandes figuras da intelectualidade brasileira e nosso confrade na Academia Paulista de Letras e que nos forneceu uma cópia do precioso documento, temos a oportunidade e o prazer de divulgá-lo em nossa NBH, testemunhando de início nosso reconhecimento e nossa gratidão.

Persuadindo o autor desta obra de que não serão bastantes as notas com que ilustrou os seus Cantos a instruir o Leitor da notícia mais completa do descobrimento das Minas Gerais, da sua povoação e do aumento a que têm chegado os seus pequenos arraiais, se resolveu a escrever esta preliminar histórica, em que protesta não pretender alterar a verdade a benefício de alguma paixão, e só se regula pelo mais crítico e incontestável exame, que por si e por pessoas de conhecida inteligência e probidade pôde conseguir sobre tantos fatos que ou a tradição conserva de memória, ou escreveu raramente algum gênio curioso, que o testemunhou de vista.

Entre os desta conduta deu um importante socorro o Coronel Bento Fernandes Furtado, natural da cidade de São Paulo, que há poucos

anos faleceu no Serro do Frio, tendo sido morador no Arraial de São Caetano, distrito da Cidade de Mariana. Confiou ele do Autor em sua vida alguns apontamentos que fizera, e achando-os o Autor em muita parte dissonantes do que havia lido na **História** de Sebastião da Rocha Pita e outros escritores das cousas da América, procurou confirmar-se na verdade pelos monumentos das Câmeras e Secretarias dos Governos das duas Capitanias, São Paulo e Minas.

O sargento-Mor Pedro Taques de Almeida Paes Leme, natural também da mesma cidade de São Paulo, e ali morador, de estimável engenho e de completo merecimento, remeteu ao Autor desde aquela Cidade todos os documentos que conduziam ao bom discernimento desta obra, e regendo-se o Autor por Ordens Régias, Cartas de Governadores e atestações de Prelados Eclesiásticos, e manuscritos desde a era de 1682 achados nos arquivos que foram de padres denominados da Companhia de Jesus naquela Província, facilmente poderá desculpar-se se oferece ao público este Poema, sem o receio de ser insultado nas opiniões que sustenta, ainda quando mais contestadas de uns e de outros sectários.

Os naturais da Cidade de São Paulo, que têm merecido um grande número de geógrafos antigos e modernos serem reputados por uns homens sem sujeição ao seu Soberano, faltos do conhecimento e do respeito que devem às suas leis, são os que nesta América têm dado ao Mundo as maiores provas de obediência, fidelidade e zelo pelo seu Rei, pela sua Pátria, e pelo se Reino.

A vigilância com que atendiam pela harmonia e utilidade econômica do seu País os aconselhou, muito antes que a todo o Portugal, a fazer sair das suas terras aos padres denominados da Companhia de Jesus, por sediciosos e maus, os puseram eles em um total extermínio em o mês de julho de 1649 e, por força de caridade indiscreta de Fernão Dias Paes contra o voto comum, foram depois restituídos a São Paulo em o ano de 1653.

Trabalharam incessantemente por adiantar os interesses do Real Erário e se gloriam de que fossem Carlos Pedroso da Silveira e Bartolomeu Bueno de Siqueira os primeiros paulistas que apresentaram as

mostras do ouro da Minas Gerais ao Governador do Rio de Janeiro, Antônio Paes de Sande, pelos anos de 1695. Falecendo o dito Sande, ficou com o governo de Sebastião de Castro Caldas, o qual remeteu a El-Rei D. Pedro as mostras do dito ouro em carta datada em o Rio de Janeiro, a 16 de junho do mesmo ano.

Por este tempo se serviu Sua Magestade de despachar a Arthur de Sá e Menezes por Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, e por Carta Régia de 16 de dezembro de 1695 lhe ordenou passasse aos descobrimentos das minas do Sul a executar o que se havia encarregado a Antônio Paes de Sande, praticando com os Paulistas beneméritos as mesmas honras, e mercês de Hábitos, e foros de Fidalgos da Casa, conteúdos da Real Instrução, que pela Secretaria do Estado se expedira ao dito Sande. Depois por Carta Régia de 27 de janeiro de 1697 se mandou sair ao dito Sá com seiscentos mil reis de ajuda de custo em cada um ano, além do seu soldo.

Buscando porém as causas na sua origem, segue o Autor por mais certa e prudente opinião não se poder averiguar indubitavelmente qual fosse o primeiro Paulista que descobriu as Minas Gerais, de que particularmente se trata nesta obra. É sem controvérsia que o primeiro objeto dos conquistadores de São Paulo foi o cativeiro dos Índios, porque eles substituíam a falta dos escravos, que ao depois entraram em grande número das costas d'África.

Desde o estabelecimento daquela Povoação, que foi em 25 de janeiro de 1554, dia da conversão de São Paulo, de onde derivou o nome, se deve presumir que giravam muitos dos conquistadores pelo centro dos Sertões, e atravessavam as Minas, saindo em Bandeiras (que assim chamavam as companhias que para esta diligência se armavam), e recolhendo-se ao depois com a presa que facilmente podiam segurar.

Dos Sertões penetrados era o mais notável o da Casa da Casca, nome que se deu a uma Aldeia sobre as costas do Rio Doce, que vai fazer barra á Capitania do Espírito Santo e principia a formar-se desde o Córrego do Ouro Preto, recebendo em si imensos ribeiros e rios caudalosos. Destes Sertões se recolhia na era de 1693 Antônio Rodrigues Arzão, natural da

Vila de Taboaté, com mais de cinquenta homens de sua comitiva. Chegado à Capitania do Espírito Santo apresentou ao Capitão-Mor Regente daquela Vila três oitavas de ouro; a Câmara recebeu com agrado e lhes subministrou os víveres e vestuários de que careciam, segundo as ordens que d'El-Rei tinha.

Deste ouro se mandaram fazer duas memórias, uma, que ficou ao dito Arzão, e outra, que tomou para si o Capitão-Mor; aqui se fundamenta o episódio do Segundo Canto.

A denunciação desta limitada porção foi sem dúvida a primeira que se fez de ouro que se descobria nas Minas Gerais; e a de que se conserva memória em São Paulo, que é a de Carlos Pedroso da Silveira, por algumas circunstâncias discorre o Autor ser posterior a ela. Antônio Rodrigues Arzão, não podendo ajuntar na Vila do Espírito Santo a gente que precisava para segunda vez tornar aos sertões, se passou ao Rio de Janeiro e daí para São Paulo; nesta Cidade, ferido gravemente dos trabalhos que passara, enfermou-e veio a morrer finalmente, deixando encarregado a Bartolomeu Bueno, seu cunhado, de continuar no descobrimento de que havia apresentado as mostras.

Era Bartolomeu Bueno dotado de bastante agilidade e fortaleza de espírito e, como tinha perdido em jogos todo o seu cabedal, foi fácil querer melhorar de fortuna, tomando sobre si, com o favor de alguns amigos e parentes, a grande empresa a que havia dado princípio Antônio Rodrigues Arzão

Convocados todos e guiados pelo roteiro que lhes deixara o falecido, saíram da Vila de São Paulo pelos anos de 1694. Romperam os matos gerais, e servindo-lhes de norte o pico de algumas serras, que eram os faróis na penetração dos densíssimos matos, vieram estes generosos aventureiros sair finalmente sobre o Itaverava, serra de que Vila Rica dista pouco mais de oito léguas; aí plantaram meio alqueire de milho; e porque o Sertão era mais estéril de caça que o do Rio das Velhas, para este passou Bartolomeu Bueno a tropa, enquanto madurava a pequena sementeira de que esperava manter-se, para continuar o descobrimento.

No ano seguinte, que foi o de 1695, voltaram os referidos sertanistas a colher a sua planta, e entrando na Itaverava foram encontrados do Coronel Salvador Fernandes Furtado e do Capitão Manuel Garcia Velho e outros, conquistadores também do Gentio e povoadores das Vilas que ficam ao leste de São Paulo; já então trabalhavam com algum desembaraço os primeiros sertanistas, ajudados de um grande número de Índios, que haviam cativado nos sertões do Caeté e Rio Doce; mas como lhes faltava a falta de experiência necessária, e não tinham instrumentos de ferro para a laboreação, apenas se contentavam com o pouco que podiam apurar em pequenos pratos de pau ou de estanho, servindo-lhes os mesmos paus aguçados de cavar a terra e descobrir os cascalhos, formações em que se conserva e se cria o ouro.

Quis Miguel de Almeida, um dos companheiros de Bueno, melhorar de armas, e propôs ao Coronel Salvador Fernandes Furtado a troca de uma clavina, dando-lhe por avanço todo o ouro que se achasse nos da comitiva; aceitou o Coronel a oferta, e dando-se busca ao ouro, se não achou entre outros mais que doze oitavas; recebeu-as o Coronel, e como Manuel Garcia Velho quisesse ter a vaidade de aparecer com todo aquele ouro em São Paulo, cometeu ao Coronel a venda de duas Índias, mãe e filha, a preço de duas oitavas: conveio este no trato e compra das Índias, as quais catequizadas, se batizou uma com o nome de “Aurora” e outra com o de “Célia”. Desta última há notícia que faleceu há poucos anos na Vila de Pitangui, em casa de uma filha casada do dito Coronel, e aqui tem fundamento histórico o episódio de Aurora.

Despedidos uns sertanistas dos outros, partiu ufano para São Paulo o Capitão-Mor Manuel Garcia Velho; aí o foi visitar Carlos Pedroso da Silveira; e porque lhe não faltava habilidade e engenho para se conciliar com os patrícios, houve a si as doze oitavas de ouro; com elas se passou ao Rio de Janeiro, apresentou-as ao Governador (como já se disse) e foi premiado com a patente de Capitão-Mor da Vila de Taubaté.

Conseqüentemente o nomeou o mesmo Governador Provedor dos Quintos, concedendo-lhe as ordens necessárias para estabelecer

fundição na mesma Vila, por ser ela a povoação onde desembarcavam primeiro os conquistadores. Por este modo se vê que, posto que Antônio Rodrigues Arzão denunciasse primeiro que Carlos Pedroso da Silveira as três oitavas de ouro que descobriu nas Minas Gerais, a sua morte impediu o progresso desta denúncia, e ficou Carlos Pedroso conseguindo a glória de apresentar o ouro que ele não descobrira.

O descobrimento pois denunciado pela interposta pessoa de Carlos Pedroso da Silveira e o estabelecimento da Casa da Fundição em Taubaté foram os dois fortes estímulos que animaram os Paulistas a armarem tropas e a prevenirem-se de alguma fábrica mais proporcionada ao uso de minerar, e a desampararem a Pátria, rompendo os matos gerais desde a grande Serra do Lobo, que divide a Capitania de São Paulo, até penetrarem o mais recôndito das Minas, menos já na conquista do gentio, que na diligência do ouro.

O grande número de concorrentes que buscavam as Minas, e a emulação que logo se acendeu entre os da Vila de São Paulo e os naturais de Taubaté fez que, estendidas por várias partes, buscasse cada um novo descobrimento em que se estabelecesse, não se contentando os Paulistas de entrarem em parte nas repartições das faisqueiras que denunciavam os de Taubaté, nem estes nas que denunciavam os Paulistas.

Esta opinião, que tinha um semblante de fanatismo, por serem todos da mesma Pátria, posto que de diferentes distritos, veio finalmente a produzir a grande utilidade de se desentranharem em toda a sua extensão as minas do nosso Portugal, de serem penetradas de uns e de outros, não se perdoando ao rio mais remoto e caudaloso, nem à serra mais intratável e áspera, se bem que o conhecimento do ouro nas montanhas e serras veio a conceber-se mais tarde que os dos rios e seus taboleiros, que são as margens planas que os cercam dos lados.

E porque não é intento do Autor cansar ao Leitor com a multiplicidade dos nomes de tantos que têm a glória de descobridores e apenas podem ser conhecidos dentro das suas famílias e pátria, e menos noticiar individualmente os rios, córregos e serras que por sua ordem se

foram descobrindo, de que tudo tem uma verídica e suficiente informação, só pelas datas dos tempos fará ver ao curioso quais foram aqueles que deram ao manifesto as faisqueiras mais avultadas em que hoje se acham criadas as Vilas do Ouro Preto, a Cidade Mariana, a Vila do Sabará, a do Caeté, a de São João Del Rei, a de São José e a do Príncipe no Serro do Frio, que fazem as cabeças das quatro comarcas da Capitania das Minas Gerais.



O ENIGMA DE SHAKESPEARE

Conde Emmanuel de BENNIGSEN

Se um dia o leitor visitar Stratford-on-Avon para homenagear a memória de Shakespeare na sua cidade natal, ficará, provavelmente muito surpreendido ao verificar até que ponto tudo quanto ali está ligado ao nome do grande escritor é posto em dúvida. Os conhecedores do assunto asseguram que nem a casa de Shakespeare, nem o seu próprio jazigo na igreja local têm relação alguma com ele. Somente a inscrição do livro paroquial assinalando o nascimento do poeta é indiscutida. E, entretanto, uma visita a Stratford, essa jóia da época isabeliana, onde tudo se fez para evocar a mínima recordação do artista, não fez mais do que redobrar o interesse pelo dilema das suas obras. É inegável que Stratford está na iminência de se tornar a Bayreuth inglesa, onde, anualmente, os melhores artistas britânicos representam as obras primas do mestre, representações que têm a assistência de milhares de espectadores vindos de todas as partes do mundo. Em 1937 o número de espectadores foi de 200.000 e muitos dentre eles regressaram a seus lares com redobrado interesse pelo enigma de Shakespeare.

Essa história é conhecida. Depois de Lawrence, em 1769, e Hant, em 1848, admitiram a hipótese de que o verdadeiro autor das obras de Shakespeare fora o chanceler Francis Bacon. W. H. Smith escreveu, em 1857, um livro apoiando essa tese, que inaugurou todo um movimento literário. Na verdade, o mundo indaga como é que um ator que nada tinha aprendido, que mal sabia assinar o nome e em cuja casa, após a sua morte, não se encontrou nenhum livro, tenha podido ser o autor de todas essas geniais peças assinadas com o seu nome e que teriam exigido dele os mais

profundos conhecimentos nos mais variados domínios da ciência. Além da alegação, inegavelmente justa, de que Bacon era suficientemente instruído para ser o autor das obras de Shakespeare, Smith baseava a sua tese principalmente na semelhança existente entre os estilos dos dois autores. Os discípulos de Smith exageraram muito nesse ponto, o qual é facilmente refutável pelo lógico raciocínio de que as particularidades de estilo peculiares a Bacon e a Shakespeare não eram, na realidade, mais do que particularidades do estilo da própria época, conforme se verifica em todos os outros escritores daquele século. Entretanto, a disputa entre “baconianos” e “shakespearianos” ainda não terminou e, atualmente, existem sociedades e jornais cujo único fim é defender uma ou outra dessas teses.

Mas além de Bacon, foram apresentados mais três candidatos à imortalidade. O alemão Bleibtzen, em 1907, e o professor belga C. Demblon, em 1912, atribuíram as obras de Shakespeare a Rogério Mannes, 15º Conde de Rutland. Em 1920, J.Th. Looney apontou Eduardo de Vere, 17º Conde de Oxford, ao passo que já antes o professor Abel Lefranc, do Colégio de França, tinha afirmado que as obras de Shakespeare eram produto da pena de William Stanley, 6º Conde de Derby. Todas essas hipóteses provocaram apaixonadas polêmicas, que, entretanto, não dearmaram os autores. Recentemente, o professor Lefranc escreveu um prefácio para o livro de seu aluno Mathias Morhardt, “Ao encontro de William Shakespeare”, no qual reafirma, com novos argumentos, sua antiga tese, a cujas pesquisas dedicou muitos dos últimos anos.

Lefranc é de opinião que com o estudo aprofundado, o contraste entre a personalidade de Shakespeare e a sua obra torna-se cada vez mais evidente e mais incompreensível. Uma das provas mais clamorosas desse contraste está no elemento político das suas obras concernentes à época contemporânea. Nelas se encontram, constantemente, alusões a questões de Estado e de partidos que então inquietavam os espíritos. O teatro, que outrora era considerado como nada tendo a ver com a atualidade, tornou-se naquela época o fiel espelho da vida. É assim que “Hamlet” cujo argumento foi tirado de uma velha crônica dinamarquesa, representaria a história da infortunada Maria Stuart. Essa idéia já fora expressa, em fins

do século XVIII, pelo sábio inglês Plemptre, mas seus trabalhos só foram encontrados há uns quinze anos. Como a rainha de “Hamlet”, Maria Stuart foi suspeitada de ter envenenado o primeiro marido, o rei Francisco II de França, e de ter tomado parte no assassinio do segundo, Darnley, após cujo assassinio ela desposou o conde de Bothwell. E da mesma maneira que “Hamlet”, seu filho Jacques, o futuro rei da Inglaterra, não soube vingar o pai nem salvar a mãe.

Todas essas alusões, entre outras a cena do intermédio, na qual a rainha pinga gotas de veneno no ouvido do real esposo, maneira pela qual Maria Stuart teria envenenado Francisco II, só poderiam, pensa Lefranc, ser do conhecimento de pessoas bem ao corrente dos fatos da Corte, o que não era o caso de um vulgar histrião como Shakespeare. Partindo dessa idéia, Lefranc chega à conclusão de que, sob a máscara de Shakespeare se encontra o conde de Derby, graças a uma indicação histórica por ele descoberta. Alguns anos antes da morte de Isabel, o Papa se interessou em saber quem poderia herdar o trono da velha rainha, desejando que esse candidato não fosse um protestante fanático. A princípio tinha-se pensado no conde de Derby, mas essa candidatura encontrou objeções, entre as quais a de que ele teria escrito peças de teatro, que fazia representar sob outro nome. Sendo, então, o teatro o único local onde se podia falar ao público a respeito de questões políticas sob uma forma velada, é que Derby utilizou o palco para relembrar à sociedade inglesa o direito dos seus ancestrais à coroa.

A vida desse Derby era escassamente conhecida até há pouco tempo, mas as pesquisas feitas nos últimos anos permitem que se façam certos paralelos entre ele e os heróis de Shakespeare. Assim, Lefranc encontrou, estudando “Loves Labours Lost”, certos traços biográficos de Derby. Sabe-se que a ação dessa peça transcorre na corte do rei Navarra. Lefranc estabeleceu que o argumento dessa comédia foi copiado do natural na corte de Henrique IV em Nerac. A princesa francesa da comédia seria a célebre rainha Margot, que em 1579 chegou a Nerac para resolver com Henrique, seu marido, que ela abandonara, a questão da Aquitânia, que tinha sido o seu dote.

Lefranc verifica que os costumes da cõrte, o castelo e mesmo os jardins são apresentados com uma fidelidade histórica realmente surpreendente. O sábio professor encontrou nos arquivos de Nerac os planos dos jardins do castelo a que se refere a comédia (atualmente não resta mais nada dessa construção) e ficou admirado com a semelhança existente entre eles e os da comédia, e deduziu que somente uma pessoa que tivesse vivido na cõrte poderia reproduzi-los com semelhante exatidão. Ora, Shakespeare jamais saíu da Inglaterra, ao passo que o jovem Stanley passou três anos na França. Embora faltem provas precisas de sua estada em Nerac, Lefranc chegou a essa conclusão graças a um detalhe curioso. Na comédia há uma cena dedicada às “Nine Worthies”. Esses nove heróis da antigüidade estavam, também, reproduzidos nos “panneaux” que outrora adornavam as salas do castelo de Nerac. Além disso, Lefranc encontrou uma peça inglesa sobre os referidos nove heróis e parece que seu autor foi Ricardo Lloyd, antigo preceptor do jovem Stanley, a quem teria acompanhado na viagem à França.

Foi na França, também, que o autor das obras de Shakespeare deve ter ouvido o caso reproduzido na cena do enterro de Ofélia, e que na realidade sucedeu com Helena de Thornon, uma das damas de honra de rainha Margarida de Valois. Abandonada pelo noivo, o Marquês de Varambou, a jovem morreu de tristeza e só no momento do enterro é que o infiel reapareceu, para cair desfalecido diante do ataúde. Stanley deve ter sabido desse episódio, ao qual há uma alusão também em “Loves Labours Lost”, em França, onde foi narrado pela rainha Margarida nas suas memórias, publicadas cinqüenta anos mais tarde. Mas Lefranc não se limita apenas a essas coincidências: fez pesquisas nos arquivos do “Star Chamber”, antigo tribunal especial para a alta aristocracia.

Sabe-se que em “As alegres comadres de Windsor” Falstaff é julgado por caçar em terreno alheio por esse tribunal. Supunha-se que o próprio Shakespeare tivesse sido julgado por esse mesmo crime no referido tribunal, mas não se podia compreender como um simples trabalhador pudera ser citado ante tão alta Corte. Lefranc, porém, encontrou os autos do processo de Stanley, que foi julgado por esse crime atribuído na comédia a Falstaff, pelo juiz Proctor. Ora, na primeira edição da comédia

o juiz tinha justamente esse nome; somente mais tarde é que ele foi substituído pelo de Shalllow.

Para Lefranc há mais uma prova da identidade de Stanley e Shakespeare: nas peças deste encontram-se inúmeras referências ao condado de Warwick, onde se encontravam as propriedades de Stanley. Pelo contrário, a região de Stratford, onde Shakespeare passou a juventude, não é citada em nenhuma delas.

Finalmente, Lefranc cita o sábio norte-americano Soler, que tendo trabalhado nos arquivos de Derby, encontrou o modelo original de Malvólio da “Twelfth Night”, do Polônio, de “Hamlet” e de Oswaldo do “Rei Lear”. Teria sido o velho administrador dos Derby, William Farington, o modelo desses personagens. Era um desses mordomos hereditários, orgulhosos de seu posto e que tudo faziam para realçar a pompa da casa dos amos. Parece que esse fiel servidor de Stanley está fielmente pintado na figura de Malvólio.

São esses os novos argumentos com que Lefranc quer provar que o autor das obras de Shakespeare não poderia ser outro senão W. Stanley. Poder-se-á partilhar dessa afirmativa? Parece que já no tempo da rainha Isabel se sabia que às vezes o modesto ator Shakespeare ocultava atrás de si personagens muito mais altamente situados. Quando em 1601, por ocasião da conspiração do conde de Essex, um dos conjurados pagou quarenta “shillings” a Shakespeare, então diretor do Teatro do Globo, para representar a “Tragédia de Ricardo II”, publicada cinco anos antes, esse conjurado foi executado. Mas o aparente autor da peça, na qual se viu uma alusão à sorte que poderia aguardar a velha rainha, não foi incomodado.

Mas disso à certeza de que Shakespeare não foi autor das peças por ele assinadas há um abismo que provavelmente jamais desaparecerá, e Lefranc não foi, na sua tentativa, mais feliz do que seus antecessores. Mas, por outro lado, não se deveria (e parece que esta idéia tem inúmeros partidários mesmo nos mais ortodoxos círculos shakespearianos) admitir que muitas dessas peças tenham sido enviadas a Shakespeare por vários grão-senhores que não desejavam que seus nomes fossem divulgados? Entretanto, Shakespeare não teria sido apenas

o encenador dessas peças, as quais, primitivamente, teriam outro valor. Ele as teria adaptado à cena e lhes imprimiria a nota peculiar do seu gênio. O estilo dos dramas de Shakespeare, dizem os conhecedores, não é uniforme, o que seria uma prova de suas diferentes origens, mas poder-se-á afirmar que sem Shakespeare teríamos tido as obras primas que ostentam o seu nome?

Em suma, é bem pouco provável que o enigma de Shakespeare possa algum dia ser decifrado; mas seja qual for a solução, a grandeza de sua obra jamais será diminuída.

“O Estado de São Paulo”, 17 de Julho de 1938).



MAXIMILIAN BESCHOREN (1847 - 1887)

Natural de Eisleben, na Saxônia, diplomado em engenharia pela Universidade de Halle, Beschoren veio para o Brasil no início de 1869, radicando-se no Rio Grande do Sul, onde viveu até o final de sua vida, aliás bastante curta, pois mal passou dos quarenta anos. Naturalizou-se brasileiro, casando e constituindo família em Taquara.

No exercício de sua profissão, conheceu bem o Rio Grande do Sul, especialmente a região do Alto Uruguai, pela qual se interessou particularmente. Realizou tarefas importantes de demarcação e levantamento geográfico, em diversas comissões do governo da província e colaborou assiduamente no “Deutsche Zeitung”, de Porto Alegre, então dirigido por Koseritz. Nas suas viagens e trabalhos de campo, reuniu imenso e valioso acervo científico, de suma importância para o conhecimento da geografia e da economia da província.

A partir de certo momento, tornou-se-lhe muito difícil a vida, vítima de revezes financeiros que o levaram a uma profunda depressão, responsável pelo infeliz gesto de pôr termo à vida com pouco mais de quarenta anos. Foi encontrado morto na barraca de serviço, em Nanoai, no dia 22 de setembro de 1887, quando se encontrava em trabalhos topográficos.

Abeillard Barreto, em sua “Bibliografia sul-riograndense”, (PP. 132-137) arrola mais de vinte trabalhos científicos de Beschoren, quase todos publicados em alemão, em publicações do Brasil e da Alemanha. Foi publicado postumamente, em Gotha, seu trabalho mais importante, que mereceu tradução para a nossa língua e que constitui peça das mais importantes para o conhecimento do interior do Rio Grande do Sul.

Consta o livro de duas partes: a primeira, com nove capítulos contém o relato de sua viagens pelo interior rio-grandense, notadamente pelo Alto-Uruguai e região das Missões; a segunda parte, com dois capítulos dedicados às missões, especialmente nos seus aspectos sociais e culturais, e outros três capítulos, de natureza mais técnicas sobre anotações cartográficas, observações meteorológicas, dados estatísticos e comentários ao excelente mapa que acompanha o livro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Edição original:** “Beiträge sur nähren Kenntnis der brasilianischen Provinz São Pedro do Rio Grande do Sul, reisen um Beobachtungen während der Jahre 1875-1887. Gotha, Justus Porthes, 1889. 91p
- Ed. bras.:** “Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul, 1875-1887; trad. de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Bauber; introd. de Júlia S. Teixeira; pref. de Henri Lange. Porto Alegre, Martins, 1989. 200p.



ASPECTO POLÍTICO E SOCIAL DAS MISSÕES

Maximiliano BESCHOREN

De início, as Missões, conforme sua condição, no aspecto civil e religioso, estavam sob a jurisdição dos governadores e dos bispos de Buenos Aires e do Paraguai. O governador nomeava, em cada povoado, um corregedor, o maior funcionário civil, e para a nomeação dos funcionários subalternos era necessária a sua aprovação.

A Companhia de Jesus fez um contrato com a coroa espanhola de pagar, anualmente, uma quantia determinada, para não mais depender das autoridades civis, bem como conseguir que o provincial, residente em Japejú, recebesse plenos poderes para se tornar seu bispo.

Romperam então todo o relacionamento com as autoridades, causando aos governadores e bispos sérias oposições. Em 1644, expulsaram o bispo do Paraguai, Dom Bernardino de Cardenas, e o governador Antequara, em 1731, pagou com a cabeça sua aversão contra os devotos padres.

Estavam, agora, os jesuítas totalmente independentes. Evitavam toda e qualquer relação e comunicação de seus súditos com estranhos. Cada Redução era completamente isolada e os portões e passagens ocupados por vigias. A única lei dominante era a vontade dos missionários. Castigos comuns eram a oração e jejum. Crimes eram castigados com açoites até a morte.

Os jesuítas haviam introduzido total regime comunitário em seu Império, constituindo-se num benefício aos índios, que por natureza,

não tinham interesse por bens e propriedades. Assim, todos trabalhavam para o todo e, ao mesmo tempo, para si próprio.

Toda a produção pertencia à Redução. Todos recebiam sua parte. O excesso era levado para os mercados, nos navios pertencentes à Companhia e vendidos por conta da Ordem. A considerável renda proveniente das Missões era para a Companhia de Jesus; Calculava-se em média de um milhão de pesos fortes ao ano.

A agricultura e a pecuária eram desenvolvidas. O algodão fornecia o produto para o vestuário dos neófitos. A pecuária e a fabricação da erva-mate davam lucros consideráveis. Grandes somas arrecadadas podiam ser empregadas na decoração das igrejas, nos serviços religiosos, e ainda sobrava uma renda líquida para a Companhia.

Ao amanhecer, a população era acordada e reunia-se na igreja para a oração damanhã, abrilhantada por música e cantos. Depois sob a vigilância, toques de tambor e flauta, seguiam para o trabalho, de onde voltavam à tarde, para a Igreja. Depois da oração em comunidade, eram todos dispensados.

Aos quatro anos de idade, as crianças eram separadas dos pais e, sob fiscalização, tomavam parte nos serviços leves no campo. Entre elas, as mais talentosas eram escolhidas e formadas para o culto religioso e demais ocupações como artífices. Recebiam também ensinamentos de canto, dança, leitura, escrita e aritmética.

Poucos anos depois da fundação das Reduções, os jesuítas solicitaram ao governo da Espanha permissão para o uso de armas de fogo, para melhor defesa dos seus protegidos contra o ataque dos mamelucos, que ainda os importunavam. O pedido foi atendido. Iniciaram-se então aulas regulares para o manejo das armas.

Domingo à tarde, sob o toque de tambor, reuniam-se os mais capazes, no lugar principal do povoado, para a instrução. No término, todas as armas, flechas, arcos, lanças eram guardadas num depósito, especialmente construído para tal finalidade.

Em cada Redução, os aptos no manejo das armas, eram distribuídos nas companhias de infantaria e cavalaria, com os competentes oficiais, organizando-se assim um completo exército.

Por diversas vezes os mamelucos, apesar da distância, ainda atacavam e saqueavam, sendo agora rebatidos, pagando bem caro pela sua ousadia. Finalmente em 1653, o Padre Alfaro conseguiu total vitória sobre eles, sob o comando do mestre-de-campo Manuel de Campos Bicudo.

As guerras foram testemunhas da habilidade e coragem com que os índios lutavam, chegando a colocar em campo um exército de quarenta mil homens e três canhões para lutar contra as coroas de Espanha e Portugal. As provisões e munições de armas eram preparadas na própria Redução, onde havia até uma fundição de canhões.

(“Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul, pp. 144-145).



Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.

414. FRANCISCO MANUEL DA SILVA (1795-1865)

Com toda a certeza os prezados leitores já terão associado o título desta nota a algo muito significativo na história da música em nosso país. Trata-se, com efeito, de famoso compositor brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, onde sempre viveu e onde desempenhou importantíssimo papel nas atividades musicais de meados do século XIX. Embora lembrado hoje apenas como o autor do Hino Nacional Brasileiro (da música, não da letra), deixou uma obra numerosa e significativa, como o demonstra o catálogo elaborado pela Professora Cleofe Person de Matos. Participante ativo de todas as realizações musicais da capital brasileira de seu tempo, como encontramos registrado devidamente na biografia que lhe dedicou Aires de Andrade. Mas, em que pesem todas as suas outras realizações, será sempre mais lembrado como o compositor de nosso belíssimo hino pátrio.

Aliás, é bom que se recorde que o hino nacional brasileiro já fez correr muita tinta para discutir sua destinação ou verdadeira origem. Sabe-se que foi composto para celebrar a abdicação de D. Pedro I, em 1831, com uma letra, aliás muito medíocre, de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Intitulava-se “Hino ao grande e heróico dia 7 de abril de 1831”. Aos poucos, foi se firmando, deixando simplesmente de ser um hino cívico, mas

adquirindo as características de verdadeiro hino nacional. Consolidou-se sem precisar que algum decreto o oficializasse. E não demorou muito. Aires de Andrade relata episódio ocorrido em dezembro de 1837, portanto pouco mais de seis anos de composto o hino, que confirma sua consagração. Para comemorar o natalício do jovem Imperador (ainda menor), foi organizado um suntuoso espetáculo no Teatro São Pedro de Alcântara. O “Jornal do Comércio”, anunciando o evento, informava que assim que o Imperador e suas filhas chegassem, uma grande orquestra executaria o hino nacional, seguindo-se a representação de um drama, etc... Ora, o que o anúncio do jornal chamava de “hino nacional” não era outro senão o que Francisco Manuel compuzera para a abdicação.

Não é o momento de analisar o hino de Francisco Manuel da Silva. Muitos já o fizeram. Livros inteiros já lhe foram consagrados. Sua beleza é indiscutível, embora com o defeito de possuir uma linha melódica difícil, o que, sem dúvida, é uma inconveniência em se tratando de hino cívico. Tanto é verdade, que até um livro (ou até mais de um) já foi publicado apontando os erros mais frequentes cometidos no cântico do hino.

Mas, com todas as suas falhas, ele aí está. A República não teve coragem de substituí-lo, como seria natural que o fizesse. Ao contrário, oficializou-o. A letra, sim, esta logicamente foi alterada, mas (cá entre nós) por uma infeliz e em nada melhor que a anterior.

Francisco Manuel demonstrou em suas composições conhecer muito bem a literatura musical italiana da época do Renascimento, pela quantidade de “temas” que emprega em suas numerosas canções.

Sirva esta pequena nota para recordar o seu nome nesta data que relembra o seu nascimento. (21-2-2004).

415. UMA NOVA VISÃO DA SANTIDADE

Figura expressiva sob todos os aspectos da moderna historiografia mineira encontramos-a em Oilian José. Expressiva sob todos

os aspectos, a começar pela abrangência dos temas abordados em seus numerosos livros. Até há pouco criticavam-se os historiadores mineiros pela limitação de sua temática, o que, aliás, podia ser atribuído também a numerosos outros autores. Já tratamos do assunto há muitos anos num Congresso de História em Niterói, quando abordamos, um tanto corajosamente o que considerávamos uma falha muito grande da historiografia brasileira. Intitulamos nossa palestra: “O caráter monotemático nos estudos históricos”. E exemplificava: difícil imaginar um historiador paulista que não cuidasse do movimento bandeirante, um mineiro que não tratasse da Inconfidência, um gaúcho que não escrevesse sobre a Farroupilha, um pernambucano que não tratasse das lutas contra os holandeses, e por aí afora. Parecia-nos que não havia outros assuntos na evolução de nosso passado. Não significa – é bom que se diga – que esse caráter monotemático representasse um esgotamento desses assuntos. Não. Há, ainda, muita coisa a se escrever sobre a Inconfidência, o Bandeirismo, a Farroupilha, a luta contra os holandeses. Apenas, esses temas não constituem mais a preocupação única dos novos historiadores. Sem desprezá-los, os novos pesquisadores lançaram suas vistas e seus interesses para outros temas dessas histórias locais.

Examinando e procurando conhecer a produção do mineiro Oilian José, natural da atual Visconde do Rio Branco, vimos ter ele encontrado em sua região assuntos para as suas indagações e que abrangem um leque bastante variado e, o que nos parece mais importante, tratado sempre com honestidade, clarividência e sobretudo conhecimento do que deva ser realmente o campo da historiografia.

De maneira surpreendente e sobretudo agradável, o último livro de Oilian José aborda tema deveras original e de alto significado também histórico: a “santidade” (“Heróis e Santos”, Belo Horizonte 2003, ed. do autor). Escolheu para demonstração de seu tema vinte santos, grande parte já do tradicional hagiológico católico, mas, também muitos fora dele.

O que mais nos interessou no tratamento que o autor dá aos “seus” santos é a preocupação de inseri-los nos ambientes em que

viveram a atuaram, salientando também os seus aspectos humanos, enfim tornando-os mais próximos de nós. Enfim, brindando-nos com uma “nova visão da santidade”. De propósito, foi o título que escolhemos para esta nota.

O próprio autor, no prefácio, justifica o título que, de propósito, escolhemos: “O presente trabalho é imagem do que pensamos. E para constituí-lo, escolhemos figuras que, a nosso ver, revelam, com síntese e vigor, os vários aspectos da perfeição humana. Restringimos, assim, ao mínimo nossa nagiografia, procurando ainda salientar em cada santo apenas um ou alguns dos numerosos característicos que distinguem esses amigos de Deus”. (7-2-2004)

416. EVOCANDO UM HISTORIADOR CARIOCA

Assinalando o dia de hoje o falecimento, em 1943, de um dos maiores historiadores cariocas é com real emoção que o evoco neste meu rabisco semanal, pois tive o privilégio de conhecê-lo e com ele participar de diversas reuniões no Instituto Histórico Brasileiro. Trata-se de Max Fleiuss. Filho de Henrique Fleiuss, grande desenhista e caricaturista alemão vindo para o Brasil em 1858 e cujo nome ligou-se à história das artes e da imprensa em geral como fundador do Imperial Instituto Artístico e da revista “Semana Ilustrada”, nasceu Max Fleiuss na cidade do Rio de Janeiro a 2 de outubro de 1868, nela falecendo aos 31 de janeiro de 1943. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro, da qual foi secretário por algum tempo, professor de História em cursos secundários, dedicou-se também ao jornalismo dirigindo “A Semana”, “Século XX” e Renascença”, revista que editou no início do século passado.

Dedicou-se particularmente à História de sua cidade – o antigo Distrito Federal – sobre a qual, além de numerosos trabalhos em jornais e revistas, publicou excelente resumo didático, preparado especialmente para uma coleção planejada pela antiga Companhia Melhoramentos de São Paulo (atualmente Edições Melhoramentos), infelizmente não continuada,

mas que deveria compreender a história de todos os Estados do Brasil. Dessa coleção, poucos volumes apareceram e dentre os melhores, podemos afirmar, sem a menor dúvida, destacou-se o que Max Fleiuss dedicou à sua cidade, então “Distrito Federal”.

Além desse resumo, por assim dizer didático, da antiga Capital Federal, deixou o historiador numerosos trabalhos sobre a sua cidade. Não exgeraríamos se o considerássemos o maior dos historiadores do Rio de Janeiro, tal a soma de sua produção não só em volumes avulsos, como, particularmente na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, do qual foi secretário por muitos anos, colaborando assiduamente em sua publicação principal.

Esperamos não cansar o leitor lembrando alguns dos títulos mais significativos de sua enorme produção: “Páginas Brasileiras”, “História da Imprensa no Brasil”, “Organização política do Império”, “História administrativa do Brasil” (obra única no gênero), “A Batalha de Passo do Rosário”, “História da Cidade do Rio de Janeiro”, “Apostilas de sua História do Brasil”, “Cem anos bem vividos” (a propósito do centenário do Instituto Histórico), “O Instituto Histórico através de sua revista”, “D. Pedro II”, “Recordando: casos e perfis”, além de numerosa matéria, sem assinatura, que ilustrava a Revista do Instituto Histórico.

Tivemos o privilégio de conhecê-lo e com ele conviver em freqüentes reuniões do tradicional Instituto Histórico, então localizado no chamado “Silogeu Brasileiro”, tradicional edifício demolido pelas obras de alargamento da Praia do Flamengo. É com emoção, portanto, que o recordamos neste nosso rabisco em dia assinalador de seu falecimento. (31-1-2004).

417. HISTORIADOR DAS NOSSAS FRONTEIRAS

Capítulo significativo, mas nem sempre bem considerado no panorama historiográfico de qualquer país, é o que se refere às fronteiras terrestres. A não ser naturalmente as ilhas, não há país sem fronteiras. E

quase sempre a crônicas dessas fronteiras é bastante movimentada, não raro com problemas diplomáticos que provocam conflitos e até guerras entre os países interessados. O caso de nosso país é relativamente tranqüilo a este respeito. Os numerosos tratados diplomáticos com os países limítrofes (e são tantos) representam momentos significativos nas respectivas crônicas e propiciaram trabalhos significativos de alguns dos nossos estadistas. É sempre lembrado, a respeito, o caso realmente singular do Barão do Rio Branco com os respectivos “tratados” derivados de sua obra nesse setor. Rio Branco sempre demonstrou nos “tratados” que trazem a sua chancela algo de muito significativo: o quanto o problema das fronteiras (ou simplesmente “divisas” quando entre Estados) depende de um embasamento histórico, que tem levado seus promotores a profundos estudos de nosso passado.

Ocorre-nos hoje, neste nosso “rabisco” semanal, evocar um dos grandes de nossa história diplomática: Joaquim Caetano da Silva. Nascido em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, a 2 de dezembro de 1810, educou-se na França, onde se doutorou em medicina pela Universidade de Montpellier. Em 1838, de regresso ao Brasil, foi nomeado professor do Colégio D. Pedro II, lecionando Português, Retórica e Língua Grega, matérias que nada tinham com o campo em que se diplomara na Europa.

A partir de 1851, como “encarregado dos negócios do Brasil” na Holanda, teve propriamente início sua carreira como diplomata, especialista em questões de fronteiras, para o que muito serviu como embasamento sua cultura histórica. Um de seus biógrafos lembra com muita propriedade que a Geografia não passava entre nós de um vago esboço do que se tornou hoje. E acrescenta afirmando que coube a Joaquim Caetano elevá-la à “dignidade de ciência”. A ele, sem dúvida, ficamos devendo o acrescentamento de milhares de quilômetros quadrados ao nosso território. À sua visão e capacidade diplomática, entre outros problemas, tivemos nosso país acrescentado do atual Estado do Amapá.

Dele escreveu Jaime Cortesão: “Em 1836, Caetano lia, em reunião da Sociedade Geográfica de Paris, os seis primeiros capítulos de “L’Oyapoc et l’Amazonie”, trabalho que só terminaria em 1861. Essa obra, de tamanho interesse para a história da geografia e da cartografia, mereceu

ao autor a amizade de Humboldt e a consideração de todos os estudiosos da história geográfica do Novo Mundo.

Igualmente significativas são as referências do Barão do Rio Branco, lembrando quanto ficou devendo aos estudos e às pesquisas, no Brasil e no Exterior, em torno de problemas tão significativo, mas que raramente aparece nos nossos manuais de História. Joaquim Caetano da Silva faleceu em Niterói no dia 28 de fevereiro de 1873. Pricisamente na data de hoje, razão de sobra para esta modesta evocação. 28-2-2004

CENTROS UNIVERSITÁRIOS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS

Faculdade de Análise de Sistemas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Faculdade de Engenharia Ambiental
Faculdade de Engenharia Civil
Faculdade de Engenharia de Computação
Faculdade de Engenharia Elétrica
Faculdade de Geografia
Faculdade de Matemática
Faculdade de Química

CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA

Faculdade de Ciências Biológicas
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Faculdade de Enfermagem
Faculdade de Fisioterapia
Faculdade de Fonoaudiologia
Faculdade de Medicina
Faculdade de Nutrição
Faculdade de Odontologia
Faculdade de Psicologia
Faculdade de Terapia Ocupacional

CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

Faculdade de Administração
Faculdade de Ciências Contábeis
Faculdade de Ciências Econômicas

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Faculdade de Biblioteconomia
Faculdade de Educação
Faculdade de Educação Física
Faculdade de Serviço Social

CENTRO DE CIÊNCIA DA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

Faculdade de Artes Visuais
Faculdade de Jornalismo
Faculdade de Letras
Faculdade de Publicidade e Propaganda
Faculdade de Relações Públicas
Faculdade de Turismo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas
Faculdade de Ciências Sociais
Faculdade de Direito
Faculdade de Filosofia
Faculdade de História

Editoração: Beccari Propaganda e Marketing
Rua Pedro Álvares Cabral, 183 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3255-6311
beccaripropag@uol.com.br

Impresso por: Gráfica e Editora Flamboyant Ltda
Rua Dr. João Quirino Nascimento, 493 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3252-6835
flamboyant@dglnet.com.br

